

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Casimiro Gonçalves Pereira

**S. Mamede Deste: Retrato de uma Paróquia,
das Origens ao Liberalismo**



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Casimiro Gonçalves Pereira

**S. Mamede Deste: Retrato de uma Paróquia,
das Origens ao Liberalismo**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em História

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Isabel dos Guimarães Sá

outubro de 2018

Declaração

Nome: Casimiro Gonçalves Pereira

Endereço eletrónico: casimiro_pereira@sapo.pt

Telefone: 965682270

N.º Cartão de Cidadão: 3869029

Título da Dissertação:

S. Mamede Deste: Retrato de uma Paróquia, das origens ao Liberalismo

Orientador:

Professora Doutora Isabel dos Guimarães Sá

Ano de conclusão:

2018

Ramo de conhecimento do Mestrado:

Mestrado em História

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA TESE, APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, ____/ ____/ 2018

Assinatura: _____

Dedicatória

Aos meus filhos,

Luís Daniel e Ana Margarida,

Por me incentivarem a embarcar nesta aventura.

À minha mulher, Maria Luísa,

companheira de quase meio século,

pela paciência.

Agradecimentos

Às vezes torna-se difícil expressar por palavras a gratidão que sentimos pelas pessoas boas que se vão cruzando no nosso caminho, cuja empatia nasce e se vai cimentando pelo tempo. Dito isto, de uma forma simples mas sentida, quero em primeiro lugar agradecer à Professora Doutora Isabel dos Guimarães Sá que, com paciência, disponibilidade, sugestões, conselhos, correções e exigência, nos orientou neste trabalho, tendo sempre uma palavra amiga.

Ao Professor Doutor Francisco Mendes, pela força que nos incutiu, pelo interesse manifestado com o decorrer do trabalho, sempre disponível, pelo ânimo que nos foi dando ao longo de todo o nosso percurso académico e sobretudo pela amizade.

À Professora Doutora Paula Bessa, pela ajuda na interpretação de alguns dos elementos arquitetónicos e da estatuária, e por tudo aquilo me ensinou.

Nestes professores, quero também manifestar o meu apreço por todos os professores do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, de quem tive o privilégio de ser aluno.

Ao Paulo Ministro, fotógrafo, de quem é a autoria das fotografias inclusas neste trabalho, com exceção das que vão referenciadas, agradeço toda a disponibilidade e a arte envolvida no seu trabalho.

S. Mamede Deste: Retrato de uma paróquia, das origens ao liberalismo

Resumo

O objetivo principal deste estudo consistiu em delinear em traços largos a biografia da freguesia de Este S. Mamede, desde as origens até finais do período moderno. Nas investigações a que procedemos, fomos tão longe quanto nos permitiram os vestígios ainda existentes. Existem evidências de que o espaço foi habitado desde os tempos pré-históricos, de que nos dão testemunho os castros existentes; a sua ocupação medieval é atestada pelos vários documentos contidos no Cartulário Bracarense (Liber Fidei). Nele encontramos documentos que referenciam a freguesia de Este S. Mamede, ainda que com toponímia diferente, nomeadamente; Villa Aliste, Villa Parietes, Villa Margotos, etc. Em contrapartida, é de 1028 o primeiro documento em que encontramos o topónimo correspondente àquele que viria a ser o topónimo atual. Cremos não haver dúvidas sobre o facto de ter sido o rio a definir o topónimo. Este nasce em plena freguesia, na serra do Carvalho, também outrora designada por monte Espinho.

A fertilidade das terras deste território terá constituído o fator decisivo para a fixação das gentes, que se dedicaram quase em exclusivo à agricultura. Estas terras eram pertença na sua quase totalidade, pelo menos a partir da Baixa Idade Média, à Igreja, que as arrendava, geralmente na modalidade de prazo de três vidas, havendo também casos de subenfiteuse, num regime que durou muito para além do Liberalismo.

No que toca à demografia, analisámos sobretudo os registos paroquiais, disponíveis a partir de 1559, elaborando gráficos da natalidade, nupcialidade e mortalidade, e analisámos também o movimento conjunto destas três variáveis.

S. Mamede de Este anexou outra freguesia, S. Simão de Este, por alturas de 1439. Abordámos os oragos respetivos S. Mamede e S. Simão; bem como as confrarias religiosas, instituições importantes na vida da populações.

Mereceu-nos atenção especial o património histórico da freguesia, quer eclesiástico quer civil. Fomos até onde nos foi possível, por falta de documentos e de datas, na sua apresentação. A Batalha do Carvalho D'Este ocupa lugar de destaque na memória coletiva da freguesia. Este confronto, ocorrido entre 18 e 20 de março de 1809, opôs as tropas francesas invasoras às forças portuguesas, formadas por militares e populares, causando inúmeras baixas.

Palavras-chave: Paróquia; S. Mamede Deste; Oragos; Freguesia; Património Histórico.

***S. Mamede Deste*: Portrait of a parish, from its origins to liberalism**

Abstract

The overall study objective, consists in describing the biography of *Este S. Mamede* parish, in *Braga* - Portugal, from its beginnings until the end of modern period. In our investigations we have gone as far as vestiges, that still remain, allowed us. There is evidence that these lands have been inhabited since prehistoric times, as witnessed by the existing *castros*; its medieval occupation is attested by various documents contained in the *Cartulário Bracarense (Liber Fidei)*, where we find documents that refer to the parish, although with different toponymy as *Villa Aliste*, *Villa Parietes*, *Villa Margotos*, etc. Nevertheless, the first document in which we find the toponym corresponding to the one that would come to be the current parish name, is from 1028, that we believe was defined by river *Este*, born in *Este S. Mamede*, at *Carvalho* mountain, also formerly designated by *Monte Espinho*.

The fertility of the lands in this territory, constituted the decisive factor for people's fixation, who dedicated themselves almost exclusively to agriculture. Since the late Middle Ages, these lands belonged almost entirely to the Church, which leased them, usually in the "three-life" modality. There were also cases of underlease, in a regime that lasted much beyond Liberalism.

In terms of demography, we have analyzed parish registers, available since 1559, drawing birth, nuptiality and mortality charts, which we checked altogether.

S. Mamede de Este annexed another parish, *S. Simão de Este*, by the year of 1439. We approached to the respective patrons *S. Mamede* and *S. Simão*; as well as religious confraternities, important institutions in these populations' lives.

We paid special attention to the historical patrimony of the parish, ecclesiastical as well as civil and went as far as we could in their presentation, which couldn't go further due to some lack of documents and dates. *A Batalha do Carvalho D'Este* (*Carvalho D'Este* battle during French invasions) occupies a prominent place in parish's collective memory. This confrontation, which occurred between the 18th and the 20th March of 1809, opposed French troops invading the Portuguese, military and popular forces, causing countless casualties.

Keywords: Parish; S. Mamede Deste; Patron Saints; Heritage.

Índice

Dedicatória.....	iii
Agradecimentos	v
Resumo	vii
Índice	xi
Abreviaturas.....	xv
Índice de Figuras	xv
Índice de Mapas	xvi
Índice de Quadros	xvi
Introdução.....	1
Capítulo I – Origens da freguesia: mitos, lendas e factos.....	5
1.1 - A presença humana.....	5
1.2 - O topónimo Este	8
1.3 – Os oragos.....	10
1.3.1 – S. Mamede.....	10
1.3.2 – S. Simão	12
1.4 – A paróquia.....	15
1.4.1 - S. Mamede Deste	16
Capítulo II – A população e a sua evolução	19
2.1 Contextos	19
2.1.1 – Demografia.....	19
2.2 Epidemias	22
2.3 Guerras	22
2.3.1 – A Batalha do Carvalho d’Este	22
Capítulo III – Economia e sociedade	27
3.1 – Posse da terra	27
Capítulo IV – As instituições religiosas	41

4.1 – Paróquia e seus curas, identidade social	41
4.2 – Confrarias	44
4.2.1 – Invocações	45
4.2.2 – Estatutos	48
Capítulo V – Lendas e narrativas.....	51
5.1 – Narrativas escritas.....	51
5.1.1 – O corpo incorruptível/Santinha da Lourosa	51
5.2 – Narrativas orais	54
5.3 – O fabrico de espingardas	56
Capítulo VI – O que ainda existe deste passado	57
6.1 – Património eclesiástico	57
6.1.1. – A Igreja Paroquial	57
6.1.2 – A capela de S. Simão e S. Judas Tadeu.....	64
6.1.3 – A capela de S. Sebastião.....	71
6.1.4 – As alminhas.....	72
6.2 – Imagens Sacras.....	73
6.2.1 – A imagem de S. Sebastião	74
6.2.2 – Nossa Senhora das Graças	75
6.3 – Património civil.....	76
6.3.1 – A via romana	76
6.3.2 – A Casa do Tourão	77
6.3.3 – A Casa de S. Simão	78
6.3.4 – A Casa de Casal D’One.....	80
6.3.5 – A Casa do Xisto	80
6.3.6 – A quinta de Meitem	81
6.3.7 – A quinta da Cachada	82
Capítulo VII – Fragmentos do quotidiano.....	83
7.1 – Dar à luz filhos ilegítimos	83

7. 2 – As rendas do Tesourado-mor em S. Mamede Deste	85
Conclusão	89
Fontes manuscritas	91
Fontes impressas	91
Bibliografia	92
Sites	94

Abreviaturas

ADB	Arquivo Distrital de Braga
FL.	Fólio
L.F.	Liber Fidei, Sanctae Bracarensis Ecclesiae
RS.	Réis

Índice de Figuras

Figura 1 – S. Mamede, orago da freguesia, imagem do século XI.....	10
Figura 2 – Imagem em pedra policromada de S. Simão.....	12
Figura 3 – Atual imagem de S. Simão.....	12
Figura 4 – A paróquia de S. Mamede nas Inquirições de D. Dinis.....	15
Figura 5 – A paróquia de S. Simão nas Inquirições de D. Dinis.....	16
Figura 6 – Monumento comemorativo dos 200 anos da batalha do Carvalho d'Este.....	23
Figura 7 – Imagem de Nossa Senhora do Rosário	45
Figura 8 – Página de rosto dos estatutos da confraria de Nossa Senhora do Rosário.....	47
Figura 9 – Aspeto da atual igreja de S. Mamede Deste	56
Figura 10 – Mísula de pedra onde antigamente estava o púlpito	58
Figura 11 – Capela-mor da igreja	59
Figura 12 – Sacrário da igreja	60
Figura 13 – Pia batismal da igreja de S. Mamede Deste (séc. XIV)	60
Figura 14 – Cruzeiro da Igreja Paroquial	61
Figura 15 – Aspeto geral da capela de S. Simão e S. Judas Tadeu, após o restauro de 1990....	64
Figura 16 – Pedra com cruz vazada da capela (fotografia nossa)	65
Figura 17 – Pedra achada no adro da capela	66
Figura 18 – Pia batismal da antiga igreja de S. Simão	67
Figura 19 – Pia de água benta da porta de entrada	67
Figura 20 – Pia de água benta da porta travessa	67
Figura 21 – Capela do mártir S. Sebastião	69
Figura 22 – Cruzeiro da capela de S. Sebastião	70
Figura 23 – Nicho das alminhas sito na Cancela de Pidre	71
Figura 24 – Imagem de S. Sebastião	72
Figura 25 – Imagem de Nossa Senhora das Graças	73
Figura 26 – Troço existente da Via XVII na freguesia	75

Figura 27 – Pedra que encimava o portão da quinta do Tourão.....	75
Figura 28 – A Casa de S. Simão.....	76
Figura 29 – Pedra do espigueiro.....	77
Figura 30 – Alçado poente da casa de Casal d'One	78
Figura 31 – Cartela onde se regista o milagre.....	79
Figura 32– Imagem de Santo António	79
Figura 33 – Portal da quinta de Meitem	79
Figura 34 – Quinta da Cachada, portão	80

Índice de Gráficos

Gráfico I – Evolução da natalidade na freguesia de S. Mamede de Este (1559-1830).....	17
Gráfico II – Evolução da nupcialidade na freguesia de S. Mamede de Este (1559-1830).....	18
Gráfico III – Evolução da mortalidade na freguesia de S. Mamede de Este (1559-1830).....	19
Gráfico IV – Movimento demográfico na freguesia de S. Mamede de Este (1559-1830).....	19

Índice de Mapas

Mapa I – Mapa da Freguesia de S. Mamede de Este	5
Mapa II – Casais na Freguesia de S. Mamede de Este.....	31
Mapa III – Troço alternativo do Itinerário da Via XVII.....	75

Índice de Quadros

Quadro I – Propriedades particulares	26
Quadro II – Propriedades da Mitra	32
Quadro III – Propriedades do Cabido	34
Quadro IV – Casais da Mitra dos quais o Cabido tem direito a um terço.....	34
Quadro V – Casais pertencentes ao Tesourado-Mor	35
Quadro VI – Casais pertencentes à Igreja de S. Pedro de Este	36
Quadro VII – Casais pertencentes ao Arcediago da Sé e Igreja de S. Miguel de Gualtar.....	36
Quadro VIII – Casal pertencente à capela de Sta Marta da Sé que administra o Mestre Escola .	37
Quadro IX – Mapa das receitas (...) do Tesourado-mor (1833).....	84
Quadro X – Mapa das despesas (...) do Tesourado-mor (1833).....	85

Introdução

Apesar de ter nascido na maior freguesia urbana de Braga, depressa me adaptei à nova morada na da freguesia de S. Mamede Deste. Estava-se no princípio de 1977 e S. Mamede Deste vivia ainda tempos de grande ruralidade. A partir de um convite que nos foi feito pessoalmente, acabamos por nos juntar a um grupo de jovens, uns com mais, outros com menos idade do que nós próprios e a partir daí se deu início a uma associação cultural que se iria prolongar no tempo e que ainda se mantém em atividade.

Desta associação que foi criada em 1978, com o espírito do mais puro amadorismo, nasceram várias secções: teatro, música, palhaços e posteriormente uma estação de rádio, que por vicissitudes várias foram acabando, subsistindo a música tradicional, com o “Grupo Origem Tradicional”, que conta no seu ativo a edição de seis álbuns, o último dos quais para comemorar os 40 anos de atividade ininterrupta do grupo, intitulado “Origem Tradicional 40 anos” e que teve apresentação pública no passado dia 24 de novembro de 2018, onde se privilegia a música de raiz essencialmente da região minhota, os viras, chulas e malhões, algumas das quais de recolha nossa, outras que retiramos essencialmente do Cancioneiro Minhoto, do doutor Gonçalo Sampaio, construindo uma nova linguagem musical simples e genuína mas em simultâneo com um trabalho diferenciador de arranjos essencialmente harmónicos.

Esta convivência permitiu-nos pouco mais tarde gerir os destinos da freguesia como autarca e um conhecimento bastante amplo do território, para além do contacto com toda a gente. Deste contacto nos ficaram memórias de algumas histórias que fomos ouvindo, daquelas que são transmitidas oralmente de geração em geração e que no fundo acabaram por espoletar o nosso desejo de fazer este trabalho de investigação. Claro que a realidade do que fomos descobrindo pouco tem a ver com realidades que nos foram contadas, nomeadamente no que diz respeito às paróquias de S. Mamede e S. Simão, que eram paróquias distintas que coexistiram no tempo, e que a tradição oral supunha ter uma nascido quando a outra acabou. O caso da santinha da Lourosa, a propósito de um corpo incorruptível que se encontra arrumado na sacristia da igreja paroquial e, ainda, o facto de se pensar que a quinta do Paço se chamava assim porque era do arcebispo e era aí que ele passava as suas férias, facto que não tem fundamento histórico

A pesquisa entretanto iniciada veio a revelar-se bastante profícua, dada a grande variedade de manuscritos que fomos encontrando durante as muitas e longas horas passadas no Arquivo

Distrital de Braga, onde pudemos ver e estudar algumas centenas de manuscritos desde o século XV até ao século XIX, bem como fontes impressas e bibliografia relacionadas com as fontes.

Uma grande variedade de temas como os que aqui se apresentam traz consigo uma variedade de problemas que é preciso solucionar. É disso que iremos dar conta. Como paróquia, a sua origem virá talvez do tempo dos suevos, embora saibamos que a ocupação humana é bem anterior à presença romana. Documentos escritos acerca dela, ou daquilo em que ela se viria a tornar (estamos naturalmente a falar da toponímia), existem desde inícios do século X, se bem que existe um documento de finais do século IX (899) que fala do lugar do Maragoto (Margotos) como sendo pertença de Santiago de Compostela.

Existem ainda alguns testemunhos físicos, embora não muitos, que atestam essa antiguidade, nomeadamente o pequeno troço da XVII Via Augusta, do século primeiro d.C., e a cruz vazada da capela de S. Simão, classificada como sendo dos séculos IX - XI, apesar de este edifício ter tido obras de restauro em princípios do século XVII. Aliás, neste século, ainda durante a sua primeira metade, quer a igreja paroquial, quer as capelas existentes, São Simão e S. Sebastião, foram todas intervencionadas, segundo os documentos encontrados. A par do património eclesiástico, demos a panorâmica possível para o património civil, e constatámos com pena que aos poucos se tem vindo a destruir, dele pouco restando atualmente. Para memória futura, fizemos um levantamento fotográfico desse património, ilustrando os capítulos a que correspondem, o mesmo acontecendo com as imagens sacras.

São também temas sobre os quais falamos neste trabalho a origem dos oragos, as confrarias existentes, as devoções - essencialmente marianas -, para além da guerra de 1809, onde pomos em destaque a Batalha do Carvalho D'Este.

A posse da terra também nos mereceu um aturado trabalho de pesquisa, sendo notória a sua pertença maioritária às instituições eclesiásticas. Destas, a Mitra bracarense era sem dúvida a que detinha o maior número de casais¹, seguindo-se-lhe o Cabido; o Tesourado mor do Cabido; o Arcediago da Sé e igreja de S. Miguel de Gualtar; a igreja de S. Pedro Deste; e a capela de Santa Marta da Sé, propriedade que era administrada pelo Mestre Escola. A avaliar pelo seu número, diríamos que quase toda a extensão arável da freguesia era delas pertença.

Fazemos uma incursão sobre os vigários, curas e coadjutores que se ocuparam da paróquia, alguns muito antigos; um do século XI e três do século XIII, para além daqueles cujos

¹ Casais eram propriedades compostas por vários campos e também bouças, havendo alguns que, por terem tantos, eram alugados em metades, como se poderá verificar nos quadros elaborados no capítulo III. Em S. Mamede, a maioria destes casais chegou até nós como designação de lugar.

nomes aparecem nos registos paroquiais, numa série que vai desde o século XVI ao século XIX. Damos conta, também, de uma prestação de contas dos rendimentos da Igreja de S. Mamede efetuada por um dos seus párocos, um dos vários documentos inéditos que encontrámos.

Terminaremos esta tese com alguns registos dos ilegítimos nascidos nesta freguesia, dando testemunho de mulheres que estavam de passagem ou que se escondiam nesta freguesia para dar à luz.

Capítulo I – Origens da freguesia: mitos, lendas e factos

1.1 - A presença humana

Embora a presença humana na freguesia de S. Mamede de Este seja, tudo leva a crer, anterior à romanização pelas provas físicas nela existentes, só com o contributo da arqueologia se poderá aprofundar o seu passado remoto. Com efeito, existem dois castros, o das Eiras Velhas e o do Pau da Bandeira.

O primeiro é um povoado fortificado romanizado, situado a 478 metros de altitude que «ocupa a parte mais alta do monte das Eiras Velhas, que se desenvolve num extenso esporão, paralelo ao rio Cávado, na vertente norte da Serra do Carvalho. Possui uma posição topográfica assinalável dominando o vale daquele rio»². Com condições naturais de defesa excepcionais, bem como o seu posicionamento topográfico, tinha um grande domínio visual em todas as direções, em particular para o fértil vale do Cávado. No entanto, «não obstante a imponência das estruturas defensivas, ainda hoje bem visíveis, e da importância geoestratégica do povoado, poucas são as referências escritas relativas ao castro das Eiras Velhas»³. Como se refere:

*O povoado possui quatro linhas de muralhas, mais ou menos concêntricas, definidas por taludes, que criam tabuleiros artificiais. A zona mais alta corresponde a uma extensa acrópole, onde se assinalam derrubes de estruturas cobertas por vegetação rasteira. Num rasgão do terreno provocado, pela abertura de uma estrada florestal, recolhem-se fragmentos de cerâmica indígena de fabrico micáceo e de cerâmica romana, nomeadamente de ânforas e de tégulas . Os achados permitem considerar que o povoado foi romanizado, devendo ter tido uma certa importância, dada a sua proximidade em relação à via XVII, que passa a meia vertente da Serra do Carvalho.*⁴

O Castro do Pau da Bandeira, tal como o anterior, embora sendo conhecido e referido por diversos autores, nunca foi objeto de estudo aprofundado. Tem como cronologia a Idade do

² Manuela Martins, *O Povoamento Proto-histórico e a Romanização da Bacia do Curso do Médio Cávado*. Cadernos de Arqueologia-Monografias, 5, (Braga, Universidade do Minho, 1990), 87.

³ António Pereira Dinis, «Ordenamento do Território do baixo Ave no I milénio A.C.» (dissertação de mestrado em arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993), 38.

⁴ Martins, *O Povoamento...*, 87

Bronze/Idade do Ferro, ocupando o cabeço elevado da Serra dos Picos, cujas condições de defesa são razoáveis. Assim, «é possível observar três linhas de muralhas e há referências a habitações de planta circular. O espólio reduz-se a cerâmica de fabrico indígena»⁵, havendo tão só referências de achados de cerâmica atribuível à Idade do Bronze e fragmentos de cerâmica micácea. Como se observa, «o Pau de Bandeira ocupa a cota mais elevada - 570 metros, sendo possível ver, do marco geodésico que coroa o seu cume, os povoados de Santa Marta da Falperra, das Eiras Velhas, do Monte de Vasconcelos, do Monte dos Picos e até o de Sabroso»⁶. Nem um nem outro foram ainda cientificamente estudados.

Outra das provas físicas da ancestralidade da ocupação humana da freguesia consiste no facto de ser atravessada pela via XVII, construída após a conquista e pacificação por Octávio Augusto a partir de 27 a.C.: «datará dessa época a via romana de Braga, então ainda um *Oppidum* ou acampamento, a Astorga, passando por Chaves (Aquæ Flaviæ)»⁷. O seu traçado em S. Mamede de Este é conhecido desde o princípio ao fim da freguesia, passando pela margem direita do rio Este, apesar de só restar dela um pequeno troço, a partir do lugar do Outeiro em direção à Serra do Carvalho. Aliás, vários documentos do Liber Fidei Sanctæ Bracarensis Ecclesiæ⁸ (doravante L.F.) referem-se a ela como a *carraria antiqua*.

A freguesia é banhada pelo rio Este, que nasce na serra do Carvalho, tem cerca de 45 quilómetros de comprimento, é um afluente da margem direita do rio Ave, a que se junta a cerca de quatro quilómetros da foz em Vila do Conde. Terá sido fundamental para a fixação de povos, dado ser o vale bastante fértil, principalmente no que respeita à cultura do milho e centeio e também do vinho e azeite. Foi de resto o nome do rio que foi incluído na toponímia local: deu nome à antiga freguesia de S. Simão de Este e às freguesias de S. Mamede de Este e S. Pedro de Este⁹.

⁵ Helena Paula Abreu de Carvalho, «O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis» (Tese de Doutoramento em Arqueologia, apresentada à Universidade do Minho, 2008).

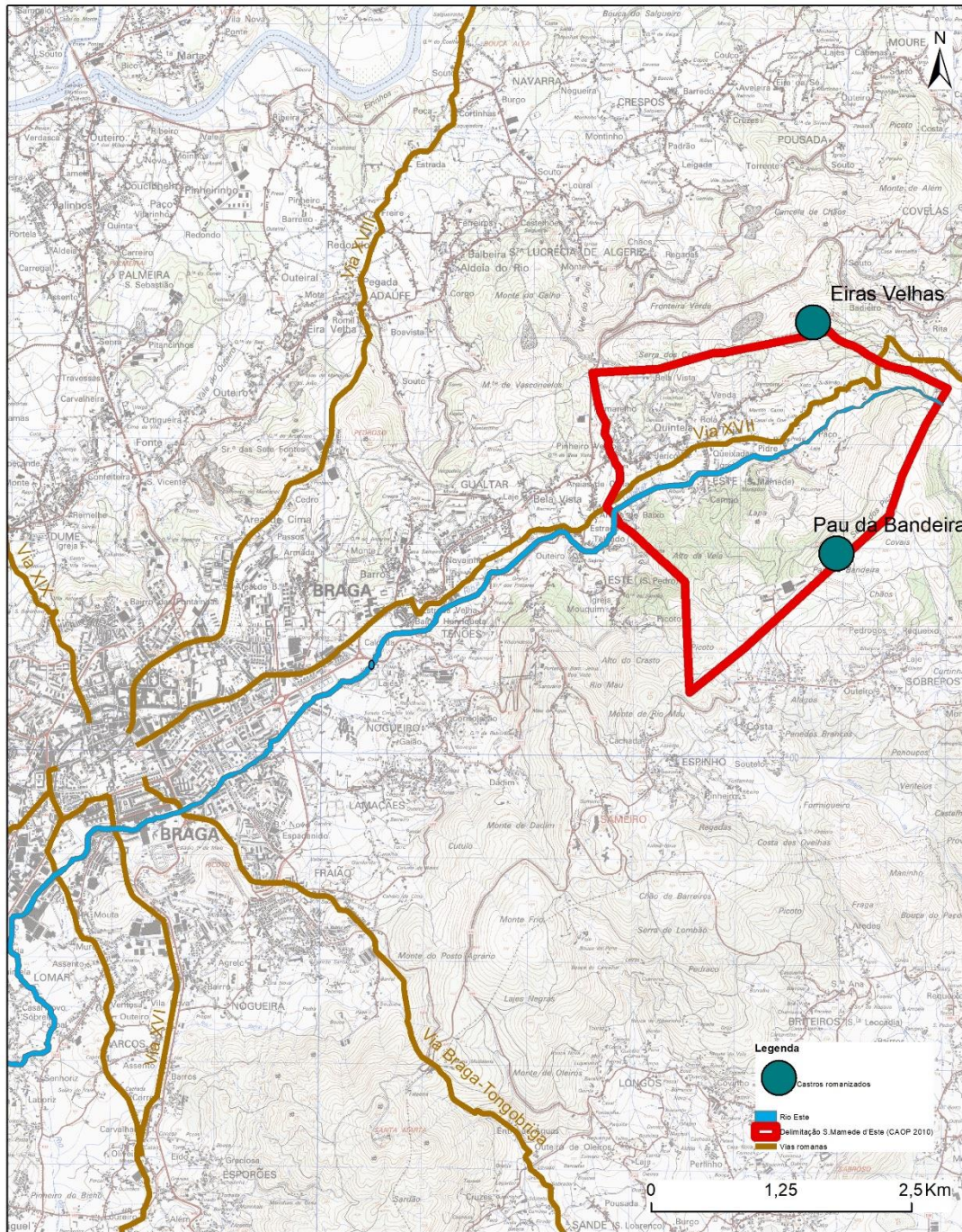
⁶ Dinis, «Ordenamento...», 87.

⁷ Franquelim Neiva Soares, *Monografia de S. Pedro de Esmeriz* (Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1987), 13,14.

⁸ Edição crítica de Avelino de Jesus da Costa, 3 Tomos, Braga, edição da Junta Distrital de Braga.

⁹ O nome do rio, no entanto, sofreu variações ao longo do tempo: «Alister» em 904, 1012 e 1026 e em função toponímica em 1195 e 1262; «Aliste» em 965 e 1055 e em função toponímica em 1017, 1117 e 1220; «Aleste» em 1012 e finalmente «Alest» em 1058 e em função toponímica em 1055» - Domingos A. Moreira, «Sobre a arcaicidade do Hidrónimo “Este” (Braga), Atas do IX centenário da dedicação da Sé de Braga», (Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Teologia – Braga. Cabido Metropolitano e Primacial de Braga. Braga, 1990), 611.

Mapa I – Freguesia de S. Mamede de Este



1.2 - O topónimo Este

Acerca do topónimo ESTE, nome pelo qual chegou até aos nossos dias, várias foram as suas variantes ao longo dos séculos. Aliás num curioso artigo que tivemos a oportunidade de ler, subordinado ao título «Braga e Este, os dois topónimos pré-romanos mais antigos da Diocese Bracarense»¹⁰, o autor, Marcelino Pereira, faz referência às suas variantes tal como o Cônego Avelino de Jesus Costa os encontrou nos documentos mais antigos da região bracarense e que são, por ordem alfabética:

ADESTE

AHEST, AHESTE

ALESTE, ALESTES

ALISTE, ALISTÉLIO, ALISTER

DESTE

EST, ESTE

HESTE.

Sendo para ele, uma «maravilhosa lista e maravilhosas formas que nos falam intensamente do passado dos Brácaros e das suas terras de Bracara e Braga»¹¹.

A partir daqui, o autor leva-nos a percorrer um caminho onde nos dá a sua interpretação simbólica de cada letra, bem como de algumas sílabas do topónimo, dizendo a dado passo que «aqui, portanto em Braga, vai começar toda uma cultura iniciada pelos Pré-Históricos Brácaros que depressa se espalhou pela Galécia [...] saindo da Galiza para todas as Gálias, ou Galécias, tendo chegado, também, um dia ao Volga, a Buda-Peste, em que Peste tem as mesmas raízes filológicas ou semânticas do nosso Este, fizeram com que os Suevos voltassem de novo para cá, porque de cá tinham saído, pelo menos no Neolítico»¹². Evoca alguns autores que se ocuparam

¹⁰ Marcelino Luís-Pereira, «Braga e Este os dois topónimos mais antigos da Diocese Bracarense», Atas do IX centenário da dedicação da Sé de Braga, (Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Teologia – Braga. Cabido Metropolitano e Primacial de Braga. Braga, 1990). 649.

¹¹ Luís-Pereira, «Braga e Este...», 649.

¹² Luís-Pereira, «Braga e Este...», 652-653.

desta temática, nomeadamente, António Ribeiro dos Santos¹³, o Cardeal Saraiva¹⁴ e João Pedro Ribeiro¹⁵, sendo que o primeiro dizia não ser latina a origem da língua portuguesa mas, proveniente do celta. Mito?

A. de Almeida Fernandes considera predominantemente germânica a toponímia da freguesia de S. Mamede, juntamente com as demais do concelho de Braga¹⁶. Na mesma direção, aliás, do estudo de Piel, que aponta o topónimo como sendo dessa origem, nomeando contudo apenas uma das três freguesias que o compunham à data a que se refere, 1220, no caso a de Este S. Pedro, omitindo a de S. Mamede e S. Simão: «Creio que podemos ver com segurança no elemento EST, que se repete nos quatro topónimos a seguir, o got. ASTS, alem. mod. AST “ramo” [...] a raiz AST encontra-se também em nomes langobardos. ESTE pode explicar-se ou como genitivo dum hipocorismo ASTO ou de um diminutivo ASTILUS=ASTILA»¹⁷.

A primeira referência à Igreja de S. Mamede, por conseguinte à paróquia, vem descrita no L. F., doc. n.º 32, fl. 18-v, numa escritura de venda de 8 de Julho de 1028 em que Ermorigo e esposa vendem a Pedro Lovesendes e esposa D. Aragunte metade de uma herdade «iuxta ecclesiam Sancti Mametis»¹⁸.

Relativamente à paróquia de S. Simão, que entretanto foi incorporada na de S. Mamede, data de 1056 a primeira referência¹⁹, o que vai de encontro à datação, atribuída pelos técnicos,

¹³ António Ribeiro dos Santos nasceu em Massarelos, Porto, em 1745, e faleceu em Lisboa, em 1818. Estudou humanidades no Brasil e direito na Universidade de Coimbra, onde se doutorou, tendo exercido o magistério entre 1779 e 1795. Membro efetivo da Academia das Ciências de Lisboa, foi também cronista da Casa de Bragança e censor régio. Homem de vasta cultura, aberto à modernidade no contexto de enciclopedismo que caracterizou a Europa das Luzes, dedicou-se aos estudos linguísticos, mas foi na historiografia que mais se salientou deixando, entre outros, inúmeros estudos sobre o povo e a literatura sacra hebraica, as origens e progressos da poesia portuguesa, a história das matemáticas, as origens e a evolução da tipografia em Portugal.

<https://www.uc.pt/bguc/DocumentosDiversos/AntonioRibeiroSANTOS> - consultado em 2018-04-15.

¹⁴ Francisco de São Luís Saraiva, O.S.B. (Ponte de Lima, 26 de Janeiro de 1766 - Lisboa, 7 de Maio de 1845), popularmente conhecido como Cardeal Saraiva, foi o oitavo Patriarca de Lisboa com o nome de D. Francisco II. Escreveu entre outros “*Memória em que se pretende demonstrar que a língua portuguesa não he filha da língua latina, nem esta foi em algum tempo vulgar dos lusitanos*” (1837).

https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_de_São_Luís_Saraiva - consultado em 2018-04-16.

¹⁵ João Pedro Ribeiro, (Porto, 27 de Maio de 1758 — Porto, 4 de Janeiro de 1839), fundador da ciência diplomática em Portugal, quer dizer, da ciência que trata do estudo dos diplomas, em 1790 era já considerado como homem tão perito no estudo dos antigos documentos que a Academia Real das Ciências o escolheu, apesar de não ser ainda seu sócio efetivo, para ir visitar os cartórios das câmaras, conventos, etc., para tirar quantos subsídios pudesse para a história pátria.

<http://www.arqnet.pt/dicionario/ribeirojp.html> - consultado em 2018-04-15.

¹⁶ A. de Almeida Fernandes, *Paróquia Suevas e Dioceses Visigóticas* (Arouca, 1997),

¹⁷ Joseph M. Piel, *Os Nomes Germânicos na Toponímia Portuguesa* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1937) 96.

¹⁸ Liber Fidei Sanctæ Bracarensis Ecclesiæ, edição crítica do Cônego Avelino de Jesus da Costa (Braga: Junta Distrital de Braga, Tomo I, 1958), 62-63.

¹⁹ Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, (2 vols., 2.ª ed. Refundida e amp. Braga, Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997), 68.

que situa entre os séculos IX e XI a cruz vazada em granito (ao estilo da que se encontra na porta do sol da Sé de Braga), retirada pelos anos 70 do século passado da parede traseira da capela de S. Simão, dado o seu estado de degradação avançada em que se encontrava, pelas mãos do então pároco, e que se encontra no Museu Pio XII, juntamente com a imagem em pedra policromada do orago S. Simão. Foi restaurada em 1990, com a ajuda das entidades civis (Junta de Freguesia e Câmara Municipal) que contribuíram com diversos materiais e com o esforço dos moradores da freguesia, que com mão-de-obra e esmolas deram um importante contributo para o seu restauro.

1.3 – Os oragos

1.3.1 – S. Mamede

S. Mamede é um santo venerado pela Igreja Católica, que o celebra a 17 de agosto e pela Igreja Ortodoxa que lhe dedicou 2 dias, o 1 ou 2 de setembro e o primeiro domingo depois da Páscoa.

Mamede de Cesareia viveu no século III, na Capadócia, atual Turquia. Os santos Gregório Nazianzo e Bazílio fizeram de um simples pastor das redondezas de Cesareia (Kayseri), sem instrução nem fortuna, um distinto cristão, que por isso sofreu o martírio e foi sepultado cerca de 274. Mas, passemos à lenda. Mamede significa o que foi aleitado. Tendo nascido no seio de uma família cristã comum, alguns historiadores situam o seu nascimento em 259 e o seu martírio em 275. «Nasceu na prisão, onde estavam os pais Teodoto e Rufina, martirizados, por serem cristãos, logo após o nascimento do filho. A piedosa mãe pediu ao Senhor, antes de morrer, que encontrasse alguém que cuidasse do bebé. A prece foi ouvida e, após a sua morte, um anjo ordenou a uma viúva rica de Cesareia, chamada Ammia, que acolhesse o recém-nascido»²⁰.

Foi-lhe dado o nome de Mammès porque lhe chamava mamma (mamã) à mulher que o adotou e educou na fé cristã, o que fez com que desde cedo se tornasse confessor. Dedicou-se à pregação do Evangelho, de forma convicta e extremamente convencidora.

Ainda acerca da lenda vejamos o que nos diz a especialista Cristina Huete Garcia:

San MAMANTE DE CESAREA. M. c. 275.

Según la leyenda nació prematuramente en Cesarea de Capadocia, mientras eran martirizados sus padres santos Rufina y Teódoto, y después de

²⁰Departamento dos Bens Culturais da Diocese do Porto
<http://www.bcdp.org/v2/images/documentos/s.mamede.pdf> - 04-01-2017

una existencia sujeta primeramente dedicada al pastoreo y después a continuas a detenciones, interrogatorios y castigos, murió en Cesarea, durante la persecución de Aureliano, a manos de un gladiador que lo desventró.

La "passio" más antigua narra que era un muchacho de 12 años que vivía con el obispo de Cesarea de Capadocia, Taumasio, que al morir mártir bajo el gobierno de Aureliano, a Mamés se le respetó por su corta edad, sintió una voz que le impulsó a abandonar la ciudad. Así comenzó su predicación a los animales salvajes, acompañada de la lectura del Evangelio. Así vivió durante cinco años, alimentándose de miel y leche que le daban los animales, y él fabricaba quesos que enviaba a los cristianos perseguidos. Al enterarse de su actividad el gobernador Alejandro, mandó detenerlo acusado de magia, pero los soldados que fueron a prenderle se convirtieron, y todos fueron arrestados y conducidos a la cárcel, los soldados fueron decapitados y a Mamés se le aplicó toda suerte de torturas, y se le arrojó a las fieras, pero estas lo respetaron. Durante su estancia en la cárcel consiguió liberar a los presos y convertir a muchos. Al final murió tranquilamente, después de predecir la muerte del gobernador Alejandro, como así sucedió. Se decía que era uno de los pastores de Belén. Los santos Gregorio Nacianceno y Basilio "el Grande" lo elogiaron porque su martirio abarca toda una vida. Su vida es muy venerada en Oriente, pero sus Actas no son muy fiables²¹.

S. Mamede é muitas vezes representado com um leão, o livro dos evangelhos, um bastão e o tridente, instrumento do seu martírio, por vezes substituído por um machete ou sabre curto. No caso da freguesia de Este S. Mamede, a imagem (Figura 1) apresenta como atributos o manto vermelho como sinal do martírio, com um leão do seu lado direito; com a mão direita segura um cajado e na mão esquerda o livro dos evangelhos. É o santo protetor dos queijeiros.

²¹ http://hagiopedia.blogspot.pt/2015_08_17_archive.html - 04-12-2016.



Figura 1 – Igreja paroquial de S. Mamede de Este
Retábulo lateral: S. Mamede, orago da freguesia, imagem provavelmente do século XIX

1.3.2 – S. Simão

S. Simão faz parte dos doze primeiros apóstolos escolhidos por Jesus. Nos evangelhos é citado como Simão o Cananeu (Mateus 10,4, e Marcos 3,18) e Simão o Zelota (Lucas 6,15). Se Cananeu se refere à terra do seu nascimento, Canaã da Galileia, que se situa no atual estado de Israel, Zelota diz respeito à circunstância de ser membro dos Zelotes, cuja ligação é pouco provável, ou dos “zeladores”, conservadores das tradições judaicas que lutavam pela libertação de Israel da ocupação romana.

Para alguns estudiosos da Bíblia, as alcunhas de “cananeu e zelota” terão sido postas apenas e só para o distinguir de Pedro, que também se chamava Simão.

Tal como todos os outros apóstolos, também Simão fez parte das missões de evangelização que ocorreram após a Ascensão de Cristo. Segundo a tradição, Simão, juntamente

com Filipe, terá evangelizado no Egito, seguindo posteriormente para Inglaterra e Espanha. Terá chegado à Ásia Menor, donde teria partido junto com Judas Tadeu para a Mesopotâmia e a Síria, chegando à Pérsia onde se juntou a outros apóstolos que por lá evangelizavam. «Apóstolo associado a S. Judas Tadeu. De ambos pouco se sabe, crendo-se que se tenham devotado ao apostolado com outros apóstolos. Simão terá sido martirizado como o profeta Isaías: serrado ao meio. É por isso que o seu atributo é uma serra»²²

Hegésipo, cronista cristão, conta que Simão teria sofrido o martírio durante o império de Trajano, contando já com a avançada idade de 120 anos. Sobre o seu martírio, as versões são duvidosas, permanecendo a incerteza se morreu na cruz ou se foi queimado numa fogueira na Arménia, ou se, por outro lado, terá sido serrado ao meio. A tradição católica diz que foi queimado vivo. São Fortunato, bispo de Poitiers no século VI, diz que S. Simão e S. Judas Tadeu foram enterrados na Pérsia.

A Igreja Católica representa-o com os seguintes atributos: na mão direita segura um livro aberto e na mão esquerda um longo serrote, que terá sido o instrumento do seu martírio. Curiosamente, a imagem antiga, em pedra policromada, datada entre os séculos XV-XVI, que se encontra atualmente no Museu Pio XII de Braga, não possui o longo serrote, mas uma vara encimada por uma cruz latina. Por seu lado a que se encontra hoje na sua capela, outrora igreja paroquial, apresenta o longo serrote, mas não tem o livro na mão direita. O santo é festejado a 28 de outubro, juntamente com S. Judas Tadeu. Nas memórias paroquiais da freguesia, de 1758, o seu redator, o padre Manoel de Faria, refere-se-lhe desta forma: «Fica no principio da freguezia, na parte do Nascente. E no dia do apóstolo S. Simão acode gente de romagem a ella».

A Figura 2, representando S. Simão, é descrita da seguinte forma:

é uma escultura portuguesa da oficina de Diogo Pires-o-Velho, é dos séculos XV-XVI, 1475-1510, feita de pedra, (calcário) policromada (repolicromada). Esta imagem esculpida representa o santo de pé, frontal, estático olhando em frente, apenas com os atributos da sua missão apostólica, uma grande cruz latina na mão direita e o livro fechado na mão esquerda.

²² Jorge Campos Tavares, *Dicionário de Santos: Hagiológico, Iconográfico, de atributos, de artes e profissões, de Padroado, de compositores de música religiosa* (3.ª edição. Porto, Lello Editores, Lda. 2001) 135, col. 1.

O Santo, traça túnica comprida até aos pés e manto lançado pelas costas apertado junto do pescoço.

O tratamento do rosto oval, com o nariz bem desenhado no eixo, olhos ovais, malares ligeiramente demarcados, boca pequena, emoldurado por madeixas onduladas de definição linear que se prolongam naturalmente pelo bigode e barba²³.



Figura 2 – Imagem em pedra policromada de S. Simão
(fotografia nossa)



Figura 3 – Atual imagem de S. Simão

²³ Maria João Vilhena de Carvalho, *Viagem à escultura do Museu Pio XII* (Braga: Instituto de História e Arte Cristã, 2011), 57.

1.4 – A paróquia

A paróquia rural é o mais antigo e mais estável quadro da organização da vida social e religiosa da população portuguesa, sendo já elevado o número de paróquias na segunda metade do século XI ao tempo da fundação de Portugal como reino independente.

No século XVIII, a paróquia ou freguesia, para além de se organizar à volta de um juiz da igreja, elegia entre os seus moradores homens a quem cabia a defesa dos direitos dos paroquianos e da sua igreja face às comunidades vizinhas, mas também a articulação com a Igreja e a sua hierarquia eclesiástica e ainda com as autoridades públicas e municipais da região.

Segundo as disposições do direito canónico, Cânone 451, parágrafo I, a Diocese deve dividir-se em partes territoriais distintas, cada qual com a sua igreja particular, o seu povo determinado e o seu reitor próprio. Cada uma dessas parcelas de território tem o nome de paróquia; o padre a quem ela é concedida como título tem o dever de se dedicar à cura das almas sob a autoridade episcopal, e chama-se pároco. No entanto, «a organização das paróquias não resultou de decreto geral, pontifício ou conciliar; operou-se gradualmente segundo as circunstâncias especiais de cada região»²⁴.

Se anteriormente ao século IV, a única igreja era a igreja principal de cada cidade, o lugar onde residia o bispo, à qual passou depois a chamar-se Sé ou Catedral, «nas grandes cidades depressa surgiram nos subúrbios rurais mais santuários consagrados ao ministério religioso com clero fixo; são as paróquias que, aparecendo desde o início do século V, não vão cessar de se organizarem e de crescerem»²⁵.

No ano 572, em Braga, o segundo concílio bracarense vai já legislar acerca dos assuntos paroquiais, ficando definido que os Bispos deveriam visitar cada uma das igrejas da sua Diocese, examinar o procedimento dos clérigos quanto à administração do batismo, celebração das missas e outros ofícios, e fazer por ocasião da visita uma instrução especial ao povo dessa igreja.

José Mattoso dá-nos conta que houve uma profunda transformação toponímica entre os séculos VI e XI, que atingiu precisamente as regiões mais povoadas e faz quatro afirmações a nosso ver importantes e que se adequam perfeitamente à realidade do que aconteceu à paróquia de S. Mamede Deste, que no século XV anexou a de S. Simão Deste, nomeadamente no que concerne ao ponto

²⁴ Miguel de Oliveira. *As paróquias rurais portuguesas: sua origem e formação* (Lisboa, União Gráfica, 1950).

²⁵ Soares, *Monografia...*,19.

«1) o fenómeno da proliferação das paróquias rurais no século XI, e a sua redução em número nos séculos XIV-XV; 2) o agravamento progressivo da fiscalidade diocesana desde o princípio do século XII; 3) o enquadramento progressivo da paróquia num sistema jurídico que determinava rigorosamente os deveres dos párocos para com os bispos, mas que dizia respeito sobretudo imposições fiscais; 4) o silêncio quase total das fontes acerca dos deveres pastorais dos curas»²⁶

Pese embora a invasão árabe em 711 possa ter provocado alguma desorganização, tal não terá sido suficiente para o seu desaparecimento completo, já que o domínio islâmico foi, a noroeste, algo passageiro e fugidio, o que não terá chegado para marcar com substancialidade a sociedade, sendo hoje certo que «terá havido apenas um semi-ermamento e uma desorganização da vida socio-religiosa, sem que se tenha verificado o abandono completo e total das terras e das paróquias»²⁷.

A partir da reconquista forma-se uma rede mais densa com o estabelecimento de centros paroquiais em oratórios fundados por iniciativa particular. Constituem-se então novos quadros económicos e religiosos em que assentam a maior parte das paróquias rurais do norte do nosso país: são as freguesias.

1.4.1 - S. Mamede Deste

A paróquia de S. Mamede Deste, documentada pelo menos a partir do ano de 1028, terá tido a sua origem, tudo leva a crer, ainda em pleno século VI, segundo o paroquial suevo.

Avelino de Jesus da Costa²⁸ alinha as seguintes referências:

«Este (S. Mamede), c. Braga.

- 904, «in villa Nugaria [...] juxta rivulum Alister (L.F., doc.175)

- 1062, «Gutier Menendiz de Aleste» (Ap., doc. 3). – 1136, «três quartas ecclesie Sancti Mametis de Este (Aeste) que est circa Bracarum» (ib., doc. 72). – 1206, «Sancto Mametis aquas discurentibus ad ribolum Alister»

²⁶ José Mattoso, *Obras Completas. Portugal Medieval, novas interpretações* (Lisboa, Círculo de Leitores, 2002), 35.

²⁷ Soares, *monografia...*, 19-20.

²⁸ Costa, *O Bispo...*, vol. 2, 69.

(Gav. Prop. Part., doc., 148). – 1220, «De Sancto Mamete de Este». – 1290, «Parrochia Sancti Mometis de Est (Sam Momhede da Este)». – 1320, «Ecclesia Sancti Mametis de Este annexa thesauraria». – 1528, San Mamede dEste [anexa] há dicta thesauraria» [de Braga]».

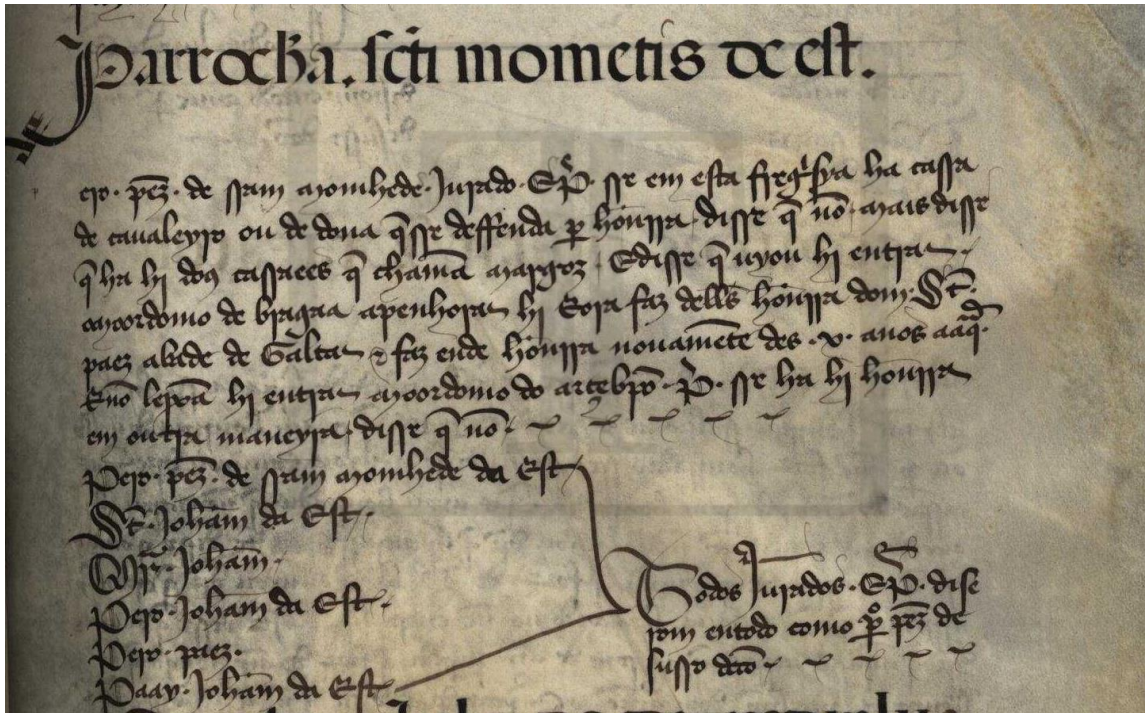


Figura 4 – A paróquia de S. Mamede nas Inquirições de D. Dinis²⁹

Quanto a S. Simão, por seu turno, faz a seguinte descrição:

«S. Simão, freguesia incorporada na de S. Mamede de Este. 1056, 1071 e 1117, «In villa Aliste subtus monte Spino» (Ap., docs. 2, 2-a, 5, 6 e L.F., doc.688).

- 1220, «De Sancto Simeone de Este». – 1262 «Parrochia Sancti Simeonis de Alister» (Gav. Prop. Part., doc. 597, or. Gót.).

- 1290, «In parrochiis Sancti Petri et S. Simeonis de Est (Sam Simhom)».

²⁹ ANTT, Inquirições de D. Dinis, livro 1, fl. 23.

- 1320, «Ecclesia Sancti Symeonis dEste». – 1528, «San Simão d Este anexa a tesouraria de Bragua» CDS., fl. 72, e CBL, fl.11 – 1749, «A igreja de S. Simão Deste extinta a S. Mamede Deste» (Ind., fl. 50v)».

A capela de S. Simão e S. Judas, no lugar de S. Simão, corresponde à antiga igreja paroquial.

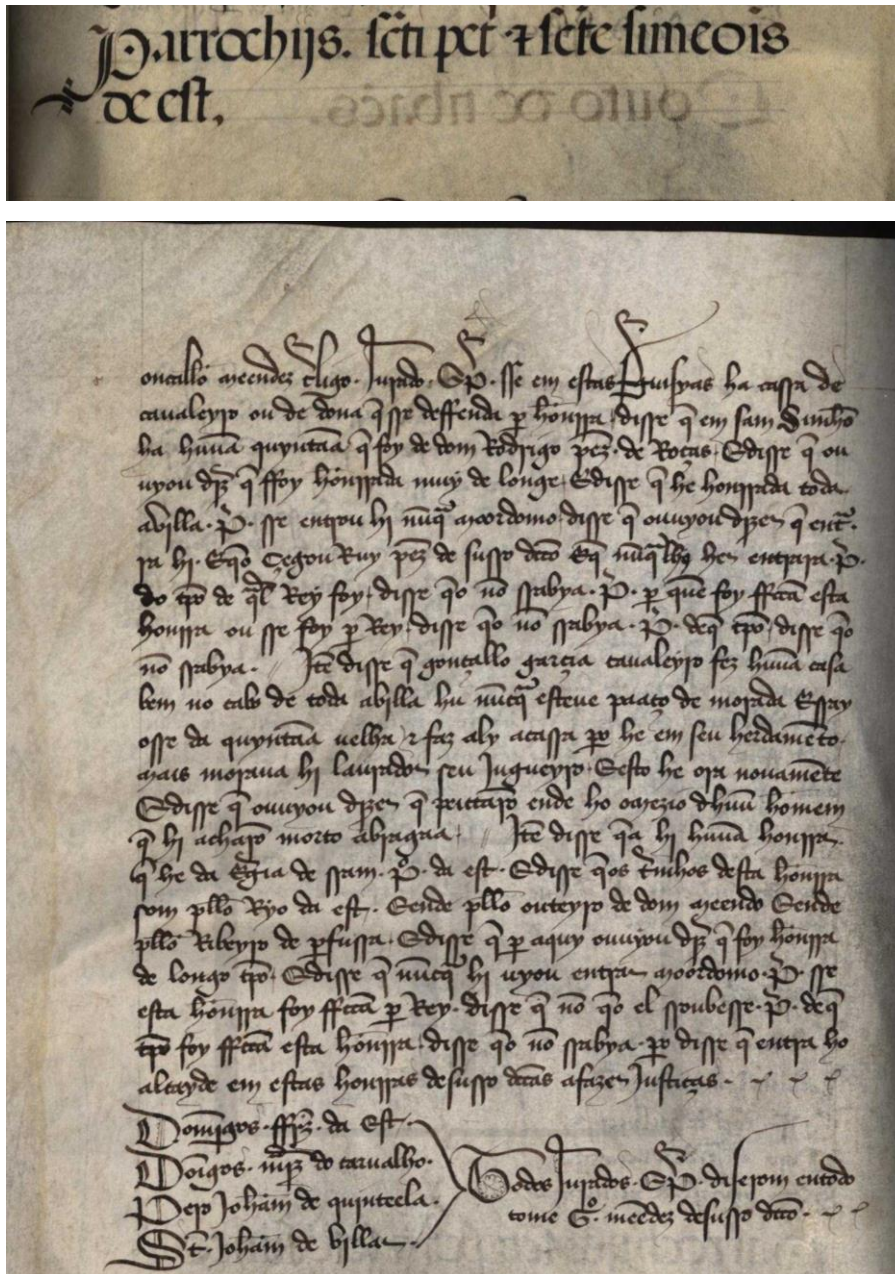


Figura 5 – A paróquia de S. Simão nas Inquirições de D. Dinis³⁰

³⁰ ANTT, Inquirições de D. Dinis, livro 1, fls. 25, 25v.

Capítulo II – A população e a sua evolução

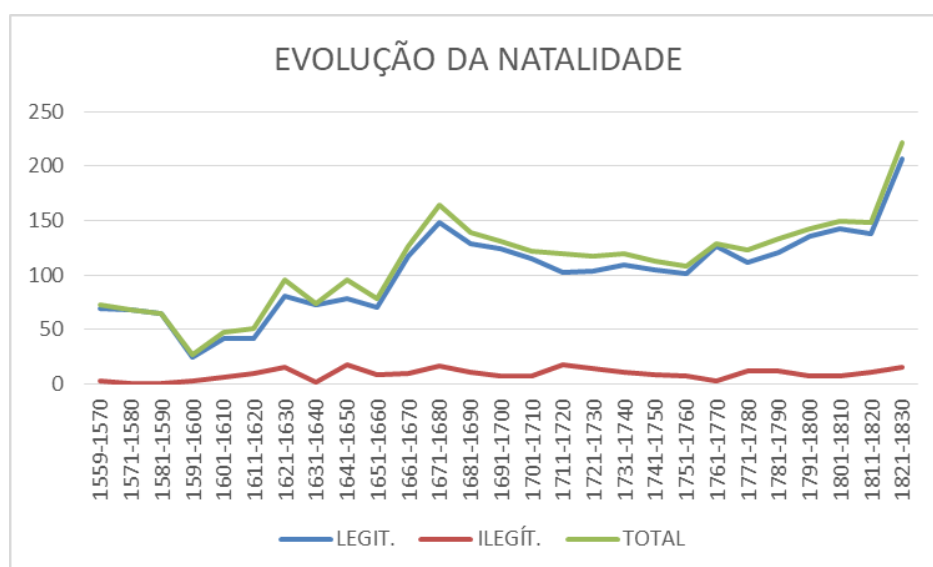
2.1 Contextos

2.1.1 – Demografia

Para o movimento demográfico da freguesia de S. Mamede Deste, reconstituimos a evolução da natalidade, da nupcialidade e da mortalidade, entre 1559 e 1830, a partir dos registos paroquiais respetivos. Esses dados foram cruzados com as informações provenientes das Memórias Paroquiais de 1758. Segundo o seu redator, a freguesia contava então 425 pessoas, distribuídas por 110 fogos, o que dá um rácio de 3,9 pessoas por fogo, o que classifica a freguesia como de média dimensão populacional³¹.

No que diz respeito à natalidade (Gráfico I), parece observar-se uma quebra nos últimos decénios do século XVI, iniciando-se depois uma subida gradual até 1630 que, mais ou menos, se estabiliza até 1660, altura em que é notória uma subida acentuada até 1680, tendência que será revertida até 1720, estabilizando outra vez até 1760. A partir daí, a curva da natalidade regista uma subida acentuada até ao final da nossa observação. A natalidade ilegítima mantém-se em níveis relativamente baixos ao longo de todo o período analisado, configurando uma freguesia de baixa ilegitimidade.

Gráfico I - Evolução da natalidade na freguesia de S. Mamede de Este (1559-1830)

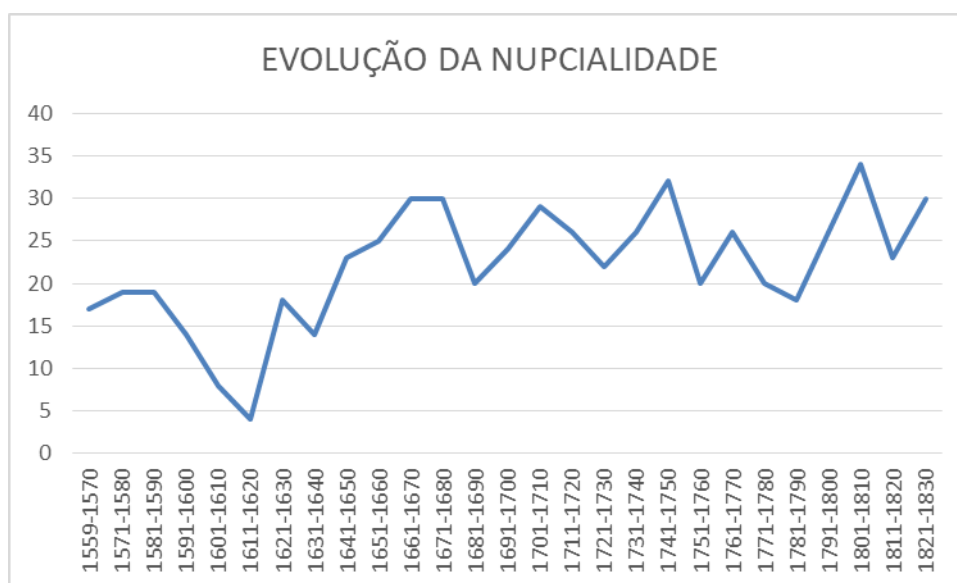


Fonte: ADB, Registos Paroquiais de S. Mamede de Este.

³¹ José Viriato Capela, e Ana da Cunha Ferreira. *Braga Triunfante ao tempo das memórias paroquiais de 1758* (Braga: Compolito – Serviços de Artes Gráficas, Lda. 2002), 142.

No que diz respeito à nupcialidade (Gráfico II), nota-se uma queda até à década de 1620 (o que se pode dever a sub-registo), subindo a partir daí, até 1680, tendendo mais ou menos a estabilizar até ao final do período em análise, exceção feita para o decénio de 1800-1810, altura em que existe um pico mais elevado e que curiosamente corresponde à altura da Guerra Peninsular, na qual a freguesia foi vítima na segunda invasão.

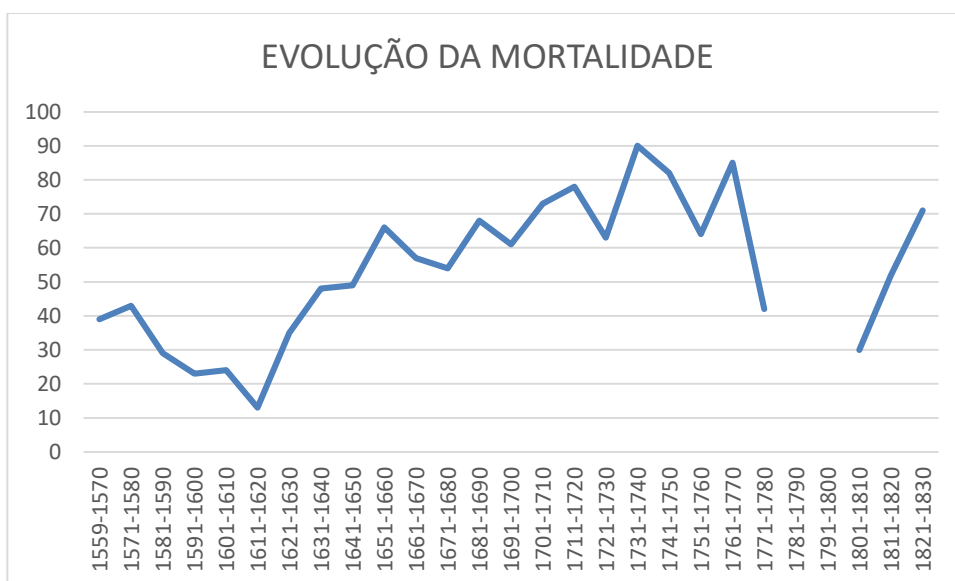
**Gráfico II – Evolução da nupcialidade na freguesia de S. Mamede de Este
(1559-1830)**



Fonte: ADB, Registos Paroquiais de S. Mamede de Este.

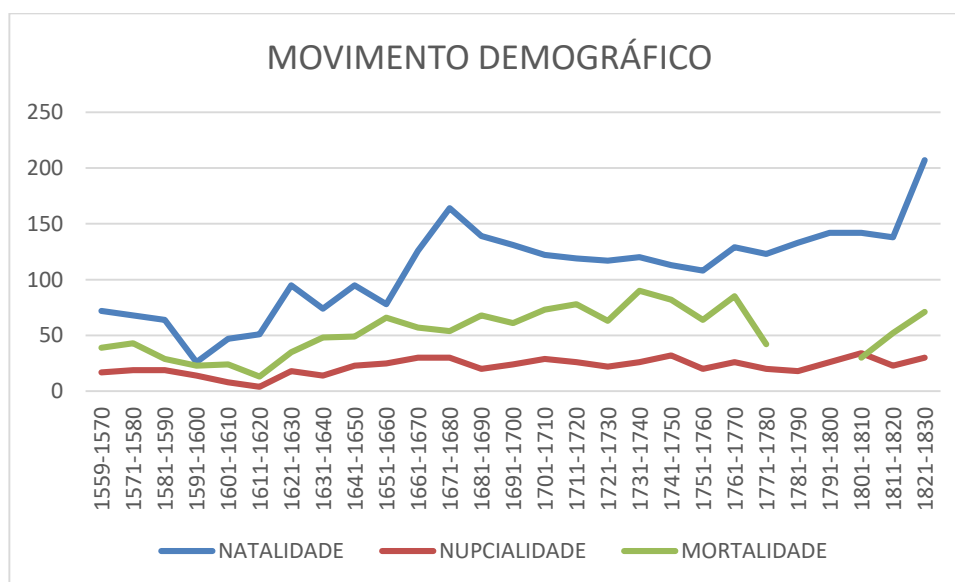
A mortalidade (Gráfico III) acompanha mais ou menos a evolução dos outros registos, natalidade e nupcialidade. Deve notar-se que o livro de óbitos da freguesia entre 1777 e 1809 desapareceu, constando os números da década de 1810 apenas dos mortos na batalha do Carvalho D'Este de 20 de março de 1809, que se encontram num caderno de dez meias páginas, cosido, solto e apenso ao livro misto n.º 479 dos Registos Paroquiais.

**Gráfico III – Evolução da mortalidade na freguesia de S. Mamede de Este
(1559-1830)**



Fonte: ADB, Registos Paroquiais de S. Mamede de Este.

**Gráfico IV – Movimento demográfico na freguesia de S. Mamede de Este
(1559-1830)**



Fonte: ADB, Registos Paroquiais, S. Mamede de Este.

Da análise do Gráfico IV, pode inferir-se que a natalidade foi sempre superior à mortalidade, sendo por isso de realçar que a população foi sempre em crescendo.

2.2 Epidemias

A ausência de dados torna praticamente impossível falar de epidemias em S. Mamede Deste, pelo que é aconselhável tomar o concelho de Braga como um todo. Se analisarmos o Gráfico IV, temos um pico de mortalidade no decénio 1731-1740, embora se notem oscilações que começam na última década de seiscentos e se prolonguem até à década de setenta de setecentos. A nossa análise é interrompida pela inexistência do livro de óbitos seguinte, como ficou dito.

Os estudos que conseguimos pesquisar sobre o tema dão-nos conta de várias crises: umas de origem epidémica, outras de subsistência e ainda outras provocadas pela conjugação dos dois fatores anteriores.

Para Braga, socorremo-nos de um texto de Senna de Freitas, que nos diz que no ano de 1769 houve «copiosas e continuadas chuvas, dificultando as sementeiras d'uns frutos e as colheitas doutros; [...] escassearam os géneros de primeira necessidade, e a carestia aumentava a fome: crescia espantosamente a pobreza; [...] nas casas dos padeiros, eram contínuos os alaridos para compra de pão, que só com grandes instâncias e empenhos se vendia»³².

A fome, por seu lado, deu lugar à peste, que grassou no ano seguinte, com febres contagiosas, que vitimaram “um não pequeno” número de pessoas.

2.3 Guerras

2.3.1 – A Batalha do Carvalho d'Este

A segunda invasão francesa, comandada pelo general Soult, entrou pela fronteira de Chaves e rapidamente tomou conta da cidade, aprisionando o comandante das forças portuguesas, o tenente-coronel Pizarro, tendo os franceses iniciado a sua marcha sobre Braga, a 14 de Março de 1809. À medida que iam avançando em direção à capital do Minho, «os franceses foram encontrando uma resistência cada vez maior por parte da população, a qual aderira aos apelos dos poderes municipais e clericais, após a forte exaltação oriunda dos púlpitos. Esta resistência populacional constituiu um dos principais fatores inibidores do movimento francês em direção a Braga»³³. Assim aconteceu em Ruivães, a 15 de março; apesar das forças serem constituídas apenas por populares, milícias e ordenanças, conseguiram resistir um dia. Salomonde

³² Bernardino José de Senna de Freitas, *Memórias de Braga*, (Braga, Imprensa Católica, 1890), Tomo I, 276-277.

³³ Artur Pepe Clara Meireles da Fonseca, «Defesa de Portugal Durante A 2.ª Invasão Francesa – Estudo da Acção Retardadora» (trabalho de investigação aplicada, Lisboa, Academia Militar, 2009), 30.

caiu no dia seguinte, com forças semelhantes às de Ruivães, também depois de só resistirem um dia.

Em Carvalho d'Este foram dispostas, entre outras unidades, as forças da Leal Legião Lusitana, comandadas pelo Barão d'Eben, que, tirando partido da posição estratégica do local, foi distribuindo as forças portuguesas pelos montes. «Nesta posição do Carvalho d'Este, os portugueses resistiram 3 dias, não conseguindo impedir a tomada de Braga a 20 de março de 1809»³⁴. As forças em confronto eram demasiado desproporcionais para assegurar outro desfecho, quer em número de homens quer de armas. Dos milhares de portugueses que perderam a vida, militares ou populares, será justo honrar os populares desta freguesia registando os seus nomes, pela ordem em que aparecem no caderno de 5 folhas, cosido, apenso ao livro misto número 479 dos Registos Paroquiais e que se inicia assim:

«Dou comissão ao Reverendo Manuel José de Abreu para rubricar este Livro que há-de servir para os assentos de óbito da freguesia de São Mamede Deste. Braga, 22 de Agosto de 1809.

Assentos dos que morrerão na batalha do Carvalho no dia vinte, e vinte, e hum de Março de 1809 e são os seguintes:

- 1 - João Manuel Dias Pinheiro, Pároco que foi nesta Igreja de Sam Mamede Deste.*
- 2 - António José de Sousa, do lugar da Batoca.*
- 3 - João Francisco, casado com Mariana Francisco, caseiro do lugar da Batoca.*
- 4 - Manuel Francisco casado com Grácia Francisca do lugar da Batoca.*
- 5 - João, solteiro, filho de João Francisco e de Mariana Francisca do lugar da Batoca.*
- 6 - Francisco, solteiro, filho de João Francisco e de Mariana Francisca do lugar da Batoca.*
- 7 - António, solteiro, filho de João Francisco e de Mariana Francisca do lugar da Batoca.*
- 8 - António Fernandes, irmão de Bento Fernandes, caseiro, no lugar do Maragôto.*
- 9 - Matias José de Sousa, caseiro, no lugar do Paço.*
- 10 - Manuel Ferreira, filho natural, de Maria Ferreira no lugar da Tomada.*
- 11 - Maria Agostinha, mulher que foi de Manuel José de Sousa do lugar do Pregal.*
- 12 - Sebastião Rodrigues, filho de Custódio Rodrigues, do lugar do Paço, solteiro, e de Isabel Fernandes já defunta.*
- 13 - O Padre José António Alves, do lugar de S. Simão.*
- 14 - Miguel Vieira, solteiro, do lugar do Xisto.*

³⁴ Artur, «Defesa...», 31.

15 - João Antunes, filho de Domingos Antunes já defunto e de Ana Maria Pereira do lugar da Bemposta.

16 - José António Cardoso, casado, do lugar da Venda (desaparecido).

17 - António de Araújo Rebelo, casado com Custodia da Cunha do lugar da Rola.

18 - Manuel Ferreira, viúvo, do lugar de Fonte Cova.

19 - Miguel António da Silva do lugar de Simões de Quintela.

20 - Francisco Vieira, casado, lavrador do lugar do Caminho.

21 - José Gonçalves, viúvo, do lugar de Quintela.

22 - Miguel Rodriguez, casado, do lugar do Penedo.

23 - José Joaquim, sombreireiro, casado, do lugar de Quintela.

24 - Miguel Vieira, carpinteiro, casado, do lugar do Gericó de Quintela.

25 - Domingos Antunes, solteiro, filho de Francisco Antunes do lugar da Devesa.

26 - Jerónimo Francisco, viúvo, do lugar do Tojal.

27 - Miguel Rodrigues, solteiro, sombreireiro assistente, do lugar do Campo.

28 - Custódio de Araújo, casado, sombreireiro, do lugar do Tojal.

29 - António Rodrigues, do lugar do Vilar.

Aqui findam os assentos dos que morrerão na Batalha do Carvalho de vinte de Março de 1809. O Vigário Bento José Vieira»³⁵.

Posteriormente há mais um registo relacionado, e que passamos a transcrever:

- Francisco Rodrigues, solteiro, filho natural de Bento Rodrigues do lugar do Pregal desta freguesia de São Mamede d'Este, desapareceu na Campanha do Carvalho de vinte de Março de mil oitocentos e nove, por cujo motivo fiz este Assento para a todo o tempo constar. O Vigário Bento José Vieira.

Desta lista de mortos do confronto da serra do Carvalho d'Este, três factos há que devemos salientar: as quatro pessoas da mesma família, pai e três filhos, os dois padres, um dos quais o vigário da freguesia, e, uma mulher.

Um monumento na rotunda do Fojo, situado na freguesia, assinala os 200 anos destes confrontos e relembra as suas vítimas (Figura 6).

³⁵ Caderno de 5 folhas, cosido, apenso ao livro misto n.º 479, dos Registos Paroquiais.



Figura 6 - Monumento comemorativo dos 200 anos da batalha do Carvalho d'Este
(fotografia nossa)

Capítulo III – Economia e sociedade

3.1 – Posse da terra

A posse da terra na freguesia de S. Mamede Deste, tal como todas as outras freguesias do termo de Braga, segundo estudos de Margarida Durães, pertencia a alguns poucos senhores que muitas vezes nem dela eram oriundos, sendo que o maior quinhão de terras pertenceria, pelo menos a partir do século XI à igreja.

Neste concelho, até às reformas que os liberais empreenderam ao longo do século XIX, quase toda a propriedade estava nas mãos do clero e da nobreza. Os maiores senhorios, eclesiásticos, eram a Mitra e o Cabido da Sé de Braga. [...] Esta omnipresença senhorial era, porém, interrompida aqui e ali, por pequeníssimas propriedades vilãs. As poucas referências encontradas sobre este tipo de propriedade indicam que, em geral, era formada por parcelas muito pequenas que não permitiam a sobrevivência de um agregado familiar a não ser como complemento de outra atividade ou aliadas a bens de outra natureza. Os bens que complementavam as pequenas explorações vilãs eram os terrenos pertencentes aos domínios senhoriais ou os baldios e maninhos que existiam um pouco por todo o lado³⁶.

Neste contexto, e recuando ao século X, encontramos no *Liber Fidei*, alguns documentos de compra, venda e doação, de propriedades na vila Aliste, onde se destaca um casal, de seus nomes Pedro Lovesendes e D. Aragunte Mides, estes já no século XI. Contador de Argote, falando sobre a “Villa Aliste”, um dos vários topónimos desta freguesia, observa: «Aliste, villa, onde a meu ver, tinha o seu nascimento o rio deste nome, ficava debaixo do monte Espinho e já existia no ano de novecentos e noventa [...] este D. Pedro Lovesendes parece ser já morto no anno mil trinta e três; porque dalli em diante acho as compras feitas nesta villa em nome da condessa sua mulher»³⁷. Argote intitula-a de condessa, mas em nenhuma escritura aparece registado esse título, existindo em algumas como “*dona*”. A data do falecimento do marido também não é correta. De facto, o casal em questão foi adquirindo propriedades atrás de propriedades, sempre nesta

³⁶ Margarida Durães, «Estratégias de sobrevivência económica nas famílias camponesas minhotas: os padrões hereditários (séc. XVIII – XIX)» (Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu – MG – Brasil, de 20 – 24 de Setembro de 2004), 1.

³⁷ D.Jerónimo Contador de Argote, *Memórias para a história eclesiástica do Arcebispado de Braga, Primaz das Espanhas* (Lisboa: na Régia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1734), 320.

localidade, até ao ano de 1042. A escritura seguinte a esta data é de 1046. Nesta compra já só aparece o nome de D. Aragunte Mides, o que significa que Pedro Lovesendes terá entretanto falecido.

Sobre este casal e a sua importância na freguesia, Luís Carlos Amaral comenta que «à partida não podemos excluir a ligação, quer de Pedro Lovesendes quer de D. Aragunte, à aristocracia local, mesmo tendo em conta que não encontramos seguros vestígios dessa eventual relação nem na documentação estudada, nem ao longo dos exaustivos trabalhos que José Mattoso dedicou à nobreza desta época»³⁸.

As doações à Sé de Braga começam em pleno século XI, logo após a restauração da Diocese ocorrida em 1071 com o bispo D. Pedro. No que concerne à freguesia de S. Mamede, destaca-se a doação feita por D. Aragunte Mides, por ser talvez uma das maiores doações que a Sé recebeu - «No dia 4 de abril de 1073, D. Aragunte Mides, já viúva, doava à Sé de Braga, na pessoa do seu bispo D. Pedro, a villa das Fontes do Este com todas as suas casas, vinhas, soutos, árvores de fruto, montes, pastos, cursos de água, etc. [...] São no seu conjunto 39 documentos»³⁹.

A Gaveta das Propriedades Particulares do ADB contém documentos significativos relativamente a S. Mamede Deste, dos quais damos nota no Quadro I.

Quadro I - Propriedades particulares (974-1056)

FL.	DOC.	DESIGNAÇÃO	ANO
314	25	Carta de compra do campo de Fofan de Padanido que compraram Estevão e Idílio a Goda e seus filhos.	974
	26	Doação de a metade de um casal e de uma casa em Aleste, feita por Estevão a sua sobrinha Nanteya.	982
	27	Carta de compra de uma leira de terra na Agra de Paredes em Deste, abaixo do monte Espinho, que compraram Revelio e Fredenanda a Froila Julia.	990
	28	Carta de compra de uma terra na Agra da Varzea, em Deste, abaixo do monte Espinho, que comprou Ermorigo e sua mulher Nantela a Estevão e sua mulher	999
	29	Carta de compra de uma terra em Deste na Agra abaixo do monte Espinho que comprou Senta, Presbítero a Cendom e sua mulher Sisoloza	1000
314v	30	Carta de compra de uma terra em Deste abaixo do monte Espinho, que comprou Ermegildo e sua mulher Froilla a Gefa e sua mulher.	976

³⁸ Luís Carlos Amaral, «Um património laico no século XI: os bens fundiários de Pedro Lovesendes e de D. Aragunte Mides», *Atas do Congresso Histórico 150 anos do nascimento de Alberto Sampaio*, Guimarães (1995), 191.

³⁹ Amaral, «Um património...», 189-190.

	31	Carta de compra de um casal em Deste, abaixo do monte Espinho, que comprou Ermorigo e sua mulher Nantela a Osório Vermudes e sua mulher D. Gontinha	1012
	32	Carta de compra de uma herdade em Deste, abaixo do monte Espinho, que comprou Pedro Jenesendo e sua mulher Aragunta a Ermorigo.	1028
	33	Carta de compra de uma herdade em Deste, abaixo do monte Espinho, que comprou Pedro a Gela e sua mulher Guisenda.	1030
	34	Carta de compra de uma herdade em Deste, abaixo do monte Espinho, que comprou Pedro Lovesendo e sua mulher Aragunta a Eldevredo Sentas	1031
315	35	Carta de compra de uma herdade em Deste, abaixo do monte Espinho, no lugar do Pomarelho, que comprou Osório a Olido	1021
	36	Doação de um pomar em Deste, abaixo do monte Espinho, no lugar do Cancelo, feita por Estevão e por seus filhos a Pedro Lovesendo e sua mulher Aragunta.	1031
	37	Carta de compra de uma herdade em Deste abaixo do monte Espinho, no lugar de Paredes, que comprou Pedro Lovesendo e sua mulher Aragunta a Ildevredo.	1032
	38	Carta de compra de uma herdade em Deste, abaixo do monte Espinho, que comprou Paulo e Nanina João a Ageredo.	1032
	39	Carta de compra de uma herdade em Deste abaixo do monte Espinho, no lugar da Ribela, que comprou Estevão e sua mulher Truile a Vermudo e sua mulher.	1032
315v	40	Carta de compra de uma herdade em Deste abaixo do monte Espinho, no lugar de Geley, que comprou Pedro Lovesendo a Gonçalo.	1032
	41	Carta de compra de uma herdade em Deste, abaixo do monte Espinho, que comprou Pedro Lovesendo e sua mulher Aragunta a Fragildo.	1032
	42	Carta de compra de meia Ração do linhar de Adosinda, que compraram Osório e Júlia a Gontina.	1032
	43	Carta de compra de uma leira em Deste, no lugar de Quintela, que compraram Osório e sua mulher Júlia a Calchino	1033
	44	Carta de compra de uma leira em Cortinha Redonda, abaixo do monte Espinho, que compraram Osório e sua mulher Júlia a Trudilo	1033
	45	Carta de compra de uma leira em Deste, no lugar de Quintela, que compraram Osório e sua mulher a Olido.	1033
316	46	Doação de uma herdade no lugar de Martim Carro, abaixo de Braga, feita por Anagildo, Vermudo e por outros a Guterres Lovesindo e sua mulher D. Aragunta.	1034
	47	Carta de compra de uma herdade em Deste, no lugar de Pomar Rodrigo, que compraram Pedro e sua mulher D. Aragunta a Fr. Ermegildo.	1036
	48	Carta de compra de uma herdade em Deste, que compraram Pedro Lovesendo e sua mulher D. Aragunta a Fr. Ermilo.	1040

	49	Doação de uma leira no campo de Goanomil, feita por Júlia a Pero Lovesendo e sua mulher Aragunta	1042
	50	Carta de compra de uma terra no lugar de Paredes, que compraram Osório e sua mulher Júlia a Salamiro e sua mulher Richila.	1044
316v	51	Carta de compra de umas herdades em Deste, que comprou D. Aragunta a Recaredo e sua mulher Galatruja.	1046
	52	Carta de compra de uma herdade em Deste que comprou D. Aragunta a Gonçalo e a Júlia.	1047
	53	Carta de compra de uma herdade no Pomar de Saúl em Deste, que comprou D. Aragunta a Gonçalo e sua mulher Júlia.	1047
	54	Carta de compra de uma leira em Deste, que compraram Estevão e sua mulher Fruile a Fr. Astruário	1047
	55	Carta de compra de uma herdade em Deste que comprou D. Aragunta a Onega filha de Revelis	1047
	56	Carta de compra de uma leira em Deste, no lugar de Pratanito, que comprou D. Aragunta a Osoredo.	1050
317	57	Carta de compra de uma herdade em Deste, no lugar de Pratanito, que comprou D. Aragunta a Gonçalo e sua mulher Júlia.	1050
	58	Carta de compra de uma leira em Deste, no lugar de Pomar de Saúl, que comprou D. Aragunta a Estrovedo e suas irmãs, Elevua e Idilo.	1054
	59	Carta de compra de umas herdades em Deste, que comprou D. Aragunta a Estevão e sua mulher Trovila.	1056
	60	Carta de compra de umas leiras no casal de Saúl em Deste, que comprou Aragunta a Estevão e sua mulher Trovila.	1056

Fonte: A. D. B., Gaveta das propriedades particulares, Índice 6.

Segundo Avelino de Jesus Costa⁴⁰, este índice refere-se aos documentos das propriedades doadas à Sé de Braga por D. Aragunte Mides, a que atrás referimos, sendo o seu testamento o documento 24. Do número 25 ao 60, constam as cartas das propriedades que o casal foi adquirindo ao longo dos anos. Os últimos são já com D. Aragunte viúva. Se, como lhe parece, o documento 60 é uma duplicação do documento 59, embora mais explícito, não deixam de ser curiosos os documentos seguintes que passamos a transcrever, embora seja ressalvado pelo autor que são documentos complementares da mesma propriedade: «O bispo D. Pedro concede ao presbítero Manualdo, para que a cultive e melhore sob o senhorio da Igreja Bracarense, a herdade de D. Aragunte Mides, em S. Mamede de Este (conc. de Braga), de que furtivamente se apoderara»; «O bispo D. Pedro concede ao presbítero Manualdo para que a usufrua, sob

⁴⁰ Edição crítica do Liber Fidei, tomo I, p. 83.

determinadas condições, a herdade de S. Mamede de Este (conc. de Braga), de que furtivamente se apoderara»⁴¹.

Em 21 de janeiro de 1117, D. Teresa doa à Sé de Braga na pessoa do Arcebispo D. Maurício Burdino (arcebispo de 1109 a 1118), aquele que viria a ser o antipapa Gregório VIII, os bens que Pedro Osores e mulher Lupe Pelaiz tinham em Este, *villa Aliste* (conc. de Braga), os quais reverteram em seu favor por terem violado o couto que ela doara à referida Sé e terem cometido outros crimes⁴².

A Sé de Braga foi adquirindo outras propriedades, umas por doação e outras por compra.

A título particular, D. Estevão Soares da Silva, arcebispo de Braga (1213 a 1228), adquiriu nesta freguesia uma quinta com o dinheiro que recebeu de indemnização, motivada pelo derrube de umas casas suas em Coimbra. Este facto está relacionado com o extremar de posições entre a realeza e o clero, que contrariamente ao que tinha sido promulgado por D. Afonso II nas Cortes de Coimbra de 1211 – jurisprudência canónica superior à civil – e que o monarca a partir de 1219, dando o dito por não dito, começou a exigir das igrejas e mosteiros o tributo da colheita. Este e outros motivos levaram o Papa Honório III, a retirar a D. Afonso II, o padroado das igrejas de Portugal que lhe tinha dado Inocêncio III. Em 1222, o Papa autoriza o Arcebispo a absolver o rei, se este quiser ser recebido na audiência da Igreja, das censuras que pesavam sobre ele e sobre o reino, coisa que não chegaria a acontecer.

A pacificação com o Clero ocorreu já com D. Sancho II, em junho de 1223, e «daí, numa concórdia, declarou-se que se pagariam seis mil morabitanos ao Arcebispo em satisfação dos danos causados por D. Afonso II [...] obrigando-se a coroa igualmente a construir de novo os edifícios pertencentes a D. Estêvão e que tinham sido derribados»⁴³

Assim, dos trinta mil morabitanos que o rei se comprometeu a pagar, seis mil eram pertença de D. Estêvão que prometeu que logo que tal dinheiro fosse entregue levantaria o interdito geral do Reino e absolveria das censuras e excomunhões impostas por ele ou pelo Papa a todos os lugares e pessoas contra quem tivessem sido pronunciadas. Recebida a indemnização comprou a quinta de Argifonso, na freguesia de S. Mamede de Este (Braga): «pois no contracto celebrado no mez de Novembro do anno de 1226, ficou declarada a proveniência do dinheiro para aquela

⁴¹ Idem, docs. 61 e 62, 84-86.

⁴² Idem, doc. 688, Tomo III, 124-125.

⁴³ José Augusto Ferreira, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (Século III – Século XX)*, (Braga: Mitra Bracarense, Tomo I, 1928), 399.

compra, o qual resultara da indemnização recebida d'el-Rei pelo Arcebispo em virtude das casas que lhe mandara destruir em Coimbra»⁴⁴.

Embora existam vários documentos relativos a propriedades doadas à Igreja bracarense entre os séculos XI a XIII, é-nos de todo impossível localizá-las, dado que raramente referem a sua localização. Quando o fazem, os lugares mencionados nem sempre são reconhecidos atualmente, com exceção dos de Pomarelho, Ribela, Quintela e Martim Carro. Para a Idade Moderna vai havendo mais informação no que respeita aos lugares, que mantêm praticamente os mesmos nomes da atualidade. Continuaram a ser predominantes as propriedades pertencentes à Mitra Bracarense, ao Cabido e a outras igrejas de freguesias próximas, tais como S. Pedro de Este e Gualtar. Atendendo a estas circunstâncias, esboçamos uma primeira tentativa de mapear alguns destes casais (Mapa II). Seguidamente, procederemos a uma sistematização da propriedade eclesiástica na freguesia em estudo⁴⁵.

Sobre as propriedades da Mitra convém realçar que por deliberação do arcebispo D. João Peculiar (arcebispo de 1139 a 1175) de 1145 e a pedido de D. Afonso Henriques “*ad precis incliti Regis Alfonsi piissimi patris patriae*” e do prior capitular Pedro Godins, «fora resolvida a separação da Mesa Episcopal da Mesa Capitular, sendo concedida aos cónegos para sua sustentação a terça parte dos Arcediagados, Igrejas e herdades da Igreja de Braga»⁴⁶. Em 1188, o arcebispo D. Godinho (arcebispo de 1176 a 1188) confirmou a divisão anterior e concedeu ao cabido a terça parte da cidade e couto de Braga e outros bens. Como se refere, «em 1214, o arcebispo D. Estêvão introduziu bastantes alterações na divisão das dádivas, porque reservou para si, as de algumas terras do cabido, cedendo-lhe, em troca, outras terras do prelado»⁴⁷.

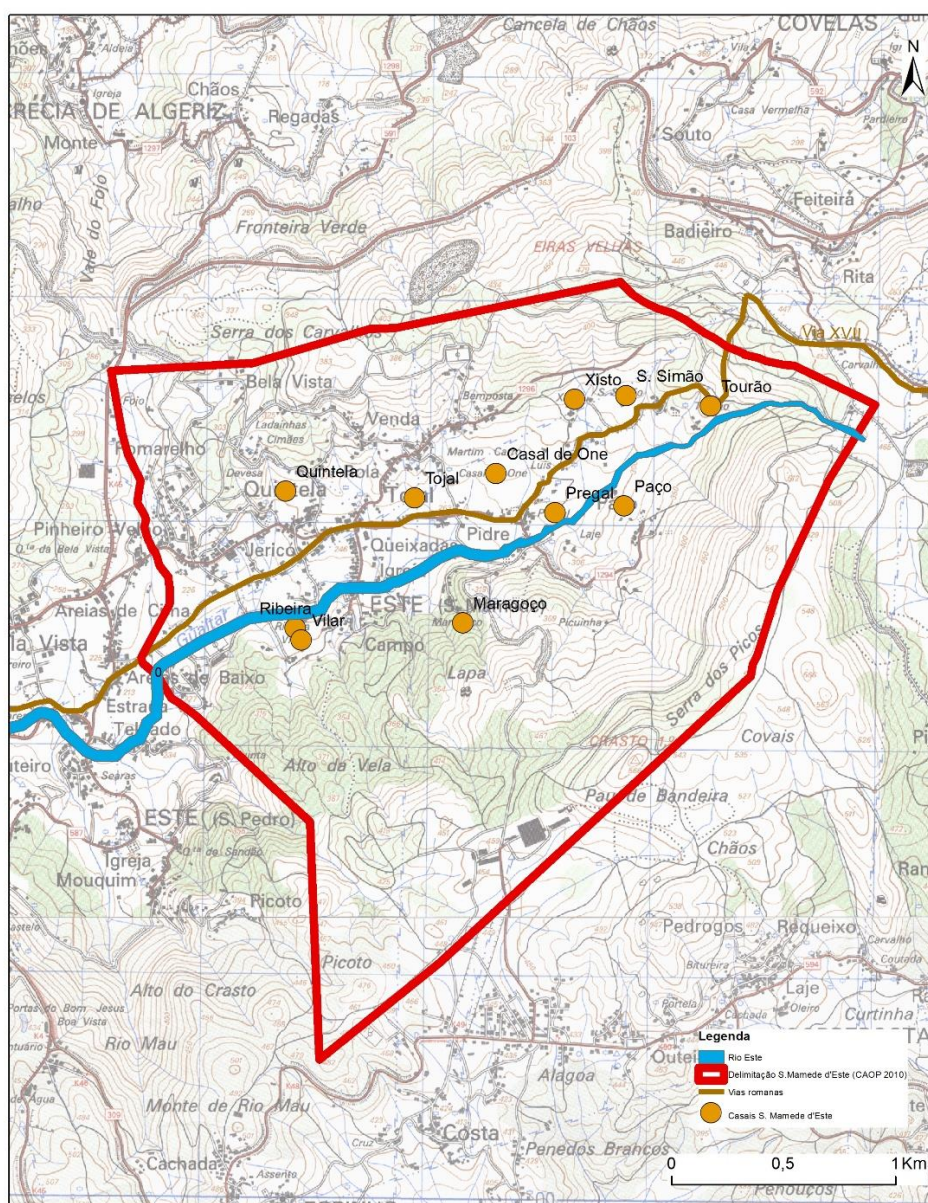
⁴⁴ Ferreira, *Fastos...*, 401. Em nota de rodapé, o autor declara que: «deste contrato de venda de uma quinta em Valdeste ao Arcebispo D. Estêvão, da qual consta como a comprou do dinheiro que recebeu d'el-Rei, existe ainda o original na Coleção Cronológica do Arquivo Distrital de Braga».

⁴⁵ No contexto desta sistematização, feita a partir de fontes eclesiásticas, não esquecemos a existência histórica de propriedades laicas, cuja investigação exigiria outro tipo de fontes (notariais, camarárias entre outras), para além do cotejo das confrontações das referidas propriedades eclesiásticas. Nesta perspetiva, José V. Capela dá-nos uma visão quiçá interessante da paróquia de S. Mamede Deste, a partir do estudo da cobrança do direito da palha e lenha, pertencente à Mitra e exercido nas freguesias do Couto de Braga, tendo como base quatro livros existentes «do recibo da palha e lenha nos anos de 1712, 1715, 1719 e 1724». Analisa três grupos: os lavradores, os meeiros e os geireiros, descrevendo-os da seguinte forma: sob o conceito de lavrador inteiro, entende-se todo aquele que do amanho das suas terras, consegue o pão suficiente para alimentar o agregado durante parte do ano, sendo aqueles que conseguem por mais tempo manter o casal indiviso ou feita a partilha restaurar de novo o património familiar; os meeiros precisam de procurar nalgum trabalho oficial ou doméstico, em saídas sazonais à procura de trabalho de jornal, na carretaria, etc; do grupo dos geireiros sai o grosso dos cabaneiros, jornaleiros, criados e trabalhadores e dos ofícios mais pobres. Cf. José V. Capela, «População e sociedade rural no termo de Braga no primeiro quartel do século XVII». *Bracara Augusta*, Braga, vol. XXXIX, 87-88 (100-101) (1985), 161-191.

⁴⁶ Ferreira, *Fastos...*, 298-299. Em nota de rodapé, o autor esclarece que esta cláusula parece indicar que continuavam ainda as obras da construção da Catedral, cuja terça parte da despesa ficava a cargo do Cabido.

⁴⁷ Ferreira, *Fastos...*, 444.

Mapa II – Casais na Freguesia de S. Mamede de Este



Quadro II – Propriedades da Mitra (1563-1812)

FL. ÍNDICE	CASAL	EMPRAZADO	ANO	LIVRO	FL.
416	CARVALHO	Isabel Dias	1563	1	1
		Francisco Gonçalves	1621	10	88
			1621	11	2
		Metade do casal a favor de Gregório da Silva e mulher	1713	74	135
Bento Vieira da Silva e mulher		1787	168	168	
416v		Escritura à face do prazo rectro a favor de Ana Maria Josefa Teixeira Tragosa	1787	168	279
		Escritura à face de prazo a favor do Reverendo Manuel Joaquim Pereira da Silva	1787	163	123
417		VILAR	António da Ponte	1599	7
	Manuel Roiz		1697	28	90
	D. Joana de Castro Lima		1730	82	102v
	Prazo de subenfiteuse a face do supra a favor de Francisco Roiz e mulher		1730	82	110
	Bento José Dias da Mota		1793	149	77v
417v	Prazo subenfiteutico a favor de Pedro Roiz e mulher		1793	149	85
	DONEGO	Prazo de a metade do casal a favor de Maria Luisa, Orfã	1591	5	23v
Rufina Peixota		1708	48	141	
Escritura a face de prazo favor de José Gonçalves e mulher		1780	186	72	
Gervásio de Sousa Lima		1780	192	132v	
418v	Prazo subenfiteutico da propriedade do Navatalho, pertença do Casal do Nego a favor de Sebastião Francisco e mulher	1793	144 cx. 277	22 n.º 2	
419	TOJAL	Prazo de meio casal a favor de Cristóvão Godinho de Castro	1623	10	174v
				11	125v
		Dito de outra a metade a favor de Manuel Falcão Cotta	1662	21	225
		Prazo subenfiteutico a favor de João Francisco e mulher	1708	48	1
		Prazo a favor de Manuel Falcão Cotta	1708	48	7
		Prazo subenfiteutico a favor de António Pereira	1708	48	209

419v		Prazo de meio casal a favor de Lonardo Agostinho Alves Tinoco	1710	65	196
				cx. 277	n.º 1
		Prazo subenfiteutico de metade do casal a favor de João Menor	1710	65	160
		Prazo de uma parte do casal a favor de Manuel Pereira do Lago Porto Carreiro	1798	148	260
				cx. 277	n.º 4
		Prazo de a metade do casal a favor de Manuel Falcão Cota de Meneses	1790	cx. 277	n.º 3
		1792	cx. 232	n.º 29	
		1794	152	19v	
420		Prazo subenfiteutico do campo do Avelar pertencente a este casal a favor do Capitão Jacinto Lopes de Oliveira	1794	152	28
		Dito das propriedades do meio casal a favor do Rev.º Bento Fernandes	1794	152	49
		Dita a favor de João Ferreira Lima e mulher	1794	152	54
420v		Renovação de prazo a favor de Bernardo José da Cruz	1801	201	3
		Reconhecimento que fez o Rev.º Manuel Joaquim Pereira da Silva das propriedades que possui no casal	1792	cx. 232	n.º 35
421		Reconhecimento que fez Jacinto lopes de Oliveira e mulher das propriedades que possui no casal	1792	cx. 232	n.º 37
		Dito que fez Apolinário José de Azevedo das propriedades do prazo do meio casal	1792	cx. 232	n.º 38
		Dito que fez José Correia do Amaral e mulher, da bouça da Seara pertencente ao casal	1812	cx. 277	n.º 10
422	LARANJEIRA, OU DE ALDGIBE OU DE ALDRIDE	Prazo de metade do casal a favor de Domingos Francisco	1661	21	169
		Prazo da outra metade a favor de Inácio Lopes	1661	21	173v
		Dito a favor de Domingos Francisco e mulher	1699	30	60v
		Prazo do casal a favor de Brás Vieira e mulher	1751	94	162
423	LUGAR	Prazo a favor de Joaquim Manuel de Campos	1776	126	27v
		Prazo subenfiteutico a favor de Vitória Quitéria	1776	126	161v

Fonte: ADB, índice de vedorias e prazos da Mitra: Deste - S. Mamede.

O Quadro III que abaixo apresentamos refere-se às propriedades do Cabido. São todos de emprazamento a três vidas.

Quadro III – Propriedades do Cabido (1476-1739)

FL.	CASAL	EMPRAZADOS	PENSÃO	DATA
378	TOURÃO	João Alves e sua mulher Margarida Pires	120 reis e 2 galinhas	1476
		João Anes e sua mulher Catarina Fernandes	120 reis, 20 alq. pão meado e 2 galinhas	1518
		Gonçalo Fernandes, solteiro, filho de João Anes	120 reis, 20 alq. pão meado, 2 galinhas, 1 capão	1581
		Ana Francisca, mulher de António Silva	120 reis, 20 alq. pão meado, 2 galinhas, 1 capão	1666
379	QUINTELA, ALDRIDE E DA ORDEM	Padre João Ramos e duas pessoas	6 alq. pão meado e 2 capões	1523
		Sebastião Rodrigues e sua mulher Francisca Antónia	10 reis, 6 alq. pão meado e 2 capões	1576
		Tomé Dias e sua mulher Isabel Antónia	20 reis, 6,5 alq. pão meado e 2 capões	1671
379v		Tomé Dias e sua mulher Isabel Antónia	20 reis, 6,5 alq. pão meado e 2 capões	1682
		José da Cunha e sua Mulher Isabel Francisca	40 reis, 6,5 alq. pão meado e 2 capões	1739

Fonte: ADB, Livro dos prazos do Cabido, Índice dos casais, Tomo I, freguesias de S. Mamede e S. Simão Deste.

O Quadro IV, por seu turno, alinha as propriedades da Mitra *a quem pertence o armar e povoar*, mas em que um terço é de direito do Cabido.

Quadro IV – Casais da Mitra dos quais o Cabido tem direito a um terço (1551-1798)

FL.	CASAL	EMPRAZADOS	PENSÃO	DATA
382	METADE DO CASAL DE TOJAL, OU CARVALHO OU DO RIO	Manuel Falcão Cota	158 reis e 12 ceitis e 1/3 de maio carneiro	1662
		Manuel Falcão Cota	170 reis e 1/3 de meio carneiro	1794
383		Custódio Godis de Castro	168 reis e 2 ceitis e 1/3 de meio carneiro	1623
		Miguel Pereira do Lago	183 reis e 3 ceitis e 1/3 de meio carneiro	1798

384	METADE DE ALDRIDO OU ALGIBE	Custódia de Morais, viúva de Francisco	220 reis	1743
385		Brás Vieira e sua mulher Ana da Silva	79 reis e 4 ceitis e 1/3 de maio carneiro	1749
386	VILAR	Manuel Correia Rebelo e sua mulher Domingas Páscoa	80 reis e 1 galinha	1599
		Bento José Dias da Mota	113 reis e 3 ceitis e 1 galinha	1793
387	DONEGO	Álvaro Fernandes e sua mulher Maria Álvares	116 reis e 4 ceitis e 1 galinha	1483
		Rodrigo António	210 reis e 1 galinha	1551
		Rufina Peixoto	233 reis e 3 ceitis e 1 galinha	1718

Fonte: ADB, Livro dos prazos do Cabido, índice dos casais, Tomo I, freguesias de S. Mamede e S. Simão Deste.

Alinhamos, agora, a informação relativa aos casais pertencentes ao Tesourado-mor (Quadro V), à Igreja de S. Pedro de Este (Quadro VI), ao Arcediago da Sé e Igreja de S. Miguel de Gualtar (Quadro VII) e à Capela de Santa Marta da Sé, que administra o Mestre Escola (Quadro VIII).

Quadro V – Casais pertencentes ao Tesourado-Mor (1601-1795)

CASAL	EMPRAZAM.	EMPRAZADOS	R. G.	FLS.
ASSENTO	1602-09-18	Mateus Gonçalves	7	203
	1686-08-14	Pe. Diogo Magalhães e Almeida	38	447v-451v
	1790-01-24	Lúis António Roberto Correia da Silva Garção	294	246v-253
S. SIMÃO	1739-05 20	Diogo Vieira	80	1-11v
TELHADA	1677-07-13	Pedro Fernandes, solteiro	36	362
	1788-08-29	Domingos Vieira e mulher	224	159-163v
	1795-10-08	Gervásio Dias de Carvalho	192	19v-24
RIBEIRA	1601-08-31	Margarida Gonçalves	7	116-116v

Fonte: ADB, Registo Geral

Quadro VI - Casais pertencentes à Igreja de S. Pedro de Este (1596-1804)

ERMO	1596-11-25	Gonçalo Pires	2	442
	1724-05-21	Pedro Silva Ferreira	116	270-280
	1785-02-18	Leandro de Sá S. Mayor Abreu Alvim Araújo	221	81-85
XISTO	1669-01-11	Domingos Fernandes	35	318
	1705-11-16	José Vieira	25	9v-16
	1781-04-10	Dr. Jacinto de Oliveira	202	207-213v
	1804-08-17	Francisca Teresa e marido	192	357-362v
PAÇO	1670-01-14	Domingos Lopes	35	321
POMARLONGO	1761-08-30	Bento Lopes de Oliveira	132	163v-182

Fonte: ADB, Registo Geral

Quadro VII - Casais pertencentes ao Arcediago da Sé e Igreja de S. Miguel de Gualtar (1664-1774)

BATOCA	1664-05-27	Domingos Rodrigues	35	58v
	1760-02-22	Sebastião Francisco, ½	115	285-294v
	1774-07-11	António Francisco Barreto, ½	189	253v-261
	1774-10-17	Ana Maria Josefa Fragosa Teixeira, ½	189	348-356v
MARAGÔTO	1727-11-18	Agostinho Vieira da Costa	69	319v-331
	1774-07-29	Manuel Rodrigues e Angélica Francisca	140	12v-22
VILAR	1739-10-27	António Fragoso de Carvalho	80	245-255
	1739-12-03	Manuel Fernandes	80	289v-308

Fonte: ADB, Registo Geral

Quadro VIII - Casal pertencente à capela de Santa Marta da Sé, que administra o
Mestre Escola (1774)

MEITEM	1774-01-15	Manuel Rodrigues	162	167v-196
---------------	------------	------------------	-----	----------

Fonte: ADB, Registo Geral

Capítulo IV – As instituições religiosas

4.1 – Paróquia e seus curas, identidade social

S. Mamede e S. Simão Deste constam ambas das primeiras inquirições do reino de Portugal de 1220: «A partir de D. Afonso II, os monarcas, [...] procuram empenhar-se no fortalecimento do seu poder, sobretudo contra as exorbitâncias das ordens privilegiadas, clero e nobreza, que, por vezes, aproveitando-se de certo desleixo da administração régia, [...] não recuavam perante abusos do povo e usurpações de territórios e jurisdições do monarca»⁴⁸.

A lista que apresentamos refere-se naturalmente aos párocos que conseguimos apurar, e são sobretudo retirados dos registos paroquiais, sabendo que outros não constam por falta de registos, nomeadamente os da paróquia de S. Simão Deste, dos quais constam apenas dois curas. Complementámos a informação com o cruzamento de outras fontes, nomeadamente do Registo Geral, das Inquirições De Genere e dos Patrimónios Eclesiásticos.

1.º - Manualdo, presbítero, é o mais antigo pároco de S. Mamede Deste de que há registo (27 de março de 1071) (*Manualdo presbiter de Sancto Mamete de Aliste*)⁴⁹, embora saibamos o seu nome não pelas melhores razões, surgindo apenas como penalização de um ato praticado indevidamente, como foi o caso, de uma propriedade da Mitra da qual se tinha apoderado.

2.º - João Pedro (Johannes Petris) Abade de *Sancto Mamete de Este*, figura como primeira testemunha a depor nas inquirições de 1220. A razão do seu depoimento prender-se-á com o facto de ser a pessoa melhor informada da freguesia, tendo as restantes testemunhas confirmado o que disse o abade.

3.º - Pedro Mendes (Petrus Menendiz) Abade de *Sancto Simeone de Este*, foi também a primeira testemunha das inquirições de D. Afonso II, de 1220, pelas mesmas razões.

4.º - Gonçalo Mendes, Clérigo de *Sancte Simois de Est*, primeiro jurado das inquirições de 1298 de D. Dinis.

5.º - João Lopes. É durante o seu vigariato que se iniciam os registos paroquiais em S. Mamede Deste, no ano de 1559. Faleceu em 7 de outubro de 1599.

⁴⁸ Soares, *Monografia...*, 31.

⁴⁹ L.F., documento 61, 84.

6.º - Francisco Fernandes Maragôto, patronímico que lhe advém por ser natural da freguesia, do lugar do Maragôto, substituiu o anterior e foi por duas vezes vigário da freguesia, a primeira desde junho de 1599 até março de 1618 e a segunda desde outubro de 1621 a abril de 1632. Foi transferido para a freguesia de Santa Maria dos Anjos da vila de Esposende.

7.º - Gonçalo de Sampaio, vigário, cuja provisão de vigairaria perpétua data de 4 de março 1618⁵⁰, confirmada pelo ritual da imposição do barrete que lhe pôs o Rev.º João Peixoto de Sousa, por comissão do tesoureiro-mor da Sé o Rev.º Francisco de Carvalho Pereira, até março de 1621. Era natural de Felgueiras.

8.º - Jerónimo do Vale, foi vigário desde abril de 1632 até setembro de 1658. Faleceu a 1 de setembro de 1658.

9.º - Gregório Gonçalves, natural de Vale de Anta, concelho de Chaves, matriculou-se no 1.º ano da Faculdade de Cânones e Leis em 17 de outubro de 1635. Encomendado da igreja de S. Mamede Deste, por três meses, de setembro a dezembro de 1658.

10.º Martim Dias, natural de Santa Marinha de Trevões, concelho de S. João da Pesqueira, Viseu, filho de Domingos Dias e de Isabel Rodrigues, recebeu o título da vigairaria perpétua de S. Mamede Deste em 26 de outubro de 1658⁵¹. Era tercenário da Sé e exerceu funções até julho de 1692. Foi vigário reservatário da freguesia até ao seu falecimento em 29 de agosto de 1698⁵².

11.º - Miguel Gonçalves, foi cura do antecessor entre novembro e dezembro de 1660.

12.º - Miguel Lopes, vigário desde agosto de 1692, até março de 1726. Natural desta freguesia, filho de Geraldo Lopes e de Paula Martins. Faleceu a 28 de abril de 1726⁵³.

13.º - José de Oliveira, padre, encomendado, entre julho de 1733 e abril de 1734. Natural da freguesia, filho de Francisco Oliveira e de Sabina Vieira⁵⁴.

14.º José Caetano de Passos, natural da freguesia de Oliveira, concelho de Guimarães, filho de Manuel Passos e de Dionísia Freitas. Foi investido vigário de S. Mamede Deste a 21 de maio de 1726⁵⁵, e exerceu até agosto de 1731, altura em que desistiu de paroquiar a freguesia⁵⁶.

⁵⁰ ADB, Registo Geral, livro n.º 28, fl. 93.

⁵¹ ADB, Registo Geral, livro n.º 16, fls. 209-209v.

⁵² ADB, Processo de Inquirição de Genere n.º 32995.

⁵³ ADB, Processo de Inquirição de Genere n.º 14961 de 1692.

⁵⁴ ADB, Processo de Inquirição de Genere n.º 19440, de 06 de junho de 1711. ADB, Patrimónios eclesiásticos, Cota 13354.

⁵⁵ ADB, Registo Geral, livro n.º 176, fls. 269-270.

⁵⁶ Idem, livro 88, fl. 428v. Processo de Inquirição de Genere n.º 19559.

15.º - Pedro Vieira, natural desta freguesia, filho de Geraldo Vieira e de Catarina Dias, encomendado, desde janeiro de 1731, passou a vigário em setembro desse ano até julho de 1733⁵⁷.

16.º - Jacinto de Oliveira, natural de Santa Maria de Adáufe, concelho de Braga, vigário de julho de 1733 a outubro de 1741. Faleceu a 16 de junho de 1742.

17.º - Domingos Ribeiro, coadjutor de novembro de 1741 a outubro de 1742.

18.º - Manuel Ferreira, natural de S. Paio de Fão, concelho de Esposende, filho de Luís Ferreira e de Maria Costa, vigário de dezembro de 1742 a dezembro de 1744⁵⁸.

19.º - Pedro Pereira, coadjutor, de janeiro de 1743 a abril de 1744.

20.º - Francisco Rodrigues, padre, de janeiro de 1745 a abril de 1747. Natural da freguesia, filho de Sebastião Rodrigues e de Maria Costa⁵⁹.

21.º - Miguel Vieira, coadjutor, de julho de 1747 a junho de 1749. Natural da freguesia, filho de José Vieira e de Jerónima Rodrigues⁶⁰. Aparece-nos de novo, como encomendado de janeiro a agosto de 1765, por carta de encomendação por tempo de quatro meses de 15 de fevereiro de 1765⁶¹.

22.º - Manuel de Faria, vigário, de setembro de 1747 a janeiro de 1765. Natural da freguesia de Goios, concelho de Barcelos, filho de Francisco Faria e de Francisca Manuel⁶², foi o redator das Memórias Paroquiais. Faleceu a 11 de fevereiro de 1765.

23.º - Mateus Francisco Ferreira, padre, natural desta freguesia, filho de João Francisco e de Angélica Silva⁶³. Nunca foi investido como vigário ou coadjutor desta freguesia, no entanto celebrou mais de trinta batismos, entre 1749 e 1761, umas vezes sob licença do vigário Manuel de Faria, outras pela ausência deste. Aparece de novo nos registos de batismo desta freguesia em 1765, assinando o livro como cura da freguesia de S. Pedro Deste.

24.º - Caetano José Ribeiro, padre, natural desta freguesia, filho de Jerónimo Fernandes e de Mariana Ribeiro, foi nomeado cura desta freguesia, por provisão de 17 de fevereiro de 1755, durante o vicariato do padre Manuel de Faria⁶⁴.

⁵⁷ ADB, Processo de Inquirição de Genere 14034, de 1719.

⁵⁸ ADB, Processo de Inquirição de Genere n.º 16077.

⁵⁹ ADB, Processo de Inquirição de Genere n.º 28996, de 02 de março de 1730. ADB, Patrimónios Eclesiásticos, Cota 9267.

⁶⁰ ADB, Processo de Inquirição de Genere n.º 8190 de 05 de maio de 1728.

⁶¹ ADB, Registo Geral, livro n.º 185, fl. 224.

⁶² ADB, Processo de Inquirição de Genere n.º 16631, de 1732.

⁶³ ADB, Processo de Inquirição de Genere n.º 2104 de 11 de agosto de 1734.

⁶⁴ ADB, Processo de Inquirição de Genere n.º 32257. Registo Geral, livro n.º 113, fls.358v a 360.

25.º - João da Rocha, vigário, natural da freguesia de Barros, Santo Estêvão, concelho de Vila Verde, de setembro de 1765 a junho de 1781⁶⁵.

26.º - José Álvares, coadjutor, de setembro a dezembro de 1781, altura em que passa a assinar como vigário, até fevereiro de 1801. Natural da freguesia de S. Pedro Deste, concelho de Braga, filho de Francisco Álvares e de Mariana Álvares⁶⁶.

27.º - Bento Fernandes de Morais, encomendado por quatro meses de maio a agosto de 1801, segundo carta de encomendação de 20 de abril de 1801⁶⁷.

28.º - João Manuel Dias Pinheiro, vigário, de novembro de 1801 a março de 1809. Faleceu a 20 de março de 1809, na batalha da serra do Carvalho, na segunda invasão francesa. Foi-lhe atribuída a vigaria de S. Mamede Deste em 10 de junho de 1801⁶⁸.

29.º - Bento José Vieira, vigário, de março de 1809 a janeiro de 1847. Era natural da freguesia, filho de Miguel Vieira Vasconcelos e de custódia Maria Francisca⁶⁹.

4.2 – Confrarias

O movimento confraternal bracarense teve a sua génese na Idade Média. O apoio dado pelos eclesiásticos às confrarias fez com que estas instituições exercessem um auxílio duplo aos bracarenses, quer no plano espiritual quer no material. Neste sentido, «Na segunda metade do século XIII, detetamos a presença de várias, sobretudo citadas nos testamentos com a atribuição de vários legados em dinheiro: [...] S. Pedro e S. Mamede de Este»⁷⁰. Disso nos dá conta o testamento do cônego João Paris, natural de Lamego, «cujo patronímico lhe deve ter vindo da época em que terá frequentado a universidade francesa»⁷¹, que deixou como legado, a herdade que possuía no lugar de Quintela desta freguesia, mais um morabitino para os bragais da dita. Por outro lado, «a importância das confrarias na sociedade portuguesa da Época Moderna é hoje um dado inegável. [...] Participaram na assistência espiritual e material às populações e contribuíram para o fortalecimento da vivência do catolicismo»⁷².

⁶⁵ Carta de título de vigaria perpétua de 13 de agosto de 1765. ADB, Registo Geral, livro n.º 136, fls. 132, 133v.

⁶⁶ ADB, Processo de Inquirição de Genere n.º 22716 de 1777.

⁶⁷ ADB, Registo Geral, livro n.º 232, fls. 412, 412v.

⁶⁸ Idem, livro n.º 199, fl. 127.

⁶⁹ ADB, Processo de inquirição de genere n.º 31867 de 30 de janeiro de 1787.

⁷⁰ Maria Antonieta Moreira da Costa «Os Cônegos da Sé de Braga e a Sociedade Local (1245-1278)», *Lusitânia Sacra: A Historiografia Religiosa Medieval Hoje. Temas e Problemas*. 2.ª série, Tomo XIII-XIV (2001-2002): 52.

⁷¹ Costa, «Os Cônegos...», 49.

⁷² Pedro Pentead, «Confrarias Portuguesas da Época Moderna: Problemas, resultados e tendências de investigação», *Lusitânia Sacra*, 2ª série, Tomo 7 (1995), 15.

Não obstante o redator das memórias paroquiais de 1758⁷³, padre Manuel de Faria, ter declarado a existência apenas de duas confrarias em S. Mamede Deste, Nossa Senhora do Rosário e Santo Nome de Deus, o facto é que vários registos de óbitos nos reportam outras confrarias, nomeadamente o de 3 de Novembro de 1727: «Josefa, solteira, [...] foi acompanhada da irmandade de Nossa Senhora do Rosário e todas as mais desta freguesia que são, a confraria de Nossa Senhora do Ramo, do Santo Nome e das Almas»⁷⁴. Damos como adquirido que não referiu a confraria do subsino, provavelmente porque esta confraria seria de cariz obrigatório (com funções semelhantes às atuais comissões fabriqueiras), embora alguns registos a ela se reportem. Para além destas confrarias, embora não tendo encontrado nada sobre elas nos registos de óbitos, não deixa de ser curioso que no Registo Geral, nomeadamente em 1746-12-05, haja um «registo de provisão de licença para reedificar a capela que declaram na sua petição os oficiais do mártir S. Sebastião»⁷⁵, o que à partida deveria pressupor a existência de uma confraria. Por outro lado, omite a confraria de S. Simão, porque ela existe, como se prova pelo registo de petição de estatutos, cujo texto nos diz que se trata de uma reforma, portanto, de uma renovação, «que eles suplicantes fizeram esta nova reforma de estatutos [...] por se acharem velhos, sem folhas em umas partes e em outras sem uso [...] e eu, o padre Manuel de Faria, escrivão da irmandade, que subscrevi»⁷⁶. Esta são questões para as quais será impossível encontrar resposta.

4.2.1 – Invocações

NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

Embora tenha as suas raízes na Idade Média, o movimento confraternal mariano conheceu um grande incremento por todo o Império português nos finais do século XVI e no século XVII, não sendo alheio a este crescimento o Concílio Tridentino (1545-1563). Assim, «após o concílio de Trento, as invocações de culto que saíram reforçadas, a partir do século XVII, foram as do Santíssimo Sacramento, as das Almas e as de Nossa Senhora do Rosário. [...] Por seu turno, o culto mariano conheceu, de facto, uma forte revivescência. Maria era, na Idade Moderna, a intercessora segura na passagem para o outro mundo»⁷⁷.

⁷³ José Viriato Capela, *As freguesias do distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758: A construção do imaginário minhoto setecentista* (Braga: Barbosa & Xavier, Lda. 2003)

⁷⁴ A. D. B., Registos Paroquiais, livro misto n.º 477, fls. 47-47v.

⁷⁵ A. D. B., Registo Geral, livro n.º 145, fls. 427-429.

⁷⁶ Idem, livro n.º 134, fls. 43v-45v.

⁷⁷ Maria Adelaide Neto Salvado, *A Confraria de Nossa Senhora do Rosário de Castelo Branco: Espelho de querer e de sentire* (Coimbra: A Mar Arte, 1998), 61.

É a partir de Trento que se dá a divisão entre as confrarias laicas e as eclesiásticas, devendo estas últimas submeter os estatutos ao bispo da diocese respetiva para sua aprovação, estando sujeitas a visitas: «A referência obrigatória de qualquer confraria era constituída por altar com as respetivas imagens [...] numa igreja de qualquer tipo: paroquial, conventual, numa simples ermida ou dentro da igreja de outra confraria. Quando a importância patrimonial e política da confraria o possibilitava podia dispor de igreja própria»⁷⁸.

A intercessão da Virgem Maria, nas suas muitas variantes, ganhou definitivamente uma forte expressão na Época Moderna, tendo como mola impulsadora o Concílio de Trento, e o culto a Nossa Senhora do Rosário sairá reforçado após a vitória dos cristãos na batalha do Lepanto em 1571, pela qual o Papa Pio V instituiu a festa de Nossa Senhora das Vitórias, mas que o seu sucessor Gregório XIII em 1572 mudou para festa do Santo Rosário, porque foi graças à sua reza que a vitória foi alcançada.

A devoção à mãe de Deus estava no centro da piedade confraternal, sendo de destacar que logo a seguir vêm as que eram consagradas aos santos e só depois é que temos as da devoção a Deus ou da figura de seu filho Jesus Cristo, não havendo muitas confrarias dedicadas a estes dois últimos cultos, comparadas com as que invocam os santos e Nossa Senhora. De qualquer forma, sublinhe-se, «as confrarias constituíram uma das principais expressões orgânicas e sociológicas aceites pela Igreja para enquadrar e exprimir a vida religiosa dos leigos, [...] elas tiveram um papel relevante na construção da identidade dos vários grupos sociais, reforçaram os processos de integração e de coesão comunitária [...] centradas em torno das festas e cerimónias religiosas»⁷⁹. As confrarias de Nossa Senhora do Rosário foram ganhando uma forte expressão em todo o território português ao longo dos finais dos séculos XVI e durante o século XVII. Em meados do século XVIII abundavam por todo o país, alcançando na altura os números mais altos da sua existência, agregando à sua volta alguns milhares de almas. O direito a garantir um funeral cristão com acompanhamento da irmandade, assim como a celebração de missas em sua intenção, terá sido o fator aglutinador para tantas adesões às confrarias. As confrarias do Rosário são geralmente criadas e tuteladas pelos dominicanos. Ensinavam a rezar o rosário, que se fazia coletivamente.

⁷⁸ Isabel dos Guimarães Sá, «As confrarias e as Misericórdias», em *História dos Municípios e do poder Local [dos finais da Idade Média à União Europeia]*, Dir. César de Oliveira (Lisboa: Círculo de Leitores, 1996) 55.

⁷⁹ Penteado, «Confrarias...», 15.

A invocação à virgem, na intitulação de Senhora do Rosário, é efetivamente a grande devoção confraternal dos bracarenses, onde existiam em meados do século XVIII, segundo as Memórias Paroquiais, «29 confrarias, sendo 3 da cidade e 26 do seu termo»⁸⁰.

A imagem de Nossa Senhora do Rosário (Figura 7) que se venera na Igreja Paroquial de Este S. Mamede é uma imagem policromada a azul e ouro, tendo como atributos, no braço esquerdo o menino Jesus e no direito o rosário. Esta imagem é atribuída aos séculos XVI-XVII, mas encontra-se muito repintada e intervencionada.



Figura 7- *Imagem de Nossa Senhora do Rosário*

⁸⁰ José Viriato Capela e Ana da Cunha Ferreira, *Braga Triunfante ao tempo das memórias paroquiais de 1758* (Braga: 2002), 191.

SANTO NOME DE DEUS

Não há no Registo Geral, qualquer documento referente a esta confraria, sendo que a primeira referência encontrada consta do registo de óbito de «Madalena Francisca, do lugar da Venda da Rola, com a data de 11 de agosto de 1716»⁸¹.

ALMAS

Tal como a confraria do Santo Nome de Deus, também o Registo Geral não contém qualquer documento que lhe faça alusão, pelo que, e recorrendo mais uma vez aos registos de óbitos da freguesia, podemos confirmar a sua existência pelo menos a partir de 3 de Novembro de 1727, como consta do óbito de «Josefa, solteira do Lugar do Maragôto»⁸².

S. SIMÃO

Já a referenciamos acima pela renovação de estatutos e embora não mencionada como existente nas memórias paroquiais, existem registos dela, pelo menos a partir de 1733, conforme se confirma pelo registo de óbito de «Domingos, solteiro, faleceu aos 27 dias de outubro de 1733 [...] foi acompanhado com a confraria de N. S. do Rosário e a de S. Simão»⁸³.

4.2.2 – Estatutos

Os únicos estatutos do século XVIII que chegaram até ao presente são os da confraria de Nossa Senhora do Rosário. Segundo o pároco, têm uma história curiosa. Aquando da implantação da república, todos os livros foram levados do cartório paroquial, tendo escapado este porque na altura estava em poder de um particular, que o tinha escondido numa caixa onde guardava o bacalhau, sendo que o salitre terá preservado o referido livro. Foi-nos facultado para pesquisa no cartório paroquial, tendo-nos sido permitido fotografar a sua primeira página (Figura 8), de cujo conteúdo transcrevemos a citação:

Esta irmandade foi instituída no ano de 1646, aprovada pelo senhor ordinário no mesmo ano e acrescentados no ano de 1684, com provisão e sumário de indulgências concedidas pelo M. S. P., Papa Inocêncio décimo e outro sim reformados nos anos de 1719 e 1742 com provisões e

⁸¹ ADB, Registos Paroquiais da Freguesia de S. Mamede de Este, Livro de Óbitos n.º 486, fl. 31v.

⁸² Idem, fls. 47-47v.

⁸³ Idem, fl. 67v.

acrescentamentos dos ditos estatutos e agora de novo reformados pelo Juiz e padre Mateus Francisco, secretário, e Reverendo Manuel de Faria, vigário desta freguesia. Procurador Manuel Roiz e tesoureiro, Francisco Lopes, com consentimento dos irmãos, os quais de presente servem esta confraria, neste ano de 1754⁸⁴.

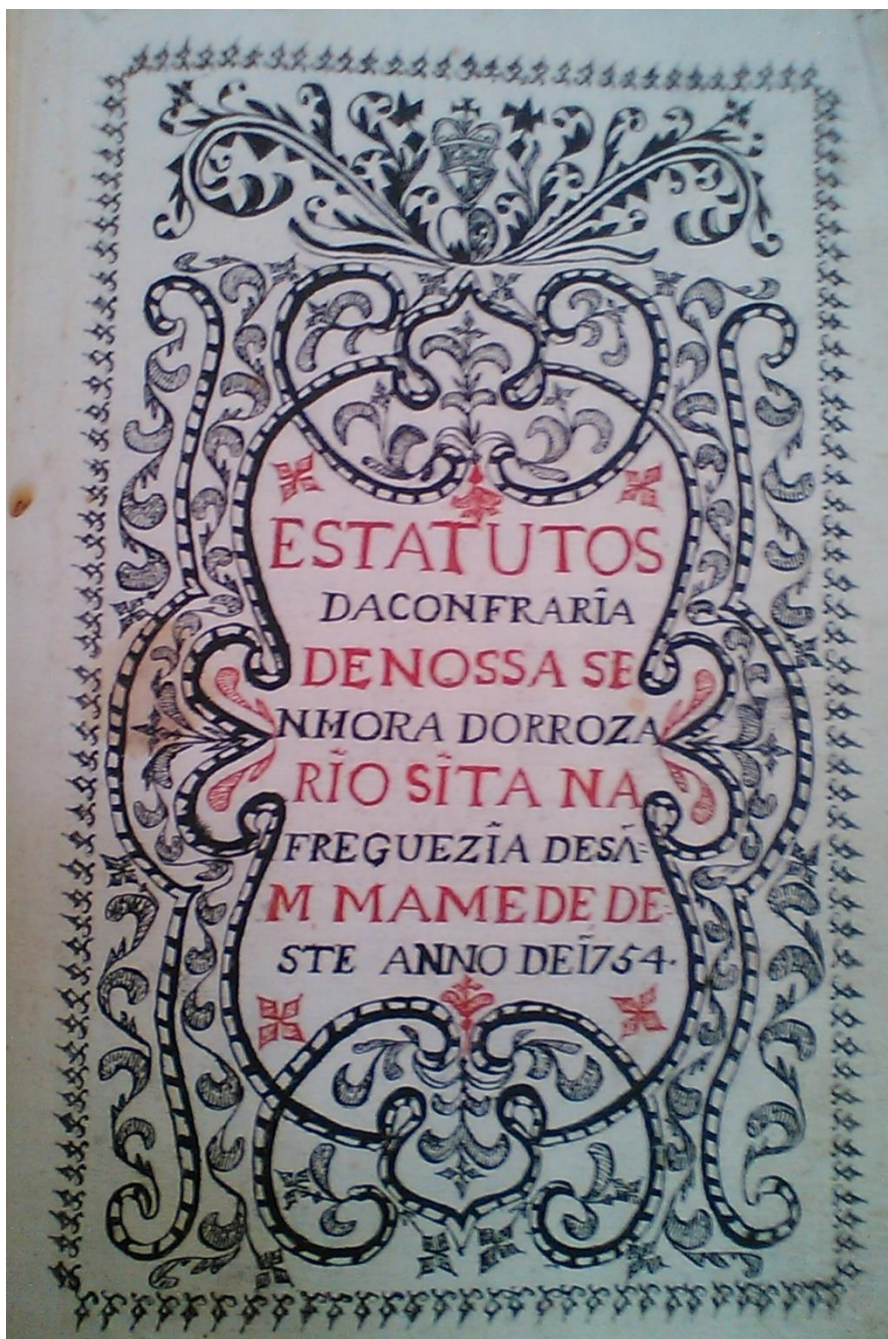


Figura 8 - Página de rosto dos estatutos da confraria de Nossa Senhora do Rosário (fotografia nossa)

⁸⁴ Arquivo Paroquial de S. Mamede de Este, estatutos da confraria de N. S. do Rosário de 1754, fl. 3.

Estes estatutos compõem-se de dezoito capítulos, que resumidamente passamos a expor:

I - Das normas para a admissão dos irmãos e quanto cada um deverá dar de entrada, sendo que o valor varia consoante as idades, assim, temos: até 20 anos, 400 reis; de 20 a 30 anos, dez tostões; daí para cima, o que a Mesa arbitrar, ficando a pagar em cada ano 25 reis. Se algum irmão entrar à revelia desta norma, será riscado e os oficiais da mesa que o aceitaram assim serão condenados a pagar uma libra de cera para a confraria.

II - Modo como se há-de fazer a festa da Senhora.

III - As missas pelos irmãos vivos e falecidos, são no primeiro sábado da cada mês e a procissão no domingo seguinte.

IV - Falecendo algum irmão, serão obrigados todos os irmãos a acompanhar o irmão falecido.

V - Os irmãos que falecerem nas freguesias circunvizinhas, só é obrigado a ir o tesoureiro com a cruz e mordomos com círios e opas, como é costume antigo.

VI - As reuniões da Mesa serão no primeiro domingo, logo depois da missa da Senhora, com o juiz, procurador, secretário e tesoureiro.

VII - Os irmãos que não pagarem durante três anos serão notificados pelo escrivão para que paguem e, não o fazendo, serão riscados e não lhe farão os sufrágios.

VIII - As eleições serão ao domingo ou dia santo antes do dia da festa e quando não possa ser se fará no sábado de tarde, véspera da festa, para que no domingo esteja pronta e depois de publicada se guarde com os mais papeis.

IX - A entrega aos novos oficiais deve processar-se dentro de um mês depois da festa e com as contas revistas.

X - Por falecimento de cada irmão, mandarão fazer quinze missas e nesta reforma lhe acrescentarão mais cinco que faz o número de vinte, por acharmos esta irmandade com rendimento suficiente e serão ditas no altar de N. S. do Rosário.

XI - Norma para empréstimo de dinheiro a juros.

XII ao XVI – Constam as obrigações do juiz, escrivão, tesoureiro, procurador e mordomos.

XVII – Do peditório da Senhora. Os mesários serão obrigados pelo tempo do S. Miguel a irem pedir pelas portas e as esmolos recebidas, serão contabilizadas e entregues ao tesoureiro, que dará conta em Mesa por seu rol.

XVIII – Trata do modo e composição dos irmãos e oficiais nos acompanhamentos e procissões, como se hão-de postar, com a decência devida e orientados pelo procurador.

Capítulo V – Lendas e narrativas

5.1 – Narrativas escritas

5.1.1 – O corpo incorruptível/Santinha da Lourosa

O caso remonta aos inícios da centúria de oitocentos e teve lugar na capela de S. Simão. Conhecemo-lo através de uma cópia posterior de um documento datado de 1819, que terá sido copiado nas últimas décadas, mas cujo original desapareceu⁸⁵. Ao fazer-se um ofício de corpo presente, quando se procedia à abertura da sepultura para enterrar o cadáver de um defunto, o coveiro encontrou um corpo inteiro, pelo que teve de abrir outra cova. No seguimento desta ocorrência, o pároco mandou que se desenterrasse o corpo incorrupto, dando parte do caso ao arcebispo de então, D. Frei Caetano Brandão (arcebispo de 1790 a 1805), o qual mandou que o dito fosse conservado. Poucos dias depois o arcebispo deslocou-se à freguesia para crismar e mandou que o cadáver fosse trazido para a igreja, coberto com um lençol, particularmente e sem aparato algum. Observou-o, juntamente com mais sacerdotes e ficou admirado com o seu extraordinário estado de conservação e mandou que se fizesse um caixão para o colocar. D. Frei Caetano Brandão terá dito que, se constasse que por aquele corpo Deus obrasse algum milagre, lhe dessem parte para se decidir o que havia de se fazer.

Entretanto o padre José Alvares, vigário da freguesia, foi transferido para a abadia de S. Paio de Seramil e não foi feito qualquer caixão, tendo os fregueses recolhido o esqueleto num desvão existente debaixo do altar-mor, com uma portinhola, do lado do Evangelho, onde se conservou muitos anos. Daí o mudaram para um esquife, que foi colocado numa sacristia, onde presentemente está coberto com um lençol, tendo apenas sido lavado com água para lhe tirar a terra que ainda tinha pegada.

Talvez em finais de 1818, os *devotos unidos e mais moradores da freguesia de S. Mamede de Este* fizeram uma petição para solicitar licença para se fazer um caixão para o corpo, como em tempos teria sido determinado pelo arcebispo D. Frei Caetano Brandão. Pediram ainda que tudo fosse feito com alguma veneração e decência, e que se verificasse o poder daqueles restos mortais. Confiavam que fossem santos, à conta de vários milagres entretanto verificados, tendo

⁸⁵ Cartório Paroquial de S. Mamede Este, “Historial do corpo encontrado na igreja de S. Simão, exemplar policopiado com letra manuscrita do século XX, páginas não numeradas.

por isso recebido várias esmolas. Anotavam ainda que o anterior pároco não tinha dado conta destas últimas, mantendo algumas em seu poder, não tendo prosseguido com o processo de “certificação” preconizado por D. Frei Caetano Brandão.

Em face desta petição, o arcebispo de então, Frei Miguel da Madre de Deus da Cruz (arcebispo de 1815 a 1827), por despacho de 8 de janeiro de 1819, enviou esta petição para o “Reverendo Desembargador” José António Henrique de Moura.

Para além das averiguações efetuadas pelo próprio, este exigiu ao abade José Álvares que ouvisse alguns anciãos da freguesia, para que depusessem sobre a tradição que havia a respeito do corpo. Chegou-se à conclusão de que se tratava não de um mas de dois corpos, pertencentes a duas irmãs, donzelas, segundo os depoentes. Eram ambas moradoras na quinta da Lourosa, tendo uma delas sido enterrada na capela de S. Simão, e outra na igreja, debaixo do altar colateral da parte do norte. O desembargador, no seu relatório, traça do corpo uma verdadeira radiografia, dizendo que,

Se encontra inteira aquela máquina de corpo humano, cabeça, pescoço, braços, região do peito, ombros, costas, abdómen ou barriga, dorso ou espinhaço, coxas, joelhos, pernas, pés, tudo unido, conjunto e pegado e ossatura em seu lugar, inteira, exceto parte de alguns dedos de mãos e alguns dos pés, que lhe caíram ao tirar da sepultura. Toda a ossada está coberta com a cútis ou pele seca à maneira de odre enrugado, comprimido sobre os respetivos ossos, à maneira de um corpo de um tísico, quando morre, que só tem a pele sobre os ossos; faltam-lhe as orelhas e o nariz mas a pele que lhe cobre toda a cabeça tem cabelos brancos; a mesma pele por todo o corpo seca e dura e de cor parda pela terra em que tem estado envolvida; é grossa com muitas partículas filamentosas, fibrosas, à maneira de sola branda. O ventre ou barriga está sumido e comprimido pela falta de intestinos e partes carnosas e esponjosas e líquidos de que nada existe; porque tudo é pele sobre os ossos e que os prende e conserva em seu lugar; tem pouco peso, conserva o sinal de abertura do ânus e com a mesma pele seca sobre os ossos femorais na situação do púbis indica evidentemente o sexo feminino; os cabelos brancos sobre a pele seca mostram ancianidade. Este esqueleto, quando se tirou da sepultura estava algum tanto volumoso, com mais alguma humidade,

*do que agora, há vinte anos exposto ao ar, ao vento, ao calor e ao frio e à humidade, e tem resistido à corrupção*⁸⁶.

A conclusão do relatório do desembargador Henrique de Moura é de que o estado de conservação deste esqueleto é um fenómeno raro. Nesta igreja de S. Simão pelo tempo de cento e quarenta anos mais ou menos, foi o único que resistiu à corrupção, que consumiu muitas centenas de corpos ali enterrados.

Dava como exemplo outros casos semelhantes, nomeadamente na igreja matriz de S. Vade, em Torre de Moncorvo, sugerindo que, à semelhança do que lá tinha sido feito com o corpo de uma moça nova que se supunha ter sido enterrada há oitenta anos, fosse recolhido e metido num caixão e sepultado a um lado da capela-mor em campa rasa, plana, nivelada com o pavimento da capela. Propunha ainda que se devia meter o esqueleto em questão, bem como o que estava debaixo do altar colateral, cada um em sua sepultura própria, marcada, distinta, bem funda, cada uma coberta com tampa lavrada, rasa, e com letreiro indicando – *não se abre* – como estão muitas sepulturas em muitos mosteiros aonde aparecem corpos inteiros para ali fazerem até nova determinação⁸⁷.

Um dos pontos que nos chamou a atenção neste relatório, relacionado com o esqueleto e o da irmã, é um parágrafo que a certa altura diz: «Não se sabe o nome delas o que só pelos livros dos assentos dos óbitos se pode vir no conhecimento delas». Movidos pela curiosidade de investigador e apesar de as datas serem dadas com *pouco mais ou menos*, resolvemos partir à descoberta dos seus nomes, não sem achar estranho o facto de sendo do mesmo lugar, tenham sido sepultadas em local diverso. Atendendo às datas que aqui se nos apresentam, iniciamos a nossa pesquisa dando um intervalo de quarenta anos, desde 1630 a 1670. Entre os defuntos declarados como residindo na quinta da Lourosa, encontramos o registo da mãe das irmãs, Maria Martins, que faleceu em 4 de junho de 1636⁸⁸.

No que toca às irmãs, encontrou-se o registo de óbito apenas de uma delas, a que foi sepultada na capela de S. Simão, redigido nestes termos:

Aos vinte e quatro de junho de 648 anos, se faleceu Margarida Gonçalves, filha que ficou de Francisco Gonçalves, da Lourosa. E confessada

⁸⁶ Cartório Paroquial de S. Mamede Este, “Historial do corpo...”

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ ADB, Registos Paroquiais de S. Mamede de Este, livro misto n.º 476, fl., deteriorado.

por duas vezes em sua doença, não tomou o sacro viático por não ter disposição pela sua enfermidade. Foi ungida. No dia em que se enterrou, mandou seu irmão Francisco Gonçalves e seu sobrinho [...] que se chamasse uma pessoa de cada casa a que agasalharam com pão e vinho, na oferta veio uma broa de pão e quatro canadas de vinho e uma posta de carne o que levarei em conta. Não se me pagou a missa nem a do padre Miguel Gonçalves que foi meu ajudador, [...] o vigário, Jerónimo do Vale⁸⁹.

Da outra irmã não conseguimos encontrar rasto nos registos de óbitos entre as datas supra referidas.

O pároco da altura disse que lhe encontraram ainda, vestígios de cilício de ferro ou arame grosso em volta da cintura, do qual, ainda hoje – referindo-se ao tempo – «se nota, pela parte posterior da cintura, com aparência de ter sido apertado com uma corda, que por muito apertada deixa uma marca, que talvez fosse um cilício»⁹⁰.

Apesar das intenções de colocar o corpo num caixão e de o enterrar numa campa rasa, passados que são mais de duzentos anos, continua arrumado numa abertura da parede da sacristia, tapado por um armário onde se guardam paramentos.

5.2 – Narrativas orais

As narrativas orais inseridas no processo a que acima fazemos referência foram feitas pelo abade de S. Paio de Seramil, por determinação do desembargador Henrique de Moura, ajudado pelo escrivão, o padre Bento Fernandes Moraes. Nelas são notórias frases como fama de santidade, andavam à chuva e não se molhavam, uma delas caiu numa poça e saiu seca, etc.⁹¹.

Vajamos os depoimentos das testemunhas.

«A primeira testemunha, Manuel João, viúvo, lavrador e morador no lugar da Devesa, de idade de mais de oitenta anos, disse ser voz constante haver nas casas e fazenda da Lourosa, duas irmãs, solteiras, com provas de santidade «e com muitos favores», (sinal de milagres). Iam à missa deixando «o pão amassado e o achavam sem prejuízo». Andavam pela chuva e não se molhavam e inclusivamente uma delas caiu numa poça sem se molhar. Seu avô, Pedro João,

⁸⁹ Idem, livro misto n.º 477, fls.73-73v.

⁹⁰ Cartório Paroquial de S. Mamede Este, “Historial do corpo...”

⁹¹ Idem.

conheceu as ditas mulheres quando estava a servir no lugar do Paço, junto à Lourosa, e, passando lá de noite, admirou o monte de rosas e louvores a Deus, que davam em sua casa. Não deu o nome delas»⁹².

«Domingos José, casado, lavrador do lugar de Vilar, de idade de oitenta e três anos, confirmou que eram duas mulheres, irmãs, com sinais e fama de santidade»⁹³.

«Josefa Soares, também do lugar de Vilar, de oitenta e quatro anos de idade, disse que ouvira falar aos seus antepassados das duas mulheres com sinais de santidade e que uma delas fora sepultada na antiga igreja matriz de S. Simão e a outra na de S. Mamede e que os seus corpos existiam inteiros»⁹⁴.

«Bento Fernandes, do lugar do Maragoto, de setenta e três anos de idade, disse ter ouvido sua mãe falar sobre as duas mulheres da quinta da Lourosa, narrando que «iam à missa e deixavam o pão amassado e o lume no forno que o achavam do mesmo modo» subentende-se que deixavam o pão a cozer no forno e encontravam-no bom»⁹⁵.

«Mariana Francisca, do lugar de Vilar, de mais de setenta anos de idade, declarou que, para além das ações demonstrativas de santidade, que muitas vezes não ouviam o sino para a missa. Tinham uma cadela que lhes dava sinal para a ir ouvir. Eram censuradas pela sua modéstia e humildade diminutiva do seu próprio tratamento e estando numa festa na igreja de S. Mamede, onde eram escarnecidas pelo seu modesto trajar, sendo pessoas de posses, apareceu uma pomba deitando flores sobre a cabeça de uma e de outra. Esta ação foi uma espécie de repreensão aos mofadores, de tal sorte que nunca mais houve quem as censurasse»⁹⁶.

«José Fernando Rego, lavrador, de mais de setenta anos de idade, disse ser voz constante dos antepassados, haver as duas mulheres, irmãs e solteiras, da quinta da Lourosa, sempre tidas com opinião de santidade, sem saber os seus nomes nem família, somente que foram sepultadas uma na antiga igreja de S. Simão e outra na de S. Mamede e que seus corpos se conservaram sempre inteiros»⁹⁷.

A conclusão que podemos retirar quer do relatório, quer dos depoimentos das testemunhas ouvidas, é que o segundo corpo jamais foi retirado do local onde estava sepultado,

⁹² Idem.

⁹³ Idem.

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ Idem.

debaixo do altar colateral do lado norte, existindo apenas o corpo sobre o qual se espoletou todo o processo, de que fizemos menção.

5.3 – O fabrico de espingardas

Episódio assaz interessante, este que nos é narrado pelo padre Thadim⁹⁸, relativo a esta freguesia. Este homem é autor de dois livros manuscritos sobre acontecimentos em Braga e na sua região. Neles procurámos referências a S. Mamede de Este. Passamos a citar:

Junho de 1753. A Camara com o Juiz de fora foram no dia 2 a hua vistoria ao Baldeste, e lhe deram noticia que hum Espingardeiro daquele lugar fazia armas defezas, o Juiz de fora foi logo com o Alcaide, e mais Justiça, e chegando-se á Caza do Espingardeiro lhe disse o Juiz= vosse diz, que faz armas defezas, sim senhor lhe respondeo o Espingardeiro, eu lhe vou procurar a amostra, e hindo acima restilharam com hum bacamarte, (rasura) do Juiz, e nam pegou fogo, outro disparou hum tiro ao Alcaide Custodio Gonçalves, que logo morreo, os mais fugiram, e os criminozos foram prosseguindo a Justiça para a matar. No seguinte dia foi a Justiça com homens Valentes os quaes prenderam alguns ladroens, outros fugiram, e hum que se nam quis dar á prizam o matou a Justiça. O Juiz de fora mandou arrazar as cazas, e a 6 de Abril de 1754 se pozeram as cabeças dos ladroens naquele sitio depois de haverem sido enforcados na Ribeira do Porto.

Este episódio dá conta da violência latente contra algumas autoridades. O alcaide foi morto etc. Este caso mostra até que ponto as autoridades locais eram postas em causa por alguns homens a nível local, que entravam em rebelião contra elas. Como não podia deixar de ser, um caso deste tipo tinha de ter uma resposta exemplar por parte do poder político e judicial, sob pena de perda total da sua legitimidade.

⁹⁸ ADB, Fundo Manuscrito, livro 1054, Manuel José da Silva Thadim, *Diário Bracarense*, 161-162.

Capítulo VI – O que ainda existe deste passado

6.1 – Património eclesiástico

6.1.1. – A Igreja Paroquial

Embora tudo leve a crer que a paróquia de S. Mamede Deste, ainda que com outra designação, tenha sido criada em pleno século VI segundo o *Paroquial Suevo*, como tantas outras paróquias do termo de Braga, de facto, e como já atrás se referiu, o primeiro documento que refere a igreja é de julho de 1028 (já lá vão 990 anos, completados este ano), precisamente cem anos antes do confronto de S. Mamede, data que iria abrir caminho à independência de Portugal.

Até 1136 a igreja de S. Mamede Deste pertenceu na sua totalidade, ao mosteiro de Antealtares⁹⁹ (Santiago de Compostela). A31 de maio desse ano o abade Rodrigo permutou com o arcebispo de Braga, D. Paio Mendes (arcebispo de 1118 a 1137), três quartas partes da dita igreja com todos os seus direitos e três casais em Dones (freguesia de Feitosa, concelho de Ponte de Lima), por certos valores e todos os direitos que o arcebispo e a Sé de Braga tinham em S. João da Ribeira (concelho de Ponte de Lima)¹⁰⁰.

Como se sabe, a religião cristã ocupava um lugar de capital importância na vida dos homens e da sociedade. A igreja paroquial tinha um papel primordial nas freguesias, constituindo o centro da vida da comunidade: «A igreja infundia nas crianças a vida sobrenatural pela administração do batismo; santificava as pessoas com missas dominicais, os actos do culto e a vida sacramental [...] unia-lhes os destinos com o sacramento do matrimónio; santificava-as nas

⁹⁹ Convento feminino da cidade de Santiago de Compostela, situado nas imediações da catedral. Este convento e antigo mosteiro, que ocupa a frente este da praça compostelana de A Quintana, é o mais antigo da cidade. Teve a sua origem numa pequena comunidade monacal masculina promovida pelo rei asturiano Afonso II o Casto pouco depois de confirmar como autêntico o sepulcro de Santiago, entre os anos de 820-830. Os monges tinham como missão guardar e organizar o culto das relíquias do apóstolo. Assim se encontra num documento compostelano de 1077 – Concórdia de Antealtares -, onde é descrito de maneira muito sucinta que a sua finalidade tinha sido até esse momento orar *supra corpus apostoli*.

Denomina-se Antealtares (*do latin antealtaria*) ao pequeno cenóbio, desde o princípio porque a sua igreja tinha três altares – consagrados ao Salvador, S. Pedro e S. João Evangelista – situado numa posição prévia à igreja que acolhia a tumba de Santiago e o batistério de S. João Batista, desaparecido nos tempos medievais. A comunidade esteve, nos seus primeiros tempos sob a dedicação de S. Pedro, embora alguns autores também a citem com a dedicação ao Salvador. http://xacopedia.com/San_Paio_de_Antealtares_monasterio_de, 24-08-2018, tradução nossa.

¹⁰⁰ L. F., doc. 825.

suas fraquezas; preparava-as na doença para a grande viagem sem retorno; recebia-as no seu seio após o trânsito desta vida»¹⁰¹.

Dado estarmos numa freguesia rural, com poucos vizinhos, não será de excluir a hipótese de ter sido um edifício românico de arquitetura modesta, de granito, de planta retangular, com capela-mor da obrigação dos párocos e o corpo da igreja da responsabilidade dos fregueses. Teria à entrada a pia batismal, uma porta principal e outra lateral. Sobre o primitivo edifício nada podemos dizer, dado não existirem livros de visitas desta freguesia. Aliás, nesta paróquia, segundo informação do atual pároco, Cónego António da Costa Neiva, não haverá qualquer livro antigo, à exceção do livro de estatutos da confraria de Nossa Senhora do Rosário, de 1754, do qual, em capítulo próprio, dedicado às confrarias, lhe fizemos referência.



Figura 9 - *Aspeto da atual igreja de S. Mamede Deste*

A construção atual é, tal como está gravado no lintel da porta principal, de finais do século XIX (1897), pelo que se depreende ter havido uma grande alteração ao nível do retábulo da capela-mor e dos altares laterais. Terá sido nessa altura que lhe foi acrescentado o alpendre, que se pode

¹⁰¹ Soares, *Monografia...*, 205.

ver no lado norte. Curiosamente, entre os pedidos de embargo a capítulos de visita, dos oito que constam no Registo Geral relativamente a esta freguesia, o único que cita vagamente o motivo desse embargo tem a ver precisamente com obras de remodelação da igreja. Tem data de 6 de fevereiro de 1758 e passamos a transcrevê-lo.

Exmo. Senhor

Dizem o Juis e homens das fallas da freguezia de S. Mamede Deste que na vizita passada lhe deixou o Rev^o Vizitador hum capitulo no qual os obriga entre outras couzas a levantarem as paredes da Igreja para a fazerem mais alta com choro e linhas de ferro e o mais de que reza a certidão e porque não sofra a dita Igreja semelhante obra como já alertarão os mestres e por isso querem os supplicantes embargar nesta parte o capitulo deixado o que não podem fazer sem provisão de V.^a Ex.^a Reverendissima Pedem a V.^a Ex.^a Rev.^a seja servido mandar lhe passar a dita Provizão na forma do estilo para com ella deduzirem sem embargos e alegarem a justiça que lhes assiste afim de se reformarem aquelles capítulos e receberão merce. Passe Provizão pela substituição que tenho de Sua Ex.^a por seis mezes. Braga seis de Fevereiro 1758. annes Coelho// O Dr. Francisco Fernandes Coelho Dezembargador e Provizor nesta corte Arcebispal por Sua Ex.^a Rev.^a governador deste mesmo Arcebispado de Braga, Sede Vacante Primas das Hespanhas, Etc. Pella presente, visto o que a sua petição representarão os suplicantes Juis e homens das Fallas da freguezia de São Mamede Deste e certidão junta a vista do que e pella substituição que tenho do mesmo Ex.^o Senhor concedo Lissensa a elles supplicantes para que por tempo de seis mezes posam embargar o capitullo de vizita de que tratão e reza a mesma certidão junta perante o Rev.^o Doutor Vigário Geral desta corte o qual requeridas e ouvidas as partes a que pertence lhes administrara justissa e as apelaçoens e agravos que a seus interlocutórios se entrepuzeram se destribuirão a Juis Relator que na Relação desta corte lhe defirira como for justissa e depois de ser esta por mim assinada se registara no Registo Geral desta corte sem o que não valha. Dada em Braga sob meu sinal e sello desta corte aos doze de Fevereiro de mil e sette (fl. 448) centos e

*sincoenta e sette annos e eu padre Antonio Pereira de caldas escrivão da Camera eclesiástica a sobescrevi*¹⁰².

O único testemunho do barroco nesta igreja paroquial que chegou até aos nossos dias será a mísula de suporte do púlpito (Figura 10), a avaliar pelas folhas de acanto enroladas que a decoram, e que hoje serve de altar de Nossa Senhora das Graças, que se encontra do lado do Evangelho.



Figura 10 - Mísula de pedra, suporte do antigo púlpito

Na capela-mor da igreja de S. Mamede Deste (Figura 11), no retábulo, divisa-se à esquerda a imagem do padroeiro, S. Mamede, à direita a imagem de Nossa Senhora de Fátima, e ao centro, na tela que tapa a tribuna, são representados dois anjos a adorarem o Santíssimo Sacramento, simbolizado pela Custódia ou Ostensório com a partícula consagrada. O retábulo é dos primeiros anos do século passado e terá sido introduzido pelas mãos do então pároco, padre David Gomes Correia, (pároco entre 1907 e 1967), e capelão do Hospital de S. Marcos entre 1931 e 1938. Natural da freguesia de Padim da Graça, Braga, era filho de Manuel José Gomes e de Maria Gomes Correia¹⁰³. Foi fundador da primeira revista eucarística que se publicou em Portugal durante mais de cinquenta anos, “*Mensageiro Eucarístico*” na qual era autor, redator e administrador. O padre Abílio passava longas horas da noite a adorar o Santíssimo e morreu com fama de santo. Após a sua morte, começaram a haver graças recebidas por sua intercessão. Em 8 de dezembro de 1996, o arcebispo de Braga constituiu autor do processo para a causa da sua canonização, o cônego António da Costa Neiva, pároco da freguesia. Sob a presidência do Arcebispo Primaz, D. Jorge da Costa Ortiga, o Tribunal Eclesiástico, reuniu, em cerimónia pública, em S. Mamede de Este, no

¹⁰² ADB, Registo Geral, livro 114, fls. 447-448.

¹⁰³ ADB, Processo de inquirição de genere n.º 13559, de 1902.

dia 28 de setembro de 1997, tendo os documentos seguido para Roma, em mala diplomática da nunciatura, os quais foram recebidos nessa cidade a 2 de outubro desse ano. As graças alcançadas por intercessão do padre Abílio continuam a ser comunicadas ao pároco atual, de vários cantos do país, à espera que aconteça o milagre cientificamente comprovado para a sua beatificação.



Figura 11 - Capela-mor da igreja

Na capela-mor encontra-se o tabernáculo ou sacrário (Figura 12), para o qual requereu e obteve licença para a sua colocação em dezembro de 1743, o padre Manuel Ferreira, então vigário

da freguesia¹⁰⁴, sendo que o atual é relativamente recente; finais da década de 60 ou princípios da de 70 do século passado.



Figura 12 - Sacrário da igreja

O batistério da igreja paroquial de S. Mamede Deste (Figura 13) situa-se na entrada da igreja, do lado do Evangelho. Esta pia batismal é atribuída ao séc. XIV, mas o talhe e cor da pedra parecem indicar obra muito recente.



Figura 13 - Pia batismal da igreja de S. Mamede Deste

¹⁰⁴ ADB, Registo Geral, livro 159, fls. 373v a 375.

Batismo quer dizer iniciação e como tal é o primeiro dos sacramentos da religião católica. É a entrada na comunidade cristã. Instrumento fundamental da liturgia, o batistério ocupa o lugar central da prática mais importante do cristianismo, contendo a água que se destina à purificação. Muito embora na época paleocristã, essa iniciação só se efetuasse na idade adulta, imitando o batismo de Cristo no rio Jordão por S. João Batista, o uso da pia batismal consolida-se na Alta Idade Média, quando o batismo passou a ser aplicado às crianças. São geralmente construídas de pedra e colocadas sobre um pedestal ou coluna e normalmente encontram-se colocadas à entrada da Igreja.

Os cruzeiros constituem uma forma de sacralização dos espaços e indiciam processos de cristianização de antigos cultos pagãos¹⁰⁵. Não existe documentação referente ao cruzeiro da igreja da paróquia de S. Mamede Deste (Figura 14), nem se consegue divisar qualquer data na sua base, pelo que nos limitaremos a descrevê-lo no que toca à sua morfologia artística. Assenta numa plataforma de três degraus, de onde parte o fuste cilíndrico liso, encimado por uma esfera e rematado por uma cruz inspirada na cruz florenciada.

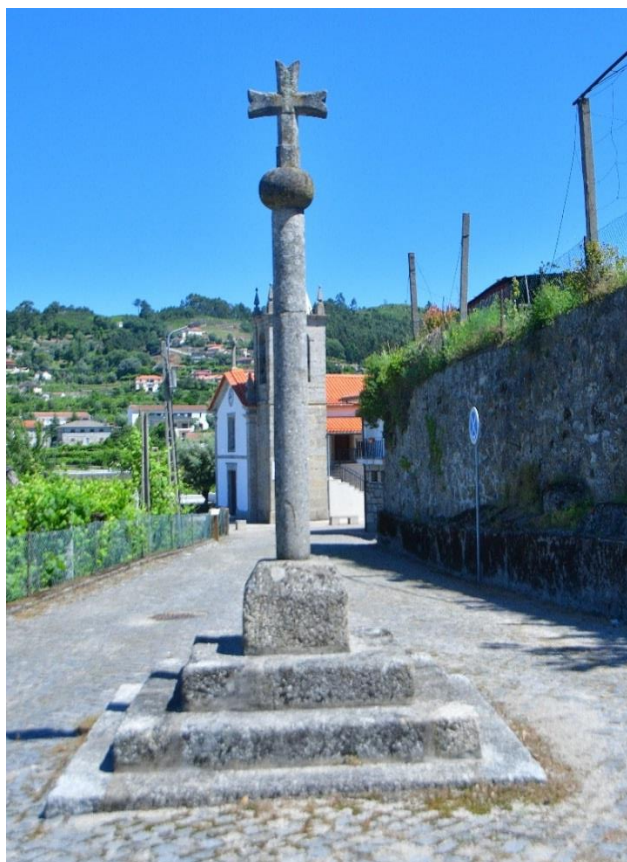


Figura 14 - Cruzeiro da Igreja Paroquial

¹⁰⁵ Soares, *Monografia...*, 268.

6.1.2 – A capela de S. Simão e S. Judas Tadeu

Situada no lado nascente da freguesia, a capela de S. Simão e S. Judas Tadeu (Figura 15) foi igreja paroquial até ao século XV, mais precisamente 1439, altura em que o arcebispo bracarense D. Fernando da Guerra (arcebispo de 1417 a 1467) procedeu à sua anexação à tesouraria da Sé de Braga.

Foram variadas as motivações que conduziram às reduções de paróquias feitas por D. Fernando da Guerra, nomeadamente os abusos dos padroeiros, e a escassez de rendimentos, provocada pela falta de fregueses para sustentar a paróquia. Não obstante, uma das causas mais graves era constituída pelo absentismo de padres e mosteiros nos seus benefícios. Vários foram os arcebispos que através de Constituições Sinodais e extra sinodais se manifestaram contra esse absentismo, que já vinha desde o tempo de D. Frei Telo (arcebispo de 1279 a 1292). Não obstante, o problema persistiu, e D. Gonçalo Pereira (arcebispo de 1326 a 1348) tentou resolvê-lo em 1333 sem grande sucesso, dado que D. Fernando da Guerra emitiu nova provisão sobre o assunto em 18 de Maio de 1461¹⁰⁶.

Muitas egrejas parrochiaes e curadas do nosso arcebispado padeçem grande detrimento no espirital e temporal, por se dellas se abssentarem seus abbades e rectores [...] E os beens temporaes das dictas egrejas e casas se vão a perdiçam por mingua de reparo e refazimento por cauza da dicta abssensão¹⁰⁷.

A paróquia de S. Simão Deste enquadra-se neste cenário. A sua pequena dimensão não garantia rendimentos suficientes para a sustentação do pároco, sendo difícil arranjar quem a paroquiasse. Escassez de habitantes e de rendimentos são, assim, os fatores relevantes para a sua anexação. Aliás, no caso presente, pode constatar-se na História da Igreja em Portugal: «Aos 17 de Novembro da era de 1358 (1320 da era cristã), principiaram os Juizes executores na cidade de Braga a taxar as igrejas dela, e de todo o seu arcebispado, na forma que adiante se segue: A igreja de S. Semião Deste, foi taxada em dezasseis libras»¹⁰⁸. De todas as paróquias do couto de Braga, era a que menos pagava.

¹⁰⁶ Costa, *O Bispo D. Pedro*, 449.

¹⁰⁷ ADB, Coleção Cronológica, pasta 41, doc. 1315.

¹⁰⁸ Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, 97. Por bula dada em Avinhão a 23 de Maio de 1320, o papa João XXII, concedeu a D. Dinis, pelo tempo de três anos, para subsidiar a guerra contra os mouros a décima parte de todas as rendas eclesiásticas dos seus reinos, com a exceção das Igrejas, Comendas e Benefícios pertencentes à Ordem de S. João do Hospital de Jerusalém (atual Ordem de Malta), por os professos dela se empregarem continuamente na guerra contra os mesmos infiéis.

De arquitetura pré-românica simples, datada dos sécs. IX-XI, esteve ao serviço do culto provavelmente até aos inícios do século XX. Nos inícios do século XVIII, numa petição enviada ao arcebispo de Braga, de 16 de março de 1709, os moradores dos lugares abrangidos pela capela solicitaram em petição um confessionário para ouvir de confissão algumas mulheres velhas e até uma cega desse lugar e dos circunvizinhos, dado que a matriz se situava a mais de um quarto de légua.

O parecer do pároco foi o seguinte:

Illustrissimo Senhor A Igreja mencionada na petição retro mostra que antigamente foi Parochia por nella ainda se conservar a pia Baptismal e Sepulturas onde se enterram Defuntos de seis lugares circunvizinhos tem a decência necessária pera nella se celebrar o sacrificio da missa e mais officios divinos principalmente a Capella Mayor que tem de comprido medida por dentro três varas e meya e de Largo três menos e hum palmo porem o corpo esta menos descende por não estar forrada o qual tem de comprido em desbão seis varas, e de largo quatro e hum palmo tem altura bastante asy a Capella mayor como o corpo da Igreja e tem porta Travessa e sino pera chamar o povo daqueles Lugares quando hé necessário administração dos Sacramentos pera os ditos Lugares principalmente o Biatico aos enfermos por ficar distante da matris mais de um quarto de legoa e muita distancia que há de hua a outra e maos caminhos Portelos e ribeiros alguas molheres velhas doentes e hua sega dos Lugares asima ditos mais proximos da ditta Igreja pessoas de bons costumes que Dezejão o pasto de suas almas que por cauza de suas infirmitades e a grande distancia não podem correr digo concorrer a ditta Matris sem grande perigo de suas vidas e por essa cauza nem ouvem missa nos dias de preceito Por não haver sacerdote nesta freguezia que a Diga na ditta Igreja o que tudo passa na verdade Vossa Illustrissima defira o que for servido pera Mayor agrado do serviso de Deos e bem de suas ovelhas e por asy passar fis esta em que me asigno em São Mamede Deste o Padre Miguel Lopes¹⁰⁹.

¹⁰⁹ ADB, Registo Geral, Livro 156, fls. 50v, 51, 51v.

Segundo podemos constatar através dos registos de óbitos, os lugares a que o pároco aludia seriam: S. Simão, Tourão, Paço, Pegos, Xisto, Lugar e Pregal¹¹⁰.

Muito embora esta petição tenha sido feita em 1709, só em 1733 se obteve autorização para a colocação do dito confissionário, já em período de sede vacante, como a seguir se transcreve:

Provizão por que Vossa Illustrissima hé servido conceder Licenssa aos moradores da freguezia de São Mamede Deste pera porem o confissionario de que trata em sua petissão pera Vossa Illustrissima ver e assignar e não se continha mais em a ditta provizão a qual eu Manoel Vieira escrivão proprietario do officio do Registo Geral desta cidade pello Illustrissimo e Reverendissimo Senhor Cabido e Sede Vacante Primas a fis tirar e tresladar bem e fielmente da própria a que me reporto em todo e aprobado e por verdade em fe della Me asigno aos sette digo aos oito de Agosto de mil e sette centos e trinta e três annos¹¹¹.

A capela foi sujeita a obras de restauro em 1739, segundo a data que se encontra no lintel da porta frontal.



Figura 15 - Aspeto geral da capela de S. Simão e S. Judas Tadeu, após o último restauro de 1990

¹¹⁰ ADB, Fundo Paroquial, freguesia, livros Mistos n.ºs 476, 477, 479 e de óbitos n.º486.

¹¹¹ ADB, Registo Geral, livro n.º 156, fls.52v, 53.

A capela-mor teve uma cruz vazada em granito (Figura 16) até à década de 1970, localizada na sua parede traseira, da qual foi retirada. Juntamente com a imagem do orago, em pedra policromada dos séculos XV-XVI, a que fizemos referência em capítulo próprio, encontra-se agora no museu Pio XII, na cidade de Braga.

Caraterísticas:

Cruz vazada; gelosia? / granito / h=50,5 cm; l=41 cm; e=14 cm.

Pré-românico (séculos IX-XI)

Cruz vazada em bloco retangular e inscrita em círculo sulcado. Os braços da cruz são marcados na base por sulcos, interrompendo-se os horizontais ao centro, num círculo também sulcado. Na parte inferior conserva-se decoração em triângulos, igualmente sulcados¹¹²



Figura 16 - Pedra com cruz vazada da capela (fotografia nossa)

¹¹² Luís Fontes e Belissa Pereira, *Coleção de Epigrafia e de Arquitetura Medievais* (Braga, Museu Pio XII, (HIAC) Instituto de História e Arte Cristã, 2009), 78.

A transferência desta pedra para o museu deveu-se à ruína em que nessa altura se encontrava a capela, servindo até de palheiro, tendo o seu restauro ocorrido em 1990 (Figura 15). Durante as obras, quando se procedeu à terraplanagem e alargamento do adro, apareceu uma outra pedra com umas inscrições, cujo significado ignoramos, que se adaptou ao buraco que tinha ficado da extração da cruz e que hoje lá se encontra, conforme se mostra na Figura 17.



Figura 17 - Pedra achada no adro da capela, provavelmente parte de tampa de sepultura medieval

A capela possuía pia batismal porque foi durante alguns séculos igreja paroquial¹¹³. Acontece que também aqui as notícias não são agradáveis, dado que a mesma, segundo é voz corrente, existe, embora sirva de suporte a um muro da propriedade da casa de S. Simão, assim designada, como poderemos ver pela Figura 18. Desconhece-se se é a primitiva, correspondendo à fundação da igreja, embora a sua forma e patine sugiram que possa ser medieval.

¹¹³ Ver cap. 1.3.2, desta dissertação.



Figura 18 - Pia batismal da antiga igreja de S. Simão

Para além da pia batismal, a capela ainda conserva duas pias de água benta visivelmente antigas, uma à entrada da porta principal e outra à entrada da porta travessa, do lado sul (Figuras 19 e 20).



Figura 19 - Pia de água benta da porta de entrada Figura 20 - Pia de água benta da porta travessa

Destes dois edifícios, a igreja paroquial (a anexante) e a igreja de S. Simão (a anexada), existe um «inventário das peças desta freguesia de São Mamede do Valdeste do termo de Braga, de 1606»¹¹⁴, que se encontra escrito em duas colunas, estando a da direita muito danificada.

- Dois cálices com suas patenas, os vasos de prata e os pés de latão, com caixas;
- Quatro mesas de corporais;
- Três sanguinhos;
- Duas toalhas dos altares já velhas e rotas;
- Três frontais, um preto de chamalote e outro de chamalote vermelho novo, outro de cetim falso, já velho;
- Umhas corrediças de linho já usadas e remendadas;
- Quatro vestimentas: uma de damasco carmesim das selvas e outra de chamalote preto e outra de chamalote vermelho, e outra de cetim verde e branco falso já melhor;
- Uma caixa de óleos com sua bacia de estanho;
- Quatro pedras de ara;
- Uma sobrepeliz velha;
- Uma caixa em que estão os ornamentos;
- Uns pesos;
- Umhas valsas (balsas?) que estão na Igreja de S. Simão;
- Uma caixa que está em casa do caseiro;
- Um missal bracarense;
- Dois manuais romanos;
- Dois castiçais de latão;
- Uma estante do altar, outra grande de quando oficiam a missa cá;
- Uma (ilegível);
- Um catecismo;
- Duas toalhas das mãos;
- Um véu de tafetá vermelho com suas franjas, Santíssimo Sacramento;
- Um turíbulo;
- Uma tábua da (ilegível);
- Este livro que é dos nascimentos e dos defuntos;
- Outro livro (folha rompida);

¹¹⁴ ADB, Registos Paroquiais, livro Misto n.º 476, fl.44.

- Uma sobrepeliz.

6.1.3 – A capela de S. Sebastião

Situada na parte norte da freguesia, no lugar da Venda da Rola, em plena margem esquerda, sentido oeste/este da via romana XVII, temos a capela de S. Sebastião (Figura 21). Desconhecemos a data da sua fundação, mas temos notícia de 12 de maio de 1746, de um *registo de provisão de licença para reedificar a capela que declaram na sua petição os oficiais do mártir S. Sebastião*¹¹⁵, pelo que a anterior estaria ou em ruína ou em más condições. Trata-se de uma capela setecentista, conforme indicam as suas linhas da edificação e o seu interior tem passado por vários restauros. No exterior, o último arranjo efetuado foi de muito mau gosto. Já na viragem do século passado, nas obras que decorreram entre 1996 e 1998, acrescentou-se-lhe um alpendre que retirou à capela a sua traça original.



Figura 21 - Capela do mártir S. Sebastião

Também esta capela tem o seu cruzeiro, que fica a escassos metros de distância, no chamado largo de S. Sebastião (Figura 22). Este cruzeiro, semelhantemente ao que protege o caminho que conduz à igreja paroquial de S. Mamede de Este, também assenta em três degraus, seguidos de uma base com topo tronco-piramidal. O seu fuste é paralelepípedo, chanfrado, e

¹¹⁵ ADB, Registo Geral, livro n.º 145, fls. 427-429.

encimado por uma esfera (o que também acontece no cruzeiro da igreja paroquial) sobre a qual assenta a cruz com braços chanfrados. Este recurso ao chanfro talvez indique uma cronologia do século XVI.



Figura 22 - Cruzeiro da capela de S. Sebastião

6.1.4 – As alminhas

Existe no antigo lugar da Cancela de Pidre - assim chamado por nele existir uma cancela que vedava o caminho para a igreja (que os habitantes mais idosos ainda lembram) e que servia para impedir que o gado entrasse nos campos - um nicho dedicado às almas do purgatório (Figura 23), localizado numa encruzilhada de caminhos situada bem no centro da freguesia, de um estilo que lembra o rococó “de feição abstrata” de André Soares em obras como a da Igreja dos Congregados.

Num painel de azulejo azul e branco, não datado nem assinado, pode observar-se o fogo do purgatório, onde as almas, de mãos erguidas, suplicam a redenção aos anjos e à imagem de Cristo crucificado.

É provável que antes do azulejo atual houvesse uma pintura contendo os mesmos motivos, dado que na parte superior do referido painel ainda se vislumbra um resto de tinta cor-de-rosa. Tivemos a preocupação de indagar junto de pessoas com mais de oitenta anos se se lembravam disso, mas todos responderam que sempre conheceram as alminhas tal como estão nos dias de hoje.



Figura 23 - Nicho das alminhas sito na Cancela de Pidre

6.2 – Imagens Sacras

As imagens sacras existentes na freguesia são, na sua quase totalidade, do século XX, com a exceção da de Nossa Senhora do Rosário dos séculos XVI-XVII, que introduzimos no capítulo

dedicado às confrarias, a do orago, S. Mamede, que é do século XIX, sobre quem também já escrevemos, restando-nos por isso falar, no que toca às mais antigas, das imagens de S. Sebastião e de Nossa Senhora das Graças.

6.2.1 – A imagem de S. Sebastião

A imagem de S. Sebastião, esculpida em granito, encontra-se colocada num nicho sobre a porta da fachada frontal da capela (Figura 24), e é bem provável que seja da data da reedificação da capela na primeira metade do século XVIII.



Figura 24 – Imagem de S. Sebastião

Sendo um mártir do cristianismo, é representado atado a uma árvore, com o corpo cravejado de flechas, instrumento do seu martírio, e, no chão uma espada. É celebrado a 20 de janeiro e, segundo a lenda,

Nasceu na Narbona, na Gália, e foi centurião romano. Denunciado por ter exortado dois amigos a permanecer fiéis à Fé Cristã, durante uma perseguição no tempo de Diocleciano, foi preso e condenado a servir de alvo

aos arqueiros do exército. Crivado de flechas e dado como morto, foi levado a enterrar por Santa Irene. Esta, apercebendo-se, porém, que ainda estava vivo, recuperou-o, cuidando-lhe dos múltiplos ferimentos. Sarado, voltou Sebastião a apresentar-se ao Imperador. Foi de novo martirizado, morto e sepultado nas catacumbas. É representado amarrado a um tronco de árvore, sofrendo o martírio das flechas. Umaz vezes vestido outras despido, umas vezes com barbas, outras com a cara rapada, juvenil. Também aparece vestido de caçador com os seus atributos – arco e flechas¹¹⁶.

É o santo protetor contra a fome, peste e guerras.

6.2.2 – Nossa Senhora das Graças

Nossa Senhora das Graças, imagem do século XIX, está colocada na igreja paroquial, no local onde outrora foi o púlpito da igreja, do lado do Evangelho (Figura 25). A razão desta devoção é que ela ter-se-á revelado a Santa Catarina de Labouré em 1830, na cidade de Paris, França.



Figura 25 - imagem de Nossa Senhora das Graças

A imagem da igreja de S. Mamede é policromada, onde se destacam, para além de outras cores, o azul e o ouro. São seus atributos o manto azul, que representa o céu; a serpente a seus

¹¹⁶ Jorge Campos Tavares, *Dicionário de Santos: Hagiógrafo, Iconográfico, de atributos, de artes e profissões, de padroado, de compositores de música religiosa*, 3.ª ed. (Porto: Lello Editores, Lda, 2001), 133.

pés, a quem esmaga a cabeça, e que simboliza o demónio vencido pela “Nova Eva”, porque obediente e pura; o globo terrestre representa o mundo inteiro e significa que Ela tem o poder de intercessão para o salvar; os raios que saem das suas mãos, simbolizam as graças que derrama sobre a humanidade.

6.3 – Património civil

É muito escasso o património civil edificado antigo que se conserva na freguesia, restando apenas algumas peças que nos reportam ao passado, já que os edifícios antigos foram sendo destruídos para se fazerem construções novas, embora por vezes aproveitando as paredes adaptando-os aos novos tempos. Mais ou menos por ordem cronológica, temos:

6.3.1 – A via romana

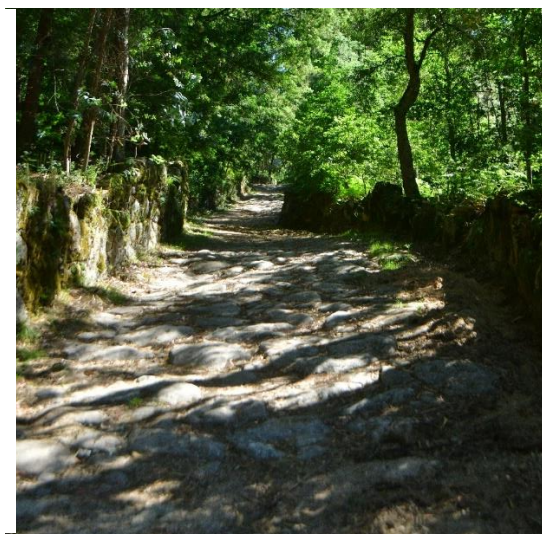
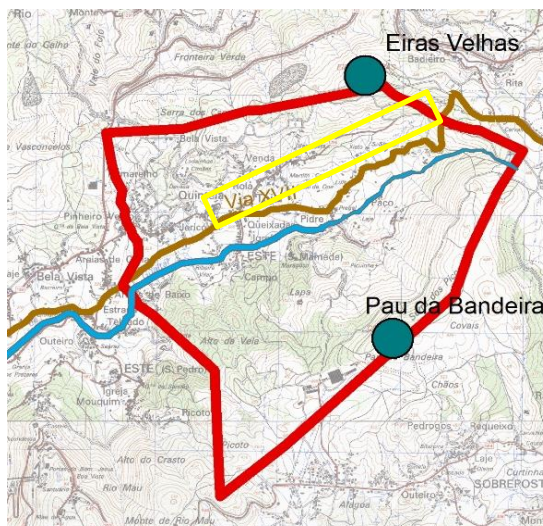
Sobre a *carraria antiqua*, nome porque era designada a XVII via romana nos tempos medievos, cujo itinerário era Braga-Chaves-Astorga, no tocante à parte que se insere no território de Braga, Argote diz-nos que «parece que a estrada do tempo de Vespasiano em diante se deve regular na forma seguinte: saía a estrada de Braga, e continuava até ao lugar a que chamão Areas (S. Pedro Deste), dali passava ao Carvalho (S. Mamede Deste), onde contam uma legoa e prosseguia ao Pinheiro»¹¹⁷.

Porém não se fica por aqui a sua descrição, indo ao ponto de lhe atribuir nome, a exemplo de algumas das vias mais importantes de Roma, como a via Ápia. Assim: «Em Hespânia havia huma, a que chamavão Via Augusta, segundo consta de hum padrão achado (segundo parece) em Vinhaes, [...] e eu entendo ser a Via militar, que sahia de Braga para Astorga. [...] Estas Vias tomavão o nome, ou de quem as fazia [...]»¹¹⁸. Esta via foi o principal e único meio de comunicação entre Braga e Chaves e foi utilizada quase até finais do século XIX.

Relativamente ao seu itinerário, a hipótese que colocamos é que na freguesia a Via XVII acompanhe o caminho municipal nº1296 que passa pelos lugares da Venda, onde se situa a capela do Mártir S. Sebastião, da Bemposta e do Outeiro (Mapa III e Figura 26).

¹¹⁷ Jeronimo Contador de Argote, *Memorias para a História Ecclesiastica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas* (Lisboa Ocidental: na oficina de Joseph Antonio da Silva, impressor da Academia Real, 1734, Titulo 1, Tomo 2), 578.

¹¹⁸ Argote, *Memorias...*, 713.



Mapa III - Troço alternativo (à amarelo) do Itinerário da Via XVII na freguesia de S. Mamede de Este Figura 26 - Troço existente da Via XVII na freguesia de S. Mamede de Este

6.3.2 – A Casa do Tourão

Pouco resta hoje da Casa do Tourão, demolida já neste século XXI, para no seu lugar ser construída uma casa moderna. Nela havia uma tumba em granito, usada para dar de beber ao gado, não se sabendo o que foi feito dela, sendo mais que provável ter sido destruída. O que da antiga construção setecentista resta, são a pedra do portão de entrada na quinta, cuja casa ficava relativamente perto, e a pedra que iniciava o corrimão das escadas, tal como se pode ver na Figura 27.



Figura 27 - Pedra que encimava o portão da quinta do Tourão, onde é visível a data de 1738 e a pedra que iniciava o corrimão

6.3.3 – A Casa de S. Simão

A casa de S. Simão é a única construção que mantém no exterior o traçado oitocentista na sua totalidade (Figura 28). O interior já não mantém as características iniciais.



Figura 28 - A Casa de S. Simão data de 1853

Não deixa de ser interessante a pedra da entrada do espigueiro nela existente (Figura 29). Quanto a nós, trata-se de uma tampa de sepultura, onde são bem visíveis, no topo, as letras S. P., que interpretamos como S[epultura] P[erpetua]. Nas restantes linhas da inscrição epigráfica, há outras letras que interpretamos como sendo:

- na segunda linha, T O V I u o;
- na terceira linha, AY°.



Figura 29 - Pedra do espigheiro (fotografia nossa)

6.3.4 – A Casa de Casal D'One

A Casa de Casal D'One foi chamada quinta de «Casal do negro» pelo menos até à Idade Moderna, dando-nos disso conta o seu empraçamento pela Mitra bracarense. Esta casa, não sabendo a que época pertence, parece-nos, no entanto, ser mais antiga do que as duas que acima descrevemos, pelo tipo dos arcos na porta e janelas (Figura 30). A nosso ver, só as paredes do lado oeste e norte do piso térreo mantêm a traça original, já que no andar superior se notam algumas cicatrizes de alterações que foram sendo feitas ao longo dos tempos.

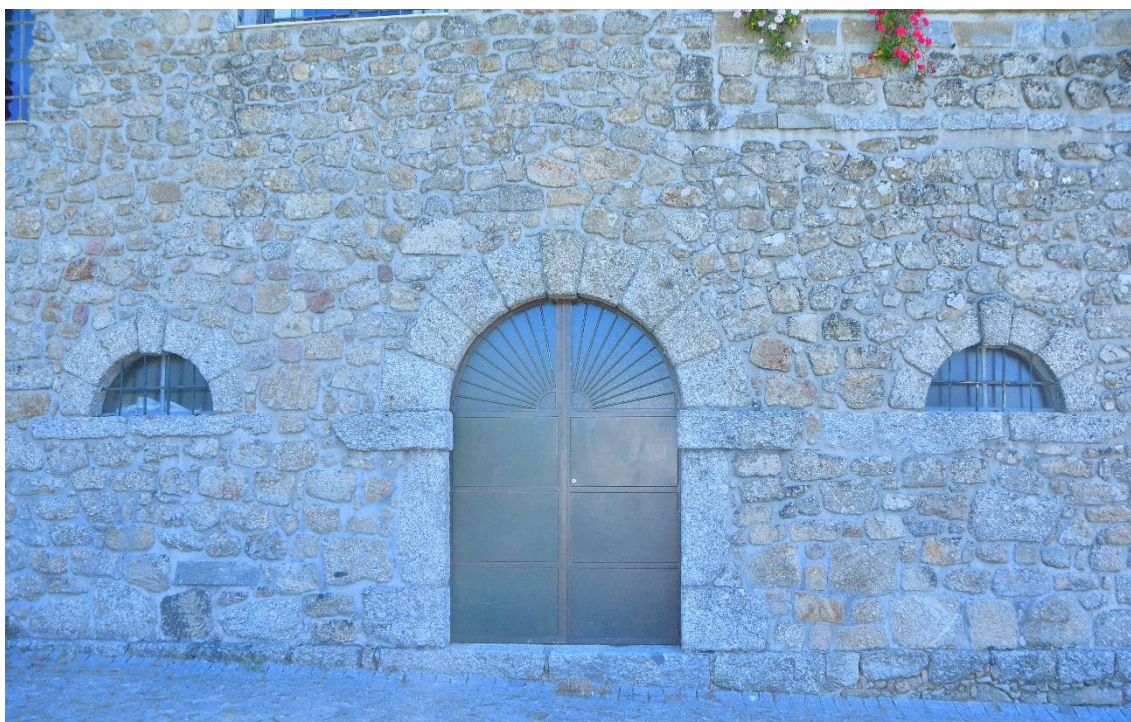


Figura 30 - Alçado poente da casa de Casal d'One

6.3.5 – A Casa do Xisto

Desconhecendo a data da edificação Casa do Xisto, há uma particularidade que nos prende a atenção (Figuras 31 e 32). No seu alçado poente, que é a entrada principal, tem um nicho onde está colocada, do lado direito, uma imagem em granito de Santo António e, do lado esquerdo, uma cartela onde se lê: *o santo do amor fez aqui um milagre em 1834.*



Figura 31 - Cartela onde se regista o milagre Figura 32 - Imagem de Santo António

6.3.6 – A quinta de Meitem

O portão da entrada da quinta de Meitem foi o único testemunho que chegou até nós das antigas edificações (Figura 33). Tem gravado na padieira o ano de 1781.



Figura 33 - Portal da quinta de Meitem

6.3.7 – A quinta da Cachada

Localizada no lugar do Paço, a quinta da Cachada é a única construção da freguesia com brasão (Figura 34). O seu portão em granito é de simbologia religiosa. Formam o seu conjunto o escudo ovalado e a cartela com motivos florais em que este assenta. É de composição plena. Tem duas chaves passadas em cruz, uma com o palhetão para baixo e voltada para a sinistra, a outra com o palhetão para a sinistra e voltada para o chefe. A presença deste escudo com duas chaves indica que a propriedade pertenceu ao tesourado-mor da Sé de Braga. Tem na padieira a inscrição: ANNO DE 1807¹¹⁹.



Figura 34 - Quinta da Cachada, portão

¹¹⁹ Vaz-Osório da Nóbrega, *Pedras de armas e armas tumulares do distrito de Braga*, vol. II, (Braga: Junta Distrital de Braga, 1972), 66-68.

Capítulo VII – Fragmentos do quotidiano

7.1 – Dar à luz filhos ilegítimos

Durante as nossas pesquisas para a presente tese, fomos nos deparando, nos livros de registo de nascimentos da freguesia, com algumas informações dignas de nota. Se por um lado a ilegitimidade é um facto recorrente do quotidiano humano, não deixa de ser curioso que, além dos ilegítimos nascidos de fregueses seus, outros ilegítimos tenham nela nascido aparentemente por casualidade, segundo se depreende do registo efetuado pelo vigário. Outros, ainda, revelam abertamente a intenção de as mães se esconderem da comunidade de onde eram naturais. A juntar a tudo isto há ainda outras curiosidades que passamos a descrever:

«A esta igreja de S. Mamede, se veio a batizar uma criança que estava muito fraca e debilitada. Disseram ser de uma mulher de Santa Lucrécia, o que fiz debaixo de condição, por ouvir que fora enchupiada. Pus-lhe nome Jerónima e não durou mais que dois dias. Enterrei-a nesta igreja por ordem de Mateus da Silva. Foi em os vinte deste mês de dezembro, deste presente de 647 anos. O vigário, Jerónimo do Vale»¹²⁰.

«Aos treze de julho de mil seiscentos e cinquenta e sete, batizei a António, filho de Isabel, solteira, do Pregal, o qual nasceu com seis dedos em cada mão, sendo o sobejo pegado ao mindinho de cada uma e com suas unhas e parecer que quis Deus porquanto julgava a gente ser de certo fulano inocente e que é o legítimo. Dizem que quando nasceu, que também trouxe seis dedos em cada mão. O vigário, Jerónimo do Vale»¹²¹.

«Aos vinte e sete de junho de mil seiscentos e sessenta e nove batizei eu, Martim Dias, a Ana, filha de uma mulher que disse lhe chamavam Maria, que vinha com as dores e pariu em casa de Ana Fernandes a Ramalha e perguntando-lhe pelo pai disse que não sabia quem era, não o conhecia»¹²².

«Aos trinta e um de março de mil seiscentos e setenta e um, batizei eu, Martim Dias, vigário desta igreja a Sabina, filha de Catarina Antónia, solteira, de Valdreu e lhe deu por pai ao reverendo João Barros, abade de Chamoim»¹²³.

¹²⁰ ADB, Registos Paroquiais, livro misto n.º 477, fl. 10v.

¹²¹ Idem, fl. 17v

¹²² Idem, fl. 36v.

¹²³ Idem, fl. 38v.

«Aos quatro de setembro de mil seiscentos e setenta e um anos, batizei a Custódia, filha de Ana, beata, solteira, o pai ela o dera, o vigário, Martim Dias»¹²⁴.

«Aos dezoito de fevereiro de mil seiscentos e setenta e dois anos, batizei eu, Martim Dias a Salvador, filho de uma moça que chamam Cecília, que ia para a cidade e pariu na Bemposta, em casa de António Vaz, a qual disse que era da freguesia de Ferreiros, filha de Pedro Martins, e deu por pai da criança um moço que se chama Domingos Álvares, que diz que é da Ribeira de Soaz e não sabia de que freguesia»¹²⁵.

«Aos sete de abril de mil seiscentos e oitenta e três anos, batizei eu, o padre Martim Dias, vigário desta igreja, a Francisco, filho de Natária, solteira, de Mouquim, o qual veio a batizar a esta igreja, com licença do reverendo abade, para não saberem os irmãos da mãe do batizado que ela pariu»¹²⁶.

«Aos doze dias de outubro de mil seiscentos e noventa e um batizei eu, Martim Dias, vigário desta freguesia, a Liberata, filha de Domingas da Costa, solteira, da freguesia de S. Lourenço de Montaria, e pariu em casa de António Álvares Barrosão, morador em Quintela e disse que vinha da romaria a Nossa Senhora do Pilar. Não lhe deu pai que ela não sabia quem era»¹²⁷.

«Aos vinte dias do mês de fevereiro de mil setecentos e dois anos, eu, padre Miguel Lopes, vigário desta igreja de S. Mamede Deste, batizei e pus os santos óleos a Sabina, filha de Maria, solteira, criada de João de Matos, solteiro, do lugar de Juste, da freguesia de Santa Lucrecia, a qual veio parir a dita criança em casa de Marta Vieira, viúva que ficou de Amaro Dias, do lugar da Ribela»¹²⁸.

«Aos seis dias do mês de março do ano de mil setecentos e três. Eu, o padre Miguel Lopes, vigário desta igreja de S. Mamede Deste, batizei *sub conditione* e pus os santos óleos a Maria, filha de Isabel, solteira, a qual veio parir a dita criança em casa de Luzia, solteira, do Lugar e lhe assistiu Maria Fernandes, viúva do Paço e me disse que a batizara por a ver miúda e não querer mamar e por não ser experimentada e eu duvidar da forma que ela me disse, a batizei *sub conditione* e as mais cerimónias da Igreja, em que a dita Maria Fernandes foi madrinha somente. E disse ser natural da freguesia de S. Pedro de Covelo do Gerês, da comarca de Chaves, a dita Isabel, solteira. O vigário, Miguel Lopes»¹²⁹.

¹²⁴ Idem, fl., 40.

¹²⁵ Idem, fl., 41.

¹²⁶ Idem, livro misto n.º 478, fl. 20v

¹²⁷ Idem, fl. 4v

¹²⁸ Idem, fl. 21v.

¹²⁹ Idem, fl. 23v.

«Uma menina, filha de uma mulher que se achava oculta para parir em casa de Miguel Fernandes, do lugar da Bemposta desta freguesia, nasceu no dia vinte e três de outubro deste ano de mil setecentos e setenta e oito, e foi logo batizada por Maria de Magalhães, mulher do dito Miguel Fernandes e no mesmo dia faleceu e não pude alcançar outra notícia mais do que dizerem os que tinham a dita mulher em casa: que ela viera a pedido do Alcaide da Póvoa de Lanhoso e de um seu criado e que ignoravam o nome dela»¹³⁰.

Existem muitos outros registos do género, mas cremos que estes exemplos são bastante elucidativos¹³¹.

Julgamos oportuno incluir o seguinte, que não tendo a ver com ilegitimidade, é de teor assaz curioso, pela forma minuciosa como foi escrito.

«Aos onze dia do mês de Agosto do ano de mil setecentos e dezoito aconteceu à Mariana Lopes, mulher de António Fernandes de Quintela, que estando de parto com perigo de sua vida, e da criança que tinha em seu ventre e sem poder acabar de nascer, e lançando uma mão fora do ventre e contra a natureza, por vir atravessada, me constou que Luísa Fernandes viúva que ficou de Vicente Fernandes do dito lugar batizou naquela parte da mão, e braço descoberto, em presença de Maria Fernandes, viúva, mãe do dito António Fernandes, e Maria Alves, solteira, do lugar da estrada da freguesia de Sam Pedro Deste, que lhe assistiram, que certificaram que no tempo que a dita viúva lhe aplicou a matéria, e forma do batismo mexia com os dedos da mão descoberta e a mãe sentia que estava viva, por fazer movimento em seu ventre, examinando o caso achei que fizera verdadeiro batismo, na forma da Igreja, e passadas depois mais de cinco horas pariu hum menino já morto; a quem dei sepultura eclesiástica e lhe disse a missa em ação de graças. E por verdade fiz este assento era ut supra. O vigário Miguel Lopes»¹³².

Nota: aqui o que há a registar, para além do enorme sofrimento da mãe e da criança, é o horror à morte do recém-nascido sem ser batizado.

7. 2 – As rendas do Tesourado-mor em S. Mamede Deste

Quem detinha os rendimentos da Igreja de S. Mamede Deste era o Tesourado-mor da Sé de Braga, cujo padroado lhe pertencia, sendo quem nomeava o vigário. «hé o dito padroeyro

¹³⁰ Idem, livro de nascimentos n.º 483, fl. 108v.

¹³¹ Sobre a questão dos comportamentos e das mentalidades, veja-se, a partir dos livros de devassas eclesiásticas, o trabalho de António Franquelim Sampaio Neiva Soares, *A Arquidiocese de Braga no século XVII. Sociedade e mentalidades pelas visitas pastorais (1550-1700)* (Braga, 1997).

¹³² Idem, livro de nascimentos n.º 482, fl. 22v.

Senhor in solidum e direjto Senhor da apresentação desta Igreja vagando ella sem ser em acto de com curso e isto se entende bagando ella sem estar renunciada pello Parocho que actualmente existe por que huma ves e muitas o tem sido»¹³³.

Durante as nossas pesquisas no Arquivo Distrital de Braga, fomos encontrando vários documentos inéditos, como é o caso de um manuscrito em que o recebedor do Tesourado mor dá conta dos rendimentos da freguesia: «Conta que dá Francisco da Costa d'Oliveira da renda de S. Mamede Deste do ano de mil oitocentos e trinta e três, 1833, ao Ilustríssimo Senhor Tesoureiro-Mor de Braga e por nele ter a comissão de receber os frutos da dita». Importa realçar que o mesmo se encontra com alguns erros de adição e multiplicação, os quais assinalámos com asterisco, mas que reproduzimos na íntegra. Exemplares documentais deste tipo são raros e devem merecer algum destaque.

No Quadro IX, apresentamos as receitas do Tesourado-mor.

Quadro IX - Mapa das receitas dos frutos da igreja de S. Mamede de Este pertencentes ao Tesourado-mor no ano de 1833

	TOTAL	SAÍDA	VALOR/1	TOTAL/rs.
Centeio (alqueires)	129			
Foram para o Assento		10		
Vendidos		10	210	2\$100
Vendidos		40	220	8\$800
Vendidos		69	200	13\$800
	TOTAIS	129		* 24\$800 ¹³⁴

Milhão (alqueires)	723			
Foram para o Assento		50		
Vendidos		121	200	24\$200
Vendidos		167	240	40\$080
Vendidos		73	220	* 16\$000 ¹³⁵
Vendidos		220	200	44\$000
Vendidos		92	220	20\$240
	TOTAIS	723		144\$520

Feijão (alqueires)		43	300	* 13\$050 ¹³⁶
Castanhas (alqueires)		36	120	4\$320
Vinho (pipas)		9	3\$000	27\$000

¹³³ ADB, Registo Geral, livro n.º 174, fl. 311.

¹³⁴ Valor corrigido: 24\$700.

¹³⁵ Idem: 16\$060.

¹³⁶ Idem: 12\$900.

Azeite (almudes)		1,5	3\$800	5\$700
Água froixa [pé?] (almudes)		1,5	1\$200	1\$800
	TOTAIS			51\$870

Somam estas miudezas e milhão a quantia de,				196\$390
Soma o centeio que acima está somado				24\$700
Somam as pensões que eu tenho recebido				92\$670
Soma todo o rendimento da venda a quantia de				313\$760

Fonte: ADB, Fundo do Cabido, documento n.º 1890.

Tudo isto «fora o linho que eles querem-no outra vez e a Sanjoaneira¹³⁷ também a não dão, dizem que é fora da Lei.» Ou seja, não prescindiam do linho que usavam para consumo próprio e contestavam o imposto da Sanjoaneira. Uma simples folha como esta dá imediatamente conta das produções agrícolas da freguesia: o centeio, o milho (provavelmente graúdo), o feijão, a castanha, o azeite e o vinho. Tudo produtos que apontam para uma economia local fortemente marcada pelo autoconsumo regional.

No Quadro X, apresentamos a «Conta da despesa que se fez a colher a renda de S. Mamede Deste do ano de 1833 e de carretos e de queimar o vinho, a saber»:

Quadro X - Mapa das despesas dos frutos da igreja de S. Mamede de Este pertencentes ao Tesourado-mor no ano de 1833

DESIGNAÇÃO DA DESPESA	VALOR/ RS.
Madeiras para tampar dornas e lagares e jornais e o carpinteiro e manifesto do vinho e o Juiz da mesma freguesia	11\$910
Juntar o vinho no S. Miguel para dornas e lagares e cubas	8\$200
Carretos de 9 pipas de vinho para Braga que sobram dos dois cascos de água	2\$700
Mandar fazer 2 cascos de aguardente	22\$860
2 Almudes e quatro canadas de azeite para a lâmpada	9\$240
Pagar a Côngrua ao vigário da freguesia de S. Mamede	40\$000
TOTAL DA DESPESA	94\$910
Com o que tenho dado de pagamento a Vossa Senhoria	200\$000
Soma o que lá tem em e despesas	294\$910
Somam todos os rendimentos a quantia de	313\$760

Fonte: ADB, Fundo do Cabido, documento n.º 1890.

Ajustando a receita e despesa, como refere a fonte, «fica líquido para o meu trabalho a quantia de 18\$850 reis, que é muito pouco e o trabalho é muito». Digna de registo, a reclamação

¹³⁷ Tributo que se pagava no S. João. <https://www.dicio.com.br/sanjoaneira/> - 06-10-2018.

do recebedor, não se coibindo de reclamar dos parcos proventos usufruídos pela sua agência na cobrança destes rendimentos.

Conclusão

Propusemo-nos com esta tese de mestrado traçar um retrato tão amplo quanto possível da paróquia de S. Mamede Deste, ao longo da sua praticamente milenar história, quer através dos testemunhos físicos nela existentes, quer dos escritos que ao longo da nossa pesquisa fomos encontrando.

Os motivos que nos levaram a escolher este tema prendem-se com a antiguidade da paróquia e, se bem que não haja estudos de qualquer dos seus povoados pré ou romanos (apenas notas sobre a sua localização), a abordagem nem por isso deixou de ser interessante. Para tempos menos remotos, encontramos algumas alusões à freguesia, quer no Paroquial Suevo, (séculos VI-VII), quer nas doações à Sé de Braga em pleno século XI, nas Inquirições de D. Afonso II de 1220 e nas posteriores, atestando a antiguidade da sua existência como paróquia, não deixando de ser importantes as Memórias Paroquiais do século XVIII. De permeio, pesquisámos também no Arquivo Distrital de Braga manuscritos dos séculos XV a XIX, a partir dos quais abordámos muitos dos assuntos propostos nos capítulos que fazem parte deste trabalho.

A paróquia rural é o mais antigo e mais estável quadro da organização da vida social e religiosa da população portuguesa. Neste contexto se insere a paróquia de S. Mamede Deste, cuja antiguidade está bem patente nas fontes escritas que pesquisámos, mas também no que nos contam as pedras antigas que nela perduram. Com efeito, podemos, para isso, enumerar a XVII via romana que ligava Braga a Astorga, que passa pelo centro da freguesia na margem direita do rio Este; o próprio rio, cujo hidrónimo tal como o topónimo se foi modificando ao longo dos séculos e que deu nome às três freguesias com o topónimo «Este» (S. Simão, S. Mamede e S. Pedro), os povoados muralhados existentes que foram romanizados, a igreja paroquial, cujo orago é S. Mamede, santo mártir oriundo da Capadócia, na atual Turquia, as capelas de S. Simão, outrora também igreja paroquial que se situa muito perto da nascente do rio Este e a de S. Sebastião, outro mártir do cristianismo, situada na margem esquerda da XVII via romana supra referida.

Demos uma panorâmica da evolução da população, somente a partir dos tempos modernos, uma vez que para trás existem apenas estimativas a partir de moradores/vizinhos, o mesmo acontecendo com as indicações referentes a epidemias para o concelho de Braga. Abordámos ainda a Batalha do Carvalho D'Este e as mortes então ocorridas de moradores desta freguesia.

Documentamos a posse da terra que, no fundo, corresponde à imagem daquilo que se passava em todo o concelho, e que de resto espelha a ruralidade do país, que no caso de S. Mamede se manteve até muito tarde. Pertença essencialmente das instituições eclesiásticas, os quadros que apresentamos são suficientemente elucidativos.

Abordámos a memória que perdura até aos dias de hoje sobre o corpo incorruptível da “*santinha da Lourosa*”, a partir do qual se foram criando várias lendas. O relatório sobre o achado do corpo não faz menção ao seu nome, mas, baseando-nos no texto existente, procurámo-lo nos registos paroquiais, e pensamos tratar-se de Margarida Gonçalves.

Percorremos o património eclesiástico e civil, dando conta do que existe e do que se foi perdendo, não podendo ir mais longe essencialmente por falta de documentos que melhor nos pudessem elucidar sobre a sua origem. Incluímos algumas das fotografias do levantamento fotográfico que levamos a cabo, para uma melhor ilustração deste trabalho, não deixando de tecer algumas considerações sobre as imagens sacras existentes

Contamos alguns casos do quotidiano seiscentista e setecentista relacionados com os nascimentos dos ilegítimos nesta paróquia, dos quais nos ficou a sensação de em alguns deles se ter omitido *qualquer coisa*, nomeadamente o nome do pai da criança.

Creemos ter traçado um retrato autêntico, ainda que talvez incompleto (em história nada é definitivo), daquilo que foi nosso propósito ao iniciar esta investigação, e que sem dúvida nos deu imenso prazer. Não sendo um assunto acabado, poderá, quem sabe, servir de tema para novas abordagens.

Uma coisa não deixa de nos surpreender: sendo o padroado da paróquia pertença do Tesourado-mor do cabido, que usufruía dos proventos das suas propriedades na freguesia, bem como da própria Mitra, o inventário das peças da igreja é bastante pobre, nomeadamente no que diz respeito aos dois cálices de prata com os pés de latão e à quantidade de peças já velhas e de cetim falso de que o mesmo dá nota.

Este é o nosso contributo para a história de S. Mamede de Este que esperamos seja do agrado daqueles que o lerem.

Fontes manuscritas

ADB – Arquivo Distrital de Braga

Foi pesquisada documentação sobre a freguesia de S. Mamede de Este nos seguintes fundos documentais:

Coleção Cronológica

Fundo do Cabido

Fundo dos Manuscritos

Gaveta das Propriedades Particulares

Índice de vedorias e prazos da Mitra

Inquirições de Genere

Livro dos prazos do Cabido, Índice dos casais

Patrimónios Eclesiásticos

Registo Geral

Registos Paroquiais

ANTT

Inquirições de D. Dinis, livro 1.

Cartório Paroquial de S. Mamede de Este

Estatutos da confraria de N. S. do Rosário

Historial do corpo encontrado na igreja de S. Simão, exemplar policopiado com letra manuscrita do século XX, páginas não numeradas.

Fontes impressas

Argote, Jerónimo, Contador de. *Memorias para a História Ecclesiastica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas*. Título I, Tomo II. Lisboa Ocidental: na oficina de Joseph Antonio da Silva, impressor da Academia Real, 1734.

Costa, Avelino de Jesus da. *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*. 2 vols., 2.^a ed. Refundida e amp. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997.

Liber Fidei Sanctæ Bracarenis Ecclesiæ, Edição crítica pelo Padre Avelino de Jesus da Costa. Braga: Junta Distrital de Braga, 3 Tomos.1965, 1978, 1990.

Bibliografia

Almeida, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*. Vol. 1. Nova edição dirigida por Damião Peres. Porto: Portucalense, 1967.

Amaral, Luís Carlos. «Um património laico no século XI: os bens fundiários de Pedro Lovesendes e de D. Aragunte Mides», *Atas do Congresso Histórico 150 anos do nascimento de Alberto Sampaio*, Guimarães, 1995.

Capela, José Viriato e Ana da Cunha Ferreira. *Braga Triunfante ao tempo das memórias paroquiais de 1758*. Braga: Compolito – Serviços de Artes Gráficas, Lda., 2002.

Capela, José Viriato. «População e sociedade rural no termo de Braga no primeiro quartel do século XVII». *Bracara Augusta*, Braga, vol. XXXIX, 87-88 (100-101) (1985): 161-191.

Capela, José Viriato. *As freguesias do distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758: A construção do imaginário minhoto setecentista*. Braga: Barbosa & Xavier, Lda. 2003.

Carvalho, Helena Paula Abreu de. «O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarenis». Tese de Doutoramento em Arqueologia, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008.

Carvalho, Maria João Vilhena de. *Viagem à escultura do Museu Pio XII*. Braga: Instituto de História e Arte Cristã, 2011.

Costa, Maria Antonieta Moreira da. «Os Cónegos da Sé de Braga e a Sociedade Local (1245-1278)». *Lusitânia Sacra*, 2.^a série, Tomo XIII-XIV (2001-2002) pp. 41-58

Dinis, António Pereira. *Ordenamento do Território do baixo Ave no I milénio A.C.* dissertação de mestrado em arqueologia. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993.

Durães, Margarida. «Estratégias de sobrevivência económica nas famílias camponesas minhotas: os padrões hereditários (séc. XVIII – XIX)» Comunicação apresentada no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu – MG – Brasil, de 20 a 24 de Setembro de 2004. Disponível em:

http://members.tripod.com/historia_demografica/bhds/bhd35/margarida.pdf - 2018-10-23.

Fernandes, A. de Almeida. *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*. Arouca: Rocha/Artes Gráficas, Lda. 1997.

Ferreira, José Augusto. *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (Século III – Século XX)*, Tomo I. Braga: Mitra Bracarense, 1928.

Fonseca, Artur Pepe Clara Meireles da. «Defesa de Portugal Durante A 2.ª Invasão Francesa – Estudo da Acção Retardadora». Trabalho de investigação aplicada. Lisboa: Academia Militar, 2009.

Fontes, Luís e Belissa Pereira. *Coleção de Epigrafia e de Arquitetura Medievais*. Braga: Museu Pio XII, (IHAC) Instituto de História e Arte Cristã) 2009.

Freitas, Bernardino José de Senna de. *Memórias de Braga*. Tomo I. Braga, Imprensa Católica, 1890.

Tavares, Jorge Campos, *Dicionário de Santos: Hagiológico, Iconográfico, de atributos, de artes e profissões, de padroado, de compositores de música religiosa*. 3.ª edição. Porto: Lello Editores. 2001.

Luís-Pereira, Marcelino. «Braga e Este os dois topónimos mais antigos da Diocese Bracarense». *Atas do IX centenário da dedicação da Sé de Braga*. Braga: Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Teologia – Braga. Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990., pp. 637 a 658.

Martins, Manuela. *O Povoamento Proto-histórico e a Romanização da Bacia do Curso do Médio Cávado*. Cadernos de Arqueologia-Monografias, 5. Braga: Universidade do Minho, 1990.

Mattoso, José. *Obras Completas. Portugal Medieval, novas interpretações*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002.

Moreira, Domingos A. «Sobre a arcaicidade do Hidrónimo “Este” (Braga)», *Atas do IX centenário da dedicação da Sé de Braga*. Braga: Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Teologia – Braga. Cabido Metropolitano e Primacial de Braga. 1990, pp. 611-635.

Nóbrega, Vaz-Osório da. *Pedras de armas e armas tumulares do distrito de Braga*. vol. II, Braga: Junta Distrital de Braga, 1972.

Oliveira, Miguel de. *As paróquias rurais portuguesas: sua origem e formação*. Lisboa: União Gráfica, 1950.

Penteado, Pedro. «Confrarias Portuguesas da Época Moderna: Problemas, resultados e tendências de investigação». *Lusitânia Sacra*, 2ª série, Tomo 7 (1995): pp. 15-52.

Piel, Joseph M. *Os Nomes Germânicos na Toponímia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1937.

Sá, Isabel dos Guimarães «As confrarias e as Misericórdias», em *História dos Municípios e do poder Local [dos finais da Idade Média à União Europeia]* Dir. César de Oliveira. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, pp. 55 a 60.

Salvado, Maria Adelaide Neto. *A Confraria de Nossa Senhora do Rosário de Castelo Branco: Espelho de querer e de sentire*. Coimbra: A Mar Arte, 1998.

Soares, António Franquelim Sampaio Neiva. *A Arquidiocese de Braga no século XVII. Sociedade e mentalidades pelas visitas pastorais (1550-1700)*. Braga, 1997.

Soares, Franquelim Neiva. *Monografia de S. Pedro de Esmeriz*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1987.

Tavares, Jorge Campos, *Dicionário de Santos: Hagiológico, Iconográfico, de atributos, de artes e profissões, de padroado, de compositores de música religiosa*. 3.ª edição. Porto: Lello Editores. 2001.

Sites

http://hagiopedia.blogspot.pt/2015_08_17_archive.html, consultado em 2017-12-04

<http://www.arqnet.pt/dicionario/ribeirojp.html>, consultado em 2018-04-15

<http://www.bcdp.org/v2/images/documentos/s.mamede.pdf>, consultado em 2017-01-04

http://xacopedia.com/San_Paio_de_Antealtares_monasterio_de, consultado em 2018-08-24

https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_de_São_Luís_Saraiva, consultado em 2018-04-16

<https://www.uc.pt/bguc/DocumentosDiversos/AntonioRibeiroSANTOS>, consultado em 2018-04-15

http://members.tripod.com/historia_demografica/bhds/bhd35/margarida.pdf, consultado em 2018-10

Anexos

Anexo 2 Conta da despesa dos frutos da igreja de S. Mamede de Este pertencentes ao Tesourado-mor no ano de 1833

Conta da despesa que se fez, Colher a vida de S. Mamede de Este do anno de 1833, de Carritos e de queimadas e Minho a			
Despesa em Madieras as e Lagarras de Minho, e Tui Despesa em San domas, Lagarras, Despesa em Carritos de queimadas de Despesa em pa agio arrente a Despesa em arrend a S. Mamede que Despesa em pagar S. Mamede a	em Madieras p mais e Carritos da m. f. g. a lo tar corinho nob. Carras e Coantia 9 Tijos de Minho dois Carras de qua gar para S. Mamede Coantia de . . . 2 almudes . . . e importação na a Coantia e Minho Coantia de . . .	tempo de manifesto de antia de . . . Miguel para de . . . p.º Bragança a quantia de . . . ndeis Coantia de . . . Coantia para Coantia de . . . ris da f. g. de . . .	158 710 82 200 22 700 22 886 22 250 40 000 248 910 200 000 294 910 315 760 11 888 50
Soma todas	as despesas a	Coantia de	248 910
Com o que temho	de de de Lagarras	a M. S. a quantia	200 000
Soma o que ha de	m e despesas	a Coantia de	294 910
Soma todos os	rendimentos	a Coantia de	315 760
Fiqua Lidia que he muito	para meu tras pouca que otra	alho a quantia valho he muito	11 888 50